



Escola Superior de Educação João de Deus

Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade em
Domínio Cognitivo-Motor

**ESCOLA DE INCLUSÃO
VS
SOCIEDADE INTEGRADORA**

Luís Fernando de Madureira Ferrás da Silva

Lisboa, outubro de 2012



Escola Superior de Educação João de Deus

Escola Superior de Educação João de Deus

Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade em
Domínio Cognitivo-Motor

ESCOLA DE INCLUSÃO VS SOCIEDADE INTEGRADORA

Luís Fernando de Madureira Ferrás da Silva

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação João de
Deus com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da
Educação na Especialidade de Educação Especial: Domínio Cognitivo
e Motor sob a orientação do
Professor Doutor Horácio Saraiva

Lisboa, outubro de 2012



«A inclusão já não é uma utopia.
Também não é ainda uma realidade. Mas
a realidade constrói-se...»

Carvalho e Peixoto, 2000



Resumo

O presente trabalho visa proporcionar uma visão global do processo de integração de crianças portadoras de deficiência no ensino público, bem como as perspectivas futuras e respetiva integração profissional.

O objetivo basilar foi abordar a inclusão escolar na sua dimensão psicossocial, legal e educativa, por um lado. Numa segunda fase procurou-se recolher dados relativos à integração profissional, às medidas legislativas existentes, bem como as críticas/sugestões de portadores de deficiência a exercer algum tipo de atividade profissional. Neste ponto também se recolheram informações junto de profissionais intervenientes no processo (professores, psicólogos, terapeutas, intérpretes, assistentes sociais, pais/responsáveis legais, empregadores), com vista a uma maior abrangência e objetividade de todo o processo.

As entrevistas recolhidas visam essencialmente recolher o testemunho pessoal de quem é afetado diretamente quer pela deficiência, quer pelas medidas legislativas que têm vindo a ser implementadas. A inclusão escolar, de acordo com os testemunhos recolhidos, tem sido um sucesso, embora ainda existam arestas a limar. Por outro lado, a integração no mundo laboral nem sempre é fácil. É neste ponto que as maiores falhas continuam a sentir-se, como se poderá evidenciar nas entrevistas realizadas.

Contudo, há a salientar que, aquando da escolarização dos entrevistados, o ensino especial ainda não era ministrado em regime de inclusão. No entanto, a maioria reconhece que a escola de inclusão é uma mais-valia para uma integração social e profissional de sucesso.

Embora os resultados recolhidos da amostra se reportem à realidade açoriana, existem elos comuns com a realidade nacional. As dificuldades sentidas na conquista profissional só tende a ser dificultada em contexto nacional, onde a procura é muito mais significativa.

Palavras Chave: inclusão escolar; integração; medidas legislativas; atividade profissional; deficiência; papel da sociedade.



Abstract

The aims of the present work are to provide an overview of the integrating children with disabilities process in public schools, as well as future prospects and their professional integration.

The main goal was to discuss the school inclusion in the psycho-social, legal and educational dimension. In a second phase, we aimed to collect data on professional integration, the existing legislative measures, as well as the criticisms/suggestions from the disabled population exercising some kind of work. During this process we also gathered information from professionals involved in the process (teachers, psychologists, therapists, interpreters, social workers, parents/guardians, employers), having in mind greater comprehensiveness and objectivity of the process.

The interviews are essentially to collect the personal testimony of those who are either directly affected by disability, or by legislative measures implemented. The school integration, according to the testimonies gathered, has been a success, although there are still loose edges to combine. On the other hand, work integration is not always easy. This is where the greatest failures continue to be felt, as it can be shown in the interviews.

However, we must note that, when the education of the interviewee, special education was not yet taught under the inclusion model. However, the majority acknowledges that the school inclusion is an advantage for social integration and professional success.

Although the sample results are collected to report to the Azorean reality, there are common links with the national reality. The difficulties experienced by gaining professional stability only tend to be more problematic in the national context, where the demand is much more significant.

Key Words: school inclusion, integration, legislative measures, professional activity; disabilities, society role.



Agradecimentos

O trabalho que aqui se apresenta teve por base a tese efetuada aquando do curso de pós-graduação no domínio cognitivo e motor, no Instituto Superior de Ciências e Administração. Foi realizado um desenvolvimento e aprofundou-se o tema, dada a sua riqueza e atualidade.

Com a presente tese, produto de um enriquecimento na área das necessidades educativas especiais, sentiu-se algumas dificuldades. Todo este exercício de estudo e reflexão não é fruto de um esforço meramente individual.

Com estas palavras deixo aqui patente um reconhecido agradecimento ao Exmo. Professor Dr. Horácio Saraiva, pela disponibilidade e orientação científica.

A todos os Professores do Instituto pelos ensinamentos e conselhos, que me conduziram a uma maior capacidade de investigação e intervenção no Ensino Especial.

Deixo ainda umas palavras de agradecimento aos meus pais e irmãos pelos constantes incentivos e à minha namorada, companheira e ouvinte ao longo de todo este processo.

Este trabalho representa acima de tudo uma marcha construtiva, com alguns recuos e avanços, de ansiedade e angústia. Quero por isso também agradecer a todos que, direta ou indiretamente, participaram na consecução deste trabalho crítico.



Abreviaturas

AFID	Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente
ABR	Auditory Brainstem Evoked Responses
APD	Associação Portuguesa de Deficientes
ARC	Auditory Response Cradle
ASHA	American Speech-Language-Hearing Association
CAA	Comunicação Alternativa e Aumentativa
CEDAU	Centro Educacional do Deficiente Auditivo
CDS-PP	Centro Democrático Social – Partido Popular
CIA	Currículo Individual Adaptado
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
DRE	Direção Regional de Educação
EOAE	Click Evoked Otoacoustic Emissions
FM	Sistema de Frequência Modelada
HRAC	Hospital de Reabilitação das Anomalias craniofaciais
IC	Implante Coclear
LGP	Língua Gestual Portuguesa
NARC	National Association of Retarded Citizen
NEE	Necessidades Educativas Especiais
NEE	Núcleo de Ensino Especial
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PAIPDI	Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade
PEI	Projeto Educativo Individual
PIC	Pictogram Ideogram Communication
PIT	Plano Individual de Trabalho
PNPA	Plano Nacional de Promoção de Acessibilidades
QI	Coefficiente de Inteligência
RAA	Região Autónoma dos Açores
RGAPA	Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos
SPC	Picture Communication Symbols



Escola Superior de Educação João de Deus

SNRIPD	Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
SREF	Secretaria Regional de Educação e Formação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TNI	Tabela Nacional de Incapacidade
UAS	Unidades de Apoio a Surdos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization).



Índice

Resumo/Abstract -----	IV
Agradecimentos -----	VI
Abreviaturas -----	VII
Índice -----	IX
Introdução -----	1
Capítulo 1- Escola de Inclusão? -----	5
1.1- Envolvimento parental -----	16
1.2- Socialização -----	18
Capítulo 2 - Estratégias/atividades e recursos educativos -----	20
2.1- Comunicação Aumentativa Alternativa -----	25
2.2- Tecnologias de Informação e Comunicação -----	26
Capítulo 3 - Sociedade Integradora? -----	30
3.1- Igualdade de Oportunidades -----	40
3.2- Preparação dos docentes do ensino regular -----	43
Capítulo 4 - Parte Prática-----	47
4.1- Propósito da Entrevista -----	48
4.2- Amostra -----	50
4.3- Metodologia -----	56
4.4- Método de recolha de dados -----	58
4.5- Grade de categorização/Gráficos -----	60
4.6- Discussão dos Resultados -----	67
Conclusão -----	74
Bibliografia -----	77



Escola Superior de Educação João de Deus

Anexos	1
Anexo 1	2
Anexo 2	4
Anexo 3	6
Anexo 4	8
Anexo 5	22



Introdução

A nossa sociedade é cada vez mais competitiva e exigente. Com a crise que assola o país, em que somos constantemente bombardeados com a palavra troika, o sucesso escolar passou a ser um fator determinante no panorama socioprofissional futuro.

Assim, o simples facto de frequentar o ensino constitui um dos acontecimentos mais importantes das crianças e dos jovens, bem como dos pais, os quais depositam enormes expectativas em relação a um futuro mais sorridente e promissor para os seus descendentes.

O próprio estado português tem vindo a ter uma preocupação crescente com esta população. Talvez devido à pressão de pais e associações. Uma boa inclusão escolar é fundamental para uma posterior integração profissional. Mas nem sempre tal é visível. Os portadores de deficiência continuam a lidar com uma sociedade muitas vezes preconceituosa.

Na região em que me encontro, ilha de São Miguel, tal acontece com frequência. Mesmo quando já não se tratam de crianças e até têm sucesso num determinado posto de trabalho, continua a haver o estigma de os associar à deficiência, muitas vezes identificando-os como, por exemplo, o deficiente da Ribeirinha, e não pelo nome próprio.

O padrão de deficiência dificilmente será esquecido e amiúde é tratado como um rótulo identificativo, pela sociedade em que vivemos.

Voltando ao estudo em causa os docentes e a sociedade em geral não têm um conhecimento correto das diferentes deficiências. Claro que trabalhar com um portador de deficiência não é o mesmo que trabalhar com um indivíduo dito normal. O mesmo diz respeito aos métodos e estratégias de trabalho a adotar. Terá que haver uma preparação e estudo inicial dos alunos.

A inclusão dos portadores de deficiência deverá ser uma realidade em todas as escolas portuguesas, o que nem sempre acontece, pois não é tarefa fácil e a verdade é que a grande maioria dos professores não estão preparados.

Ser portador de algum tipo de deficiência não é fácil, daí que a sua integração na escola e, posteriormente, no mundo de trabalho seja sempre acompanhada de enormes dificuldades.



Ao nível da intervenção educativa, a presença de uma criança/jovem portador de qualquer tipo de deficiência, na sala de aula, é sempre algo desafiador, mas ao mesmo tempo gratificante por serem experiências únicas e enriquecedoras.

Em toda a intervenção educativa é importante que sejam envolvidos os diversos agentes socioeducativos, daí que para além do envolvimento dos professores/educadores é necessário abranger toda a comunidade educativa, em especial os pais/encarregados de educação. A escola deve propiciar o convívio com a diferença, ser acolhedora, tendo em conta os princípios da inclusão, de modo a que a transição para a vida adulta e profissional não seja uma utopia.

Este será o assunto a ser tratado na primeira parte deste trabalho, diretamente relacionado com a segunda parte, que se prende com a questão da inserção profissional das pessoas portadoras de deficiência.

Todos os jovens têm como preocupação o que fazer para a sustentabilidade da vida adulta, assim como entrar no mercado de trabalho. No caso dos portadores de deficiência têm ainda de lidar com os preconceitos associados às suas limitações.

Com este exercício crítico pretendeu-se também fazer uma ponte com o que se passava antes e depois da década de noventa. Ter em conta os contributos de diferentes entidades para a melhoria das condições de vida dos jovens portadores de deficiência.

A própria legislação tem vindo a sofrer constantes alterações ao longo das últimas décadas. No entanto, embora sejamos um dos países da Europa mais apetrechados em termos legais, relativamente à inclusão escolar e posterior integração profissional, muito ainda há a fazer.

A questão que suporta a investigação – A legislação atual permite uma escola de inclusão viável e consequentemente uma integração social de sucesso?, bem como as hipóteses formuladas: hipótese 1 – A legislação atual permite uma escola de inclusão viável e uma integração social de sucesso e hipótese 0 – A legislação atual não permite uma escola de inclusão viável e uma integração social de sucesso – têm como objetivo evidenciar o lado positivo, bem como o negativo de tudo o que se tem realizado, no nosso país, para colmatar as dificuldades de uma inclusão de sucesso e posterior integração profissional.



Analisando a formação profissional, direcionada no sentido do mercado de trabalho, constatamos o valor fundamental de todos os intervenientes no processo, para que haja sucesso de empregabilidade. Neste sentido é lícito analisar o papel desempenhado pelos diversos constituintes para que se possa compreender de forma eficaz a trajetória ou o mecanismo da formação no seu todo.

O estado português tem tido a preocupação de alterar a legislação de modo a proporcionar novas e melhores condições de acesso ao mercado de trabalho. Há no entanto que ter em conta que muito do realizado passa por propostas de associações e empresas que lidam com portadores de deficiência no dia a dia.

Neste trabalho também se abordará a importância da formação profissional e a sua evolução, assim como o ajustamento da mesma aos portadores de deficiência.

Salientar-se-á ainda as vias utilizadas para o acesso ao mercado de trabalho, o equacionar das novas tecnologias como meio facilitador, bem como a possível mudança nos conteúdos de formação. As novas tecnologias vieram proporcionar novas oportunidades de trabalho aos portadores de deficiência. Esta tese também irá incidir sobre este ponto em específico.

Outro aspeto a desenvolver neste trabalho será a inclusão de uma parte prática, referente a entrevistas e questionários, numa amostra de portadores de deficiência no mercado de trabalho e os seus empregadores (na ilha de São Miguel) os receios sentidos e as dificuldades ultrapassadas, ou não.

Embora seja apenas uma amostra procurou-se que fosse representativa de diferentes tipos de deficiência, de níveis de escolaridade, de faixa etária, de sexo, de atividade profissional, entre outros aspetos.

Os questionários efetuados aos empregadores visam dar os seus pontos de vista, relativamente à inclusão escolar e futura integração profissional dos portadores de deficiência, de acordo com a questão da nossa investigação.

No decorrer das páginas deste trabalho procurou-se evidenciar o papel da escola, por um lado, e o da sociedade, por outro. Se numa primeira fase das suas vidas os portadores de deficiência se deparam com uma escola dita democratizante, em que a inclusão é o modelo a adotar, numa segunda fase são transportados para o universo



laboral, muitas das vezes sem perspetivas de futuro.

Será que a escola está preparada para ir ao encontro das reais necessidades dos portadores de deficiência? Será que a integração no mundo laboral é um sucesso ou continuamos a viver de ilusões de inclusão escolar e inserção profissional? Qual a posição do estado português no que diz respeito aos portadores de deficiência? Continuamos a ter uma escola do regime oitocentista com tendências democráticas ou teremos uma escola inclusiva e democrática com tendências integradoras?



1º Capítulo

Escola de Inclusão?



“Considera-se pessoa com deficiência aquela que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de estrutura ou função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatómica suscetível de provocar restrições de capacidade, pode estar considerada em situações de desvantagem para o exercício de atividades consideradas normais tendo em conta a idade, o sexo e os fatores socioculturais dominantes.”

(Art. 2, da Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência - Lei nº 9/89 de 2 de maio)

Ao longo dos séculos, os indivíduos portadores de deficiências foram sendo considerados pela sociedade em que viviam como sendo aberrações da natureza, sendo excluídos da sociedade. Alguns eram mesmo mortos ou abandonados pelos próprios familiares. Como não se enquadravam nos ditos parâmetros normais da sociedade eram também frequentemente associados a atos de feitiçaria ou castigos divinos. Daí que tenha havido uma caça, principalmente na Idade Média, a todos os denominados “monstros”.

Felizmente as mentalidades foram sendo alteradas e a partir do séc. XX, os portadores de deficiências adquiriram gradualmente o estatuto de cidadãos com direitos e deveres. Embora ainda haja muito preconceito, principalmente nas regiões mais isoladas, em que os pais continuam a esconder os seus descendentes portadores de deficiência, já se vislumbram casos de sucesso. E são cada vez mais os alunos em escolas de inclusão com um desenvolvimento psicoemocional e mesmo intelectual muito satisfatório.

Assim sendo, a primeira legislação a ser criada tem a data de 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em que ficou consagrado que "Todo ser humano tem direito à educação."

Embora fosse ainda pouco específica foi o início de uma verdadeira revolução no que diz respeito aos direitos humanos. Assistindo-se progressivamente a constantes alterações e ao surgimento de um crescendo de vozes defensoras da igualdade de direitos. Atualmente encontramos-nos perante mentalidades muito mais abertas, justas e igualitárias,



onde o conceito de inclusão cada vez mais vai de encontro ao seu verdadeiro significado.

A Constituição da República Portuguesa consagra o princípio da igualdade de todos os cidadãos e reafirma no artigo 71, número um “que os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados.” A Lei 38/2004 de 18 de agosto corrobora o que foi anteriormente exposto, em relação à igualdade de Direitos.

A Declaração de Salamanca, foi um marco importante na história da inclusão de crianças com necessidades educativas especiais. Foi, também, uma tomada de consciência e de responsabilidades coletivas, ao nível de vários países, de que a escola é para todos. Este procedimento público sendo uma etapa importante não pressupõe que tudo esteja resolvido quanto ao atendimento de crianças com necessidades educativas especiais.

“As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades;

As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, constituindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos [...]” (Declaração de Salamanca, 1994)

O Decreto -Lei n.º3/2008, de sete de janeiro, menciona a importância do programa educativo individual. O mesmo programa “documenta as necessidades educativas da criança ou jovem, baseadas na observação e avaliação da sala de aula e nas informações complementares disponibilizadas pelos participantes no processo.” (art.8, ponto 2) Deverá incluir os dados fundamentais do processo individual do aluno (identificação, história escolar e pessoal, conclusões do relatório de avaliação) adequações de ensino e aprendizagem a inserir e ainda as formas de avaliação.

Ao nível legislativo muito tem sido feito, na tentativa de bem gerir os apoios educativos e promover um melhor atendimento a crianças com necessidades educativas especiais. O Decreto Lei n.º 3/2008 de sete de janeiro refere a necessidade de um sistema de educação ajustável que tenha “ uma política global integrada, que permita responder à diversidade de características e necessidades de todos os alunos que implicam a inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais no quadro de uma política de qualidade orientada para o sucesso educativo de todos os alunos”.



A escola deverá ser determinante na promoção da democracia e na inclusão de todas as crianças e jovens. Segundo Correia (2003) “Uma escola Inclusiva deve considerar um conjunto de pressupostos para que possa partilhar o sucesso de todos os seus alunos, sem exceção, com todos aqueles que ajudaram a construir”.

Nos últimos anos a afirmação de escola inclusiva tem ganho contornos sólidos e proporcionou às crianças e jovens detentores de deficiência uma nova esperança, uma vez que no sistema tradicional eram excluídos e mesmo esquecidos.

O sistema educativo regional, no Decreto Legislativo Regional nº 15/2006/A, rege-se pelo princípio da escola inclusiva e determina que as crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), mesmo aquelas com deficiências permanentes devem aceder a escolas regulares e que são estas que se devem adequar e adaptar às crianças e não o contrário. O princípio de que todos os alunos são diferentes mantém-se e é nessas diferenças que reside uma enorme e variada riqueza de conhecimentos que é necessário aproveitar, respondendo de forma satisfatória a essas diferenças e ao sucesso de cada um.

Neste momento, assistem-se a novas alterações no Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos (RGAPA), no que concerne o Ensino especial ministrado na Região Autónoma dos Açores (RAA). A Portaria nº 60/2012, de vinte e nove de maio, é o mais recente documento legislativo, com alterações significativas. Tratam-se de novas medidas, que visam diminuir o apoio especializado a portadores de deficiência. As principais alterações prendem-se com as respostas educativas e as adequações curriculares individuais. A constante criação de nova legislação, que vem alterar o que até então era efetuado, tem levado a alguma instabilidade docente, bem como metodologias novas, que nem sempre visam o bem-estar dos alunos, mas sim mirarem simplesmente medidas economicistas.

Segundo o decreto legislativo regional já referido, o sistema de educação deve ser planeado e os programas educativos devem ter em vista a diversidade dos alunos a que se destinam e as suas características. As escolas regulares ao seguirem o princípio educativo da inclusão, devem promover formas eficazes de combate à discriminação, criando comunidades abertas e solidárias capazes de construir uma sociedade que promova uma educação para todos. As escolas inclusivas devem proporcionar uma educação adequada às crianças e promover a eficiência.



O Estado tem a obrigação de garantir uma igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, independentemente do sexo, condições físicas, intelectuais, sociais, étnicas e culturais.

Segundo dados da Segurança Social existem ações desenvolvidas para os portadores de deficiência ao longo das suas vidas, que têm como objetivo a futura integração na sociedade. Numa fase inicial, a intervenção precoce, há que:

- Assegurar condições facilitadoras do desenvolvimento global da criança com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento;
- Potenciar a melhoria das interações familiares;
- Reforçar as competências familiares como suporte da sua progressiva capacitação e autonomia face à problemática da deficiência.

Esta mesma entidade dá ainda resposta a problemas associados ao transporte de pessoas com deficiência, facilitando a sua mobilidade, reabilitação e integração.

Outro tipo de ajuda prende-se com as novas tecnologias, que lhes permitem executar tarefas do dia a dia, participar na vida escolar e atenuar o isolamento. Existem ainda outros auxílios prestados a portadores de deficiência, tais como: Centros de atendimento/acompanhamento e animação; serviços de apoio domiciliário; centros de atividades ocupacionais; acolhimento familiar para pessoas adultas; lares residenciais e centros de férias e de lazer.

Recuando no tempo constata-se que a escola visionava que os alunos com necessidades educativas especiais deveriam ter uma aquisição de conhecimentos académicos o mais próximo possível dos contemplados nos programas educativos estabelecidos para a generalidade da população. Assim sendo, a principal preocupação era como ensinar, como facultar uma escolarização de grau tão elevado quanto possível.

Terminada a escolaridade obrigatória a escola dava como concluída a sua função e assim o aluno ficaria entregue ao acompanhamento familiar ou, no caso de existirem, entregues a serviços especialmente destinados à população adulta. A preocupação por uma futura inserção profissional e vida autónoma não existia.

Esta situação preocupava e desagradava a muitos pais e associações, pois viviam com a incerteza em relação ao futuro destas crianças após terminada a sua escolarização.



Este descontentamento despoletou a que se fizessem inúmeros estudos, que incidiram nas condições em que esta população se encontrava. Concluíram que existia uma baixa qualidade de vida. Deste modo, surgiram, em diversos países, várias iniciativas que tinham como objetivo transformar esta realidade, agindo ao nível das estruturas educativas e das direcionadas para o apoio à população adulta.

De entre as várias propostas europeias salientaremos as seguintes:

- Conferência Mundial de Salamanca, onde se debateu o tema «Preparação para a Vida Adulta».
- Política Inclusiva do Reino Unido – “Code of Practice on the Identification and Assessment of Special Education Needs (1994), Revised National Curriculum (1999), Guide to Transition Planning for Secondary and Special Schools (2001)”.
- Relatório da Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação de alunos com necessidades educativas especiais – “Transição da Escola para o Emprego”.
- Relatório realizado pelo Instituto de Inovação Educacional, intitulado “Educação e transição para a vida pós-escolar de alunos com deficiência intelectual acentuada.”

A inserção de jovens com necessidades educativas especiais tende a ser remetida para a instituição escola, no entanto, trata-se de um problema de toda a sociedade. A escola tem como função preparar os alunos portadores de deficiência para serem autónomos e capazes de se tornarem ativos social e economicamente.

O Decreto-Lei n.º 3/2008, de sete de janeiro apresenta um conjunto de adequações aquando do processo de matrícula, os quais passamos a citar:

1. Frequentar o jardim de infância ou a escola que lhes seja mais conveniente independentemente da sua área de residência;
2. Beneficiar da possibilidade de adiamento de matrícula no primeiro ano de escolaridade;
3. Matricular-se apenas em algumas disciplinas no segundo e terceiro ciclos do ensino básico e no ensino secundário;
4. Crianças e jovens surdas têm direito ao ensino bilingue;
5. Crianças e jovens cegas ou com baixa visão podem matricular-se e frequentar escolas equipadas para a sua deficiência, independentemente da sua área de residência;



6. Crianças e jovens portadoras do espectro do autismo podem matricular-se em unidades de ensino estruturado;
7. Crianças e jovens com multideficiência e com surdocegueira podem matricular-se e frequentar escolas com unidades especializadas.

O mesmo documento legal refere ainda adequações no processo de avaliação tais como:

“Alteração do tipo de provas, dos instrumentos de avaliação, das condições de avaliação (meios de comunicação, periodicidade, duração e local da mesma). Quando os alunos têm currículos específicos individuais não se encontram sujeitos ao mesmo regime de transição de ano escolar, nem ao processo de avaliação característico do regime educativo comum ficando sujeitos aos critérios específicos de avaliação definidos no respetivo programa educativo individual.”

O currículo específico individual deverá incluir conteúdos que levem o aluno a uma autonomia pessoal e social, bem como um processo bem organizado de transição para a vida adulta.

O Ministério da Educação (1998) sublinha que:

“Poderá definir-se a finalidade da escola como a necessidade de tomar um conjunto de medidas, nomeadamente adaptando programas educativos e currículos de modo a possibilitar aos alunos com necessidades educativas especiais um ensino adequado às suas necessidades nos anos terminais.”

De acordo com o Ministério da Educação (1998), o processo de transição para a vida adulta dos jovens com necessidades educativas especiais deve obedecer a princípios orientadores:

- Universalidade do direito, implica que os apoios devem ser acessíveis a todos os alunos que deles necessitem;
- Integração, como princípio, implica a colocação preferencial de alunos com deficiência na mesma classe/turma regulares, de modo a participar nas mesmas atividades dos seus colegas da mesma faixa etária sem deficiência;
- Individualização implica que os apoios a atribuir de acordo com as necessidades do aluno, resulta de uma análise caso a caso;
- Funcionalidade dos apoios implica que estes tenham em consideração os vários contextos de vida do aluno. Estes devem ser os necessários e suficientes para que o indivíduo tenha um desempenho adequado no trabalho e na vida social, de modo a participar o máximo que lhe for possível em função dos seus interesses e capacidades;
- Transitoriedade das medidas de apoio pedagógico mobilizada, traduz-se pela flexibilidade na gestão e organização das oportunidades proporcionadas por estas medidas.



O Ministério da Educação, através do Aviso n.º 22914/2008, da Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular refere um conjunto de objetivos específicos que os Centros de Recurso para a Inclusão devem cumprir:

1. Apoiar a elaboração, a implementação e a monitorização de programas educativos individuais;
2. Criar e disseminar materiais de trabalho de apoio às práticas docentes, nos domínios de avaliação e da intervenção;
3. Consciencializar a comunidade educativa para a inclusão de pessoas com deficiências e incapacidade;
4. Promover e monitorizar processos de transição da escola para a vida pós-escolar de jovens com deficiências e incapacidade;
5. Mobilizar as entidades empregadoras e apoiar a integração profissional;
6. Promover os níveis de qualificação escolar e profissional, apoiando as escolas e os alunos;
7. Promover a formação contínua dos docentes;
8. Promover ações de apoio à família;
9. Promover a participação social e a vida autónoma;
10. Conceber e implementar atividades de formação ao longo da vida para jovens com deficiências e incapacidade;
11. Apoiar o processo de avaliação das situações de capacidade por referência à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF);
12. Promover acessibilidades.

A Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente (AFID) aposta assim na maior divulgação de toda a informação necessária e pertinente, em todas as áreas de formação, desenvolvimento e funcionamento, considerando a educação, a saúde, a segurança social, o emprego e formação, acessibilidades, fiscalidade, entre outros aspetos.

Conforme nos diz Correia (2003), “o conceito de inclusão, ou seja, a inserção do aluno com NEE, em termos físicos, sociais e académicos nas escolas regulares, ultrapassa em muito o conceito de integração”, especificando que “a heterogeneidade que existe entre os alunos é um fator muito positivo, permitindo o desenvolvimento de comunidades escolares mais ricas e profícuas. A inclusão procura, assim, levar o aluno com NEE às escolas regulares e, sempre que possível, às classes regulares onde, por direito, deve



receber todos os serviços adequados às suas características e necessidades”.

De acordo com o relatório da European Agency for Development and Special Needs Education (2002) o conceito da transição da escola para o emprego/trabalho tem surgido com diferentes nuances, no entanto aponta para três ideias bases, as quais passo a citar:

- Processo – no sentido do trabalho prévio requerido e do período de tempo necessário para a transição;
- Transferes – na passagem de um nível educacional ou de um estágio de vida para outro;
- Mudança – em termos das situações social e profissional.

Segundo o Enquadramento da ação de Salamanca (UNESCO 1994) as escolas devem apoiar os jovens portadores de deficiência a «tornarem-se economicamente ativos e dotá-los com as competências necessárias à vida diária, oferecendo formação em competências que correspondam às exigências sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta.»

Ainda sobre este aspeto a OCDE (2000) sugere que a transição para a vida de trabalho está intimamente relacionada com a transição para a vida adulta. Existe um caminho a percorrer para que os jovens adquiram as bases necessárias. A mudança dos diferentes ciclos de ensino é encarada como a primeira de muitas transições entre o trabalho e a aprendizagem que os jovens vão experimentar ao longo das suas vidas.

Também a European Agency (2001) refere que “[...] a transição da escola para o emprego deve implicar uma contínua participação do aluno, o envolvimento das famílias, a coordenação entre todos os serviços envolvidos e uma estreita colaboração com o setor do emprego”.

No nosso país, foi realizado um estudo intitulado “Educação e transição para a vida pós escolar de alunos com deficiência intelectual acentuada”. Pretendeu-se descrever a situação educativa, bem como os processos de transição. Há a referir que a maioria das escolas desenvolvia iniciativas com base no Decreto-lei 319/91; uma parte significativa no âmbito dos planos específicos de transição e uma minoria desenvolvia iniciativas pontuais nesta área. A grande maioria das escolas adotava currículos funcionais cuja meta passava



pela integração familiar, social e laboral dos alunos.

As escolas consideravam que o processo de transição deveria iniciar-se aos catorze/ quinze anos e concluir-se, no máximo, aos dezasseis/ dezoito anos.

Segundo a legislação em vigor devem ser elaborados certificados específicos dos processos de transição. No entanto, a maioria das escolas referem apenas as competências laborais adquiridas no estágios e os locais onde estes se realizaram.

Verificou-se que as principais barreiras referentes à implementação de currículos funcionais e de um correto processo de transição para a vida adulta passam pela falta de formação dos técnicos envolvidos, pela número reduzido de meios humanos e materiais, pela falha de articulação entre a instituição escola e os restantes serviços, pela dificuldade em conseguir estágios em empresas, pelos escassos incentivos do estado, pela falta de centros de formação e de emprego e ainda pela dificuldade de transporte e lacunas na legislação.

A Declaração de Salamanca não coloca a tónica apenas na escola. Defende que a tarefa de proporcionar um futuro profissional aos jovens com necessidades educativas especiais deve ser, também da responsabilidade de outras entidades, tais como empresas, centros de emprego, centros de formação profissional, instituto de emprego e formação profissional, câmaras e serviços públicos.

Nesta Declaração procurou-se uma saída para os problemas que os jovens enfrentam aquando da transição para a vida profissional. A seguinte passagem elucida isso mesmo.

“As escolas devem ajudá-los [alunos] a tornarem-se ativos economicamente e proporcionar-lhes as competências necessárias na vida diária oferecendo-lhes uma formação nas áreas que correspondem às expectativas e às exigências sociais e de comunicação na vida adulta, o que exige técnicas de formação adequadas, incluindo a experiência direta em situações reais fora da escola. O currículo dos alunos com necessidades educativas especiais que se encontram nas classes terminais deve incluir programas específicos de transição, apoio à entrada no ensino superior, sempre que possível e treino vocacional subsequente que os prepare para funcionar, depois de saírem da escola, como membros independentes e ativos nas respetivas comunidades.” (Artigo e, número 56)

O Decreto-Lei n.º 3/2008, de sete de janeiro, refere a necessidade de apoios especializados desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, quer nos setores públicos quer nos particulares, de forma a garantir aos alunos com limitações



significativas a possibilidade de sucesso educativo.

“A educação especial tem por objetivos a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para os empregos das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais nas condições acima descritas.” (art. 1, ponto2)

No caso das escolas particulares de educação especial existem apoios financeiros concedidos pelo estado. A portaria n.º 1148/2008, de dez de outubro, refere os diferentes apoios financeiros aos alunos que frequentam associações e cooperativas de ensino especial.

A portaria n.º 382/2009, de oito de abril, vem substituir a anterior e atualizar alguns dados. É mencionada a gratuidade de ensino para todos os alunos que até quinze de setembro de 2008 se encontrem entre os seis e dezoito anos de idade. O mesmo documento discrimina os valores dos subsídios de funcionamento, de alimentação e de material didático e escolar por aluno. Tendo em conta a opinião de Heward (2001), é basilar que todos os intervenientes no processo de ensino/aprendizagem se consciencializem do seu papel para tornar a escola cada vez mais inclusiva.

O Decreto-Lei n.º 291/2009 de 12 de outubro veio alterar a avaliação da incapacidade das pessoas com deficiência nos termos do Decreto -Lei n. 202/96, de 23 de outubro, que estabeleceu o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei, que remetia para a Tabela Nacional de Incapacidades aprovada pelo Decreto -Lei n. 341/93, de 30 de setembro, tal como definida no artigo 2. da Lei n. 38/2004, de 18 de agosto. Entretanto, esta Tabela Nacional foi revogada pela Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (TNI), aprovada pelo Decreto -Lei n. 352/2007, de 23 de outubro. (Excerto retirado da página web: <http://diario.vlex.pt/vid/decreto-lei-outubro68061818>)

Para se proceder a consulta atualizada de legislação sobre os direitos e deveres dos indivíduos portadores de deficiência existem alguns sites de interesse. Para a realização deste estudo crítico optou-se pela página da Associação Portuguesa de Deficientes. No anexo 1 existe um resumo da legislação aí existente.



1.1- Envolvimento Parental

“As melhores e as mais lindas coisas do mundo não se pode ver nem tocar. Elas devem ser sentidas com o coração.”

Charles Chaplin

Booth e Ainscow (2002) são defensores insistentes da envolvência parental no processo educativo dos seus educandos. Chegam mesmo a referir que a parceria entre pais/encarregados de educação e professores é fundamental na construção de verdadeiras comunidades inclusivas. Os mesmos acreditam que a escola deve consultar os progenitores, promovendo uma relação comunicativa, e vice-versa. Terá que haver uma dimensão dual para a verdadeira integração.

Ainda no século passado o que acontecia era que todos aqueles que não se enquadravam nos ditos parâmetros normais eram excluídos, ou pela própria família, abandono, ou pela sociedade, que os isolava. Não lhes era dada qualquer tipo de alternativa.

Muitos especialistas acreditam e defendem que o bebé ainda dentro do útero materno (nos últimos meses de gestação) já tem a audição desenvolvida e poderá haver comunicação. A progenitora ao simplesmente falar para o seu bebé, ler histórias ou fazê-lo escutar determinadas canções estabelece uma ligação com o mundo exterior.

Recentemente foi efetuado um estudo, pelo Instituto de Psicologia da Academia de Ciências Húngara e o Instituto de Lógica, Linguagem e Computação da Universidade de Amsterdão, em que se provou que o bebé consegue reconhecer alguns sons enquanto está no útero, sendo mesmo capaz de reconhecer ritmos aos três meses de gestação. Ou seja, a capacidade de comunicar com o exterior existe desde muito cedo na vida de um sujeito, isto se não houver qualquer tipo de limitação.

Para uma integração de sucesso na sociedade para com os portadores de deficiência há que haver um cuidado especial desde os primeiros anos de vida. Os progenitores terão



que efetuar um estudo detalhado da deficiência dos seus educandos, bem como os procedimentos a adotar, para uma posterior correta adaptação à vida em sociedade. Quanto mais cedo se tomar medidas maiores probabilidades de sucesso existem.

A Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente (AFID) refere a necessidade de informação das famílias, que segundo a mesma associação se organiza em três eixos essenciais:

- 1. Necessidade de informação sobre o(s) problema(s) da pessoa com deficiência.** Ou seja, as famílias muitas vezes não entendem a linguagem extremamente técnica adotada por especialistas, daí a carência sentida por uma linguagem clara e acessível, que lhes permita lidar com a deficiência adequadamente.
- 2. Necessidade de informação relativamente ao que poderemos designar de orientação educativa.** Neste ponto é dada a devida importância que as ajudas e orientações especializadas assumem para as famílias, que amiúdas vezes sentem o desespero inundar o mundo fragilizado que as rodeia.
- 3. Necessidade de informação sobre a existência, acessibilidade e natureza de apoios e/ou direitos (no presente e no futuro).** Este terceiro eixo reflete acima de tudo a preocupação das famílias em relação ao sucesso de uma possível integração, primeiro no meio escolar e posteriormente na transição para a vida adulta. O desconhecimento de direitos e legislação própria dificulta a vida de núcleos familiares já por si fragilizados.

As famílias devem estar envolvidas, o mais possível, em todo o processo que envolve o portador de deficiência. A intervenção dos técnicos especializados é de incontornável importância, no processo constante de providenciar informação.

Segundo José Morgado, numa comunicação apresentada no Seminário «Família, Comunicação e Reabilitação»:

“a promoção de uma maior acessibilidade à informação, toda a informação, por parte das famílias de pessoas com deficiência, constituir-se-á como uma ferramenta na promoção de processos de reabilitação mais eficazes e portanto contributivos para a qualificação dos indivíduos, todos os indivíduos, recurso único e maior das nossas comunidades.”



Quando nos referimos a crianças com deficiência terá que haver um constante acompanhamento parental no decorrer do processo educativo. As estratégias/métodos de trabalho, iniciados em ambiente de sala de aula, deverão ser seguidos no meio familiar.

O papel e apoio da família, quer na deteção de algum problema, quer, numa fase posterior, quando se inicia o percurso escolar é insubstituível, pois “não basta inserir uma criança numa classe regular ou numa escola regular. É preciso, também, que lhe sejam proporcionadas condições que permitam maximizar o seu potencial” (Correia, 2005).

1.2- Socialização

"O universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza."

Boaventura de Souza Santos

Viver em sociedade é necessário para se proporcionar o correto desenvolvimento sócio afetivo e comunicacional de um ser humano. E se não formos nós, docentes e encarregados de educação, a proporcionar isso de uma forma igualitária e democrática dificilmente serão dadas as mesmas oportunidades de ensino/aprendizagem.

Uma das grandes vozes defensoras da escola inclusiva é Bautista (1997), na obra *Necessidades Educativas Especiais*. A escola como meio facilitador da socialização, quer seja no momento da participação da turma, quer seja através de trabalhos de grupo, onde o aluno se sinta mais confortável, tem como elemento fulcral de todo esse processo o docente do ensino regular.

Embora nos anos quarenta se iniciem os movimentos sociais defensores dos portadores de deficiência é na década de sessenta que se assiste a uma intensificação, a nível mundial. Quanto à inclusão escolar, a verdadeira medida democratizante que permite a socialização efetiva dos portadores de deficiência, só se verifica nos anos oitenta, sendo massivamente implementada nos anos noventa, ou mesmo já no início do nosso século



(XXI).

Uma das vozes defensoras da inclusão social é Mendes (2002), referindo-se às interações que se estabelecem em ambiente escolar, ou seja uma participação ativa na sociedade envolvente.

É fundamental que se desenvolvam relações afetivas para uma correta e integral integração escolar e social. As equipas multidisciplinares, existentes nas escolas portuguesas, são constituídas por vários especialistas (terapeutas da fala; docentes do ensino especial; psicólogos; assistentes sociais; entre outros), com o objetivo de tornar a integração escolar o mais democratizante possível.

Tendo em conta a obra de Freire (2001), a inclusão prevê grandes alterações, quer a nível educacional, quer no contexto social. Tais mudanças subentendem alterações na forma como se pressupõe a escola, assim como, na mudança das atitudes patenteadas pelos intervenientes no processo de ensino/aprendizagem.

Ainda se verificam casos em Portugal em que os alunos com algum tipo de deficiência são integrados em turmas apenas com este tipo de deficiência (é o caso de alunos surdos, autistas, com multideficiência, ...). A grande maioria, neste momento, é a integração escolar em turmas regulares, havendo um número muito reduzido de alunos portadores de deficiência, por turma.

O ideal, nestes casos era que fossem sempre acompanhados por docentes do ensino especial, o que nem sempre acontece, devido a medidas cada vez mais economicistas. Esta situação é preocupante, pois está em causa o atingir de competências básicas de comunicação/compreensão de conteúdos, para os alunos, cujo ritmo de trabalho difere da maioria da turma.

Para que a socialização de alunos portadores de deficiência ocorra dentro dos limites da igualdade de oportunidades há que haver uma reestruturação do sistema de ensino em Portugal. Não têm que ser os indivíduos a ajustarem-se, mas sim as escolas e os professores, tendo em conta as especificidades dos alunos. (Omote, 1999).

Para finalizar este subcapítulo vamos veicular uma das opiniões de Arnaiz (2000), em que a educação inclusiva diz respeito à forma como o sistema educativo dá resposta às dificuldades/complicações no processo de ensino/aprendizagem dos alunos.



2º Capítulo

Estratégias/atividades e recursos educativos



“Sem linguagem não somos seres humanos completos e, por isso, é preciso aceitar a natureza e não ir contra ela. Obrigados a falar, algo que não lhes é natural, os surdos não são expostos suficientemente à linguagem e estão condenados ao isolamento e à incapacidade de formar sua identidade cultural.”

Oliver Sacks

Se pensarmos que cada criança é um ser único, irrepetível e incomparável, temos de respeitar o seu ritmo de aprendizagem, as suas apetências e potencialidades. A atenção que temos de disponibilizar às diferenças de ritmo de aprendizagem, as suas apetências e potencialidades, implicam uma flexibilização da organização escolar, das estratégias de ensino, da gestão dos recursos e do currículo de forma a proporcionar o desenvolvimento de todos.

Segundo Leitão (2010) a “Inclusão é um esforço de mudança e melhoria da própria escola de forma a proporcionar a todos as melhores condições de aprendizagem, sucesso e participação, na base das circunstâncias específicas de cada um.”

Algumas estratégias de trabalho na sala de aula que beneficiam a inclusão poderão ser: a responsabilização dos alunos mais problemáticos a nível comportamental; a organização da sala de aula por áreas de trabalho; a criação do plano de trabalho, para a turma e para cada aluno; a realização de trabalhos de pesquisa e o trabalho em grupo; o ensino por níveis diferenciados; a utilização de material didático motivador e diferenciado.

A dificuldade estará em articular estes princípios no contexto de cada escola e no que diz respeito à concretização de um ensino diversificado, à gestão dos recursos humanos e técnicos disponíveis para lhe dar viabilidade.

Tal como afirma Byers e Rose (1996) “[...] diferenciar representa o estabelecimento de pontes bem sucedidas entre o currículo e as necessidades e características individuais dos alunos, de todos os alunos.” (cit. in Correia, 2010)

As páginas Web fornecem muito material didático de interesse, embora tenha que haver o cuidado de as selecionar de acordo com critérios científico-pedagógicos. Existe um



número bastante satisfatório de trabalhos, com programas e atividades, a desenvolver, quer na escola, quer em casa que auxiliam o aluno e o professor.

Pode-se também recorrer ao uso de CD-ROM como atividades interativas, lúdicas e pedagógicas. A oferta, neste caso não é gratuita, mas um investimento inicial poderá ser rentabilizado ao longo dos anos. As editoras têm vindo a melhorar a oferta e a qualidade destes recursos é cada vez mais respeitável.

Nestes dois tipos de recursos poder-se-á desenvolver a atenção, a memória visual e auditiva, a orientação espacial e temporal, trabalhos de leitura e escrita, identificação de conceitos, ortografia, cálculo e geometria, conceitos matemáticos, resolução de problemas, entre outros conteúdos programáticos.

Uma das preocupações dos docentes ao procurar materiais didático/pedagógicos para alunos portadores de deficiência será a existência de imagens visuais associadas às palavras orais ou escritas. A estratégia visual, através, por exemplo de cartazes, posters, imagens, retratos, paisagens, flashcards, torna-se fundamental, pois é essencialmente a visão o órgão utilizado na aprendizagem lúdica.

Os professores quando se deparam com casos especiais existentes nas turmas que irão lecionar, terão que ter em consideração as suas especificidades.

A primeira medida a adotar implica o diagnóstico, que quanto mais precoce melhores possibilidades terá de haver sucesso. É basilar saber o tipo de deficiência, bem como a possível causa (genética, hereditária, doença, lesões, ...) para se iniciar o tratamento e/ou terapia adequados, bem como as metodologias a adotar.

Um aluno com deficiência ao ser inserido numa sala de aula, nos Açores, tem obrigatoriamente de ter um Projeto Educativo Individual (PEI), no qual deverá constar o historial clínico e educativo do mesmo. Terão ainda que estar salvaguardadas as adaptações curriculares e quais os instrumentos de trabalho necessários.

O Currículo Individual Adaptado (CIA) é um documento efetuado no início de cada ano letivo, que servirá de apoio na realização de planificações mensais individualizadas, as quais são elaboradas em parceria com o titular de turma/diretor de turma. É também com base nele que se poderá desenvolver grelhas de observação transversal de conteúdos.

Existe ainda o Plano Individual de Trabalho (PIT) que visa minimizar as dificuldades de cada portador de deficiência e potenciar as aprendizagens (cognitivas, motoras, sociabilidade, afetivas, ...), ajustando o dito ensino democratizante às suas



individualidades.

Se necessitar do apoio do Núcleo do Ensino Especial (NEE) haverá uma ligação constante entre os intervenientes no processo (pais, professores e docentes do Ensino Especial). Certos técnicos também poderão fazer parte, como é o caso de psicólogos, terapeutas da fala, profissionais de saúde, intérpretes, entre outros. O importante é a tal ligação para se trabalhar para um fim único – o sucesso socioeducativo do aluno e a futura integração profissional.

O professor deve valorizar as diferenças, mas quando se depara com uma criança portadora de deficiência numa sala de aula há que ter em consideração um conjunto de situações: relatórios médicos, documentos orientadores do núcleo do ensino especial, entrevistas com os progenitores, caso existam, para exercer corretamente o seu trabalho – ensinar.

Para Correia (2008) a Inclusão “ultrapassa em muito o conceito de Integração, uma vez que não pretende posicionar o aluno com NEE numa curva normal, mas sim assumir que a heterogeneidade que existe entre os alunos é um factor positivo.”

Com o cenário de deficiência surge, na maioria dos casos, um fraco desenvolvimento infantil, devido à falta de estímulos. Estas crianças, por norma, distanciam-se dos padrões evolutivos da psicomotricidade, da socioafetividade e da cognição.

Com este quadro a escola democrática não deve insistir em transmitir os mesmos conteúdos, através de metodologias únicas. Deverá sim haver metas comuns, mas com caminhos diversificados de acordo com as particularidades dos alunos. A heterogeneidade requer ajustamento e resposta aos desafios apresentados.

Os docentes deverão adaptar as atividades/estratégias consoante os alunos, transformando o ensino/aprendizagem num processo bilateral, em que os jogos, as brincadeiras e o uso da imaginação são parte integrante. As adaptações curriculares terão que ser revistas, pelo menos a cada final de ano letivo. Muitas vezes terão que funcionar como tentativas, havendo um constante reajuste das atividades/estratégias educativas, em ambiente de sala de aula, aluno a aluno.

No seguimento do que vem sendo exposto surge a opinião de Leitão (2010) em que “a Inclusão é, antes de tudo, uma questão de direitos e valores, é a condição da educação democrática.”



Para que a integração de alunos portadores de deficiência ocorra com êxito a escola terá que estruturar-se, tendo em conta os recursos humanos, técnicos, físicos e materiais ao seu dispor. Muitas vezes, o professor, facilitador de aprendizagens, disponibiliza o seu tempo pessoal para a realização de formações específicas, visando o diálogo, a cooperação, o espírito crítico, a solidariedade e a criatividade.

Muitas vezes situações de frustração poderão levar a desistências, colocando em risco a adaptação ao viver em sociedade. Mais uma vez, o apoio incondicional dos progenitores, em todo o processo, é basilar para se atingir padrões de sucesso. Trata-se de uma aprendizagem morosa, mas com resultados, na maioria dos casos, muito satisfatórios.

O que se tem legislado sobre o assunto, nem sempre é salvaguardado na prática. O Decreto-Lei nº 3/2008 é disso exemplo. Embora já se tenham abordado estratégias/atividades, bem como metodologias de ensino e avaliação ao longo do trabalho, neste decreto, encontramos o que a legislação prevê para uma correta integração escolar e social.

Para Miranda (2008), “As necessidades educativas individuais dizem respeito a um conjunto de factores, de risco ou de ordem intelectual, emocional e física, que podem afetar a capacidade de um aluno em atingir o seu potencial máximo no que concerne à aprendizagem, académica e sócio emocional.”

Infelizmente isso nem sempre é tido em consideração, muito menos agora em período de contenção de despesas. Consideramos todo o documento basilar para o tema deste trabalho, tendo em conta os alunos com deficiência, bem como os trabalhadores e seus empregadores.

“As atitudes dos professores foram indicadas como um factor decisivo na construção de escolas mais inclusivas. Se os professores não aceitarem a educação de todos os seus alunos como parte integrante do seu trabalho, tentarão que alguém assuma a responsabilidade pelos alunos com NEE e organize uma segregação dissimulada na escola.” (Meijer, 2003)

Há que continuar a trabalhar e a moldar os princípios orientadores da inclusão e adotar estratégias/atividades que promovam quer o bem-estar dos alunos, quer o seu desenvolvimento integral.



2.1- Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA)

"A comunicação aumentativa e alternativa é a área da prática clínica que tenta compensar (quer temporária, quer permanentemente) dificuldades ou incapacidades demonstradas por indivíduos com distúrbios graves da expressão comunicativa (isto é, dificuldades severas da fala, da linguagem e/ou da escrita)".

American Speech-Language-Hearing Association

O computador com *software* específico, associado à Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA), pode funcionar como uma ferramenta hegemónica de voz e comunicação.

A *American Speech-Language-Hearing Association* (ASHA), define mesmo a CAA como forma de comunicação que apoia, complementa ou suplementa a fala. “Comunicação Alternativa é uma área de pesquisa e prática clínica e educacional que se propõe a compensar (temporária ou permanentemente) uma incapacidade ou deficiência do indivíduo com desordem severa de comunicação expressiva.”

Neste caso podemos falar de sistemas alternativos de comunicação através de signos, os quais representam símbolos; gráficos, ou seja uma representação escrita ou desenhada; e ainda os tangíveis, elaborados a partir de materiais mais robustos (madeira ou plástico).

Relativamente ao primeiro, o sistema de signos, os mais conhecidos e utilizados são o sistema BLISS, o sistema PIC (Pictogram Ideogram Communication), o sistema SPC (Picture Communication Symbols), o sistema REBUS e os lexigramas.

O sistema BLISS é o reconhecido como o mais avançado para não falantes, desde que não existam complexidades intelectuais e as estratégias de ensino se adequem.

Quanto ao sistema PIC (imagens estilizadas, desenhadas a branco sob um fundo preto) é bastante mais fácil de entender, mas menos multifacetado, permitindo uma comunicação mais limitada que o sistema anterior.



O sistema SPC é abrangente e caracteriza-se por desenhos simples, a traço de cor preta, sob um fundo branco, ou de cor, dependendo da categoria do mesmo, com legendas. São signos fáceis de copiar ou fotocopiar, o que tem aumentado a sua utilização por docentes especializados.

Segue-se o sistema REBUS, que embora atualmente não tenha uma utilização muito acentuada, contribui positivamente para o desenvolvimento da leitura, pois baseia-se na combinação de signos e significados dos mesmos.

Ainda no sistema de signos falta abordar os lexigramas. Não é tão completo como os anteriores e define-se por um conjunto de nove elementos, passíveis de combinações, formando diferentes configurações, denominadas glosas.

Outro método de comunicação, utilizado especialmente com crianças a nível do pré-escolar, são os desenhos ou fotografias. De referir que para este método de ensino, associada a qualquer tipo de deficiência, não deverá haver também a deficiência mental, pois torna-se difícil a interpretação e compreensão de imagens e/ou fotografias. Existem limitações no uso deste tipo de método, sendo que a mais evidenciada, para os portadores de deficiência, seja o facto de esta comunicação não ser considerada pela sociedade como uma comunicação linguística.

Por último, relativamente aos signos tangíveis há a referir que os mesmos possibilitam a comunicação através de objetos. O mais conhecido e extenso foi criado por Premack (fichas Premack). O seu uso também tem limitações e as representações gráficas têm tido melhores resultados.

2.2- Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

“A ciência descreve as coisas como são; a arte, como são sentidas, como se sente que são.

Fernando Pessoa



Quando uma criança nasce é exposta a um universo de estímulos, que a levará à aquisição da linguagem. Com os portadores de deficiência tal não acontece de uma forma tão natural, pois, normalmente, estão privados de algumas capacidades.

Este subcapítulo pretende oferecer possibilidades de utilização das novas tecnologias com crianças portadoras de deficiência.

A avaliação das necessidades das crianças que nos surgem, em ambiente de sala de aula, é fulcral para determinar qual a tecnologia mais eficaz e adequada. Há que ter sempre em mente que cada caso é um caso; cada criança tem as suas especificidades, o que as torna seres únicos.

Terão que ser criadas estratégias comunicativas e educacionais, que muitas das vezes passam pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), como método de trabalho e processo de investigação de novas metodologias educativas de sucesso.

As TIC têm vindo a ser reconhecidas como uma das áreas do saber humano com maior crescimento e constantes modernizações, tanto a nível de profundidade do conhecimento, como da visão consciente da sua aplicabilidade.

O desenvolvimento das TIC conduziu ao aparecimento de sistemas informáticos, cujo requinte e abrangência têm levado à massificação e heterogeneidade de aplicação e interesse. Os alunos portadores de deficiências são apenas mais um dos ramos da sua atenção/utilização.

Os profissionais qualificados para o ensino especial deverão ter o cuidado e a sensibilidade de saber usar e aprofundar os seus conhecimentos informáticos, de modo a explorar interfaces entre as diferentes áreas de utilização e conjugá-las com conhecimentos sólidos da sua formação pedagógico/académica.

O grande objetivo das tecnologias, quando associadas à comunicação, é o auxílio na comunicação, quer seja através de imagens, quer seja através de sons. As técnicas utilizadas ao longo dos tempos, em que se recorrem a tabelas com letras, fonemas ou grafemas, ou mesmo imagens, poderão ter a sua utilidade, mas nos dias que correm o uso das TIC, tem vindo a proporcionar resultados acima da média, muitas vezes verdadeiras vitórias, em causas dadas como perdidas.

Os softwares e os hardwares, que vão surgindo, têm tido em consideração o público-alvo, o que possibilita e facilita a aquisição da comunicação oral, escrita ou



gestual. Muitas vezes, a grande desvantagem é o custo inicial, pois não é acessível à grande maioria da população. Terá que haver por parte do estado participações ou mesmo doações para este tipo de tecnologia.

Com as novas tecnologias até podemos utilizar a fala artificial como metodologia de trabalho e meio de comunicação. Neste caso existe a fala sintetizada e a fala digitalizada. Ambas são um contributo crucial para tornar a comunicação mais próxima da realidade que circunda o utilizador. O custo elevado tem sido um fator determinante para a sua aquisição/utilização.

Margarida Ponte refere mesmo que, em casos de défices graves de comunicação, utilizam-se palavras, símbolos e recorre-se ao uso do computador como métodos de ensino.

Um aspeto a ter em consideração nas tecnologias de apoio à comunicação é que estas deverão ser sempre acompanhadas/complementadas de outros processos/métodos de ensino. O sucesso da comunicação depende dessa interligação.

Como o que se investiga hoje, amanhã já poderá estar em desuso, há que haver o gosto de uma atualização constante. A oferta é vasta: desde sites rigorosos e científicos (muitos deles gratuitos) até CD-ROM interativos de qualidade acima da média (embora aqui se tenha de fazer um investimento inicial).

Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2007 o XVII Governo Constitucional vê no desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação uma alteração profunda das atividades económicas e sociais, com impacto na qualidade de vida dos cidadãos e na competitividade e produtividade das empresas.

“A modernização tecnológica aumenta as oportunidades de ação de indivíduos e instituições, fornece instrumentos que permitem promover a cidadania e a inclusão e constituem um fator poderoso para o crescimento e para o sucesso económico. Neste contexto, o acesso às tecnologias da informação e da comunicação e as competências para a sua utilização são um fator diferenciador das oportunidades sociais da maior importância na atualidade. As tecnologias da sociedade da informação representam para todas as pessoas com necessidades especiais (pessoas com deficiência e idosos) um meio propiciador de inclusão e participação social por excelência.”

Esta medida vem ao encontro do que foi discutido no I Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade para os anos de 2006 a 2009 (I PAIPDI 2006-2009), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2006, de 21 de setembro, dando igualmente execução ao Plano Nacional de Promoção da



Acessibilidade (PNPA), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2007, de 17 de janeiro.

“Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 - Determinar que as formas de organização e apresentação dos sítios da Internet do Governo e dos serviços e organismos públicos da administração central sejam escolhidas de forma a permitirem ou facilitarem o seu acesso pelos cidadãos com necessidades especiais, devendo respeitar o nível de conformidade «A» das diretrizes sobre a acessibilidade do conteúdo da web, desenvolvidas pelo World Wide Web Consortium (W3C).

2 - Determinar que os sítios da Internet do Governo e dos serviços e organismos públicos da administração central que impliquem a prestação de serviços transacionais aos cidadãos respeitem o nível de conformidade «AA» das diretrizes sobre a acessibilidade do conteúdo da web, desenvolvidas pelo W3C.

3 - Determinar que os sítios da Internet dos organismos referidos no n.º 1 respondam tecnicamente ao estabelecido na presente resolução, mediante adaptação, remodelação ou nova construção, no prazo máximo de três meses.

4 - Determinar que os sítios da Internet referidos no n.º 2 respondam tecnicamente ao estabelecido na presente resolução, mediante adaptação, remodelação ou nova construção, no prazo máximo de seis meses.

5 - Determinar que os sítios da Internet a criar a partir da data da entrada em vigor da presente resolução assegurem a acessibilidade nela prevista de forma imediata.

6 - Determinar à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros a incumbência de desenvolver as ações de informação, de esclarecimento e de acompanhamento necessárias ao cumprimento da presente resolução, junto das secretarias-gerais dos vários ministérios, as quais respondem perante esta pelo cumprimentos dos objetivos fixados.

7 - Constituir um grupo de trabalho com funções consultivas composto por representantes da Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA, I. P.), que coordena, da UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P. (UMIC, I. P.), do Instituto Nacional para a Reabilitação e do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER), que articulará com a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, devendo contribuir para a boa identificação dos requisitos técnicos de acessibilidade, nomeadamente os relativos aos níveis de conformidade «A» e «AA» e prestar a demais cooperação para efeitos de consultadoria técnica.

8 - Autorizar, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para a aquisição dos serviços referidos nos n.os 3 e 4, a escolha do procedimento previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nos termos aí estabelecidos e quando for o caso.

9 - Determinar que a presente resolução produz efeitos na data da sua aprovação.”
(http://acessibilidade.cmlisboa.pt/fileadmin/DASNA/Biblioteca/Legislação/Resolucao do Conselho de Ministros_155_2007.pdf)



3º Capítulo

Sociedade Integradora

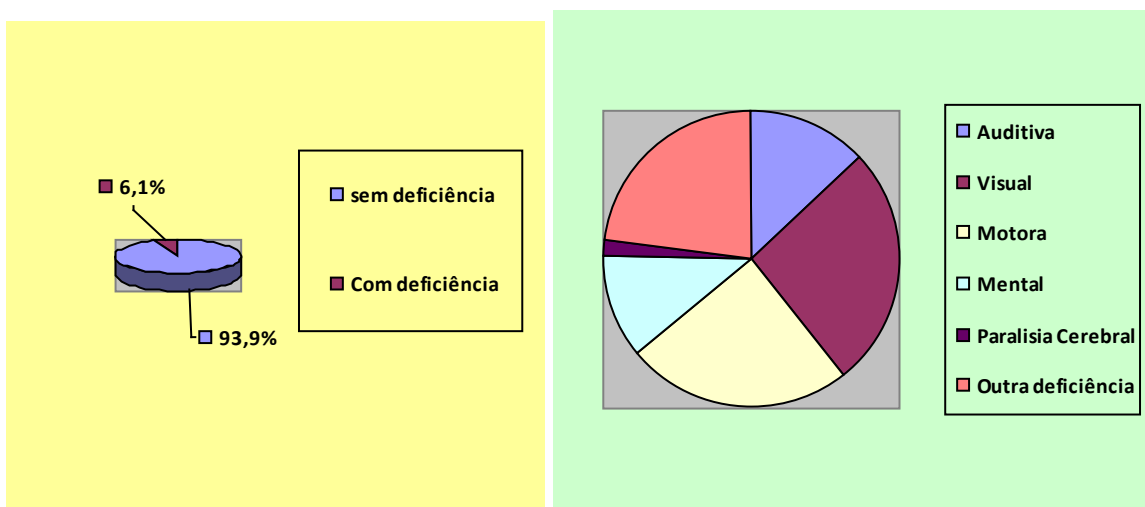


“1. Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na constituição, (...).

“ 2 O Estado obriga-se a realizar uma política nacional e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, (...).”

Artigo 71, número um e dois do capítulo dois da Constituição da Republica Portuguesa

Neste momento, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (www.ine.pt), o número de pessoas com deficiência recenseadas em 12 de março de 2001 cifrou-se em 634408, das quais 333911 eram homens e 300497 eram mulheres, representando 6,1% da população residente. São indivíduos que no seu dia a dia enfrentam, devido às suas limitações, inúmeras barreiras físicas no acesso a edifícios e transportes públicos, no local de trabalho e até mesmo no acesso a atividades de lazer.



Relativamente aos dados do Census 2011 o presidente da APD criticou que "mais uma vez é feito um investimento considerável, sem que esse instrumento censitário permita apurar com clareza qual o universo das pessoas com deficiência em Portugal e qual o seu enquadramento" (http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1817650).



Desta feita não existem dados concretos relativamente ao número e tipo de deficiência de uma parte significativa da população portuguesa. Humberto Santos critica o que denomina por «omissões graves», uma vez que a diferença entre as pessoas com deficiência e aquelas que perderam capacidades devido à idade, seja visão, audição, mobilidade ou outra, não é perceptível.

A passagem da vida escolar para a vida adulta nem sempre é fácil. Muitos dos nossos jovens encontram entraves na realização dos seus objetivos. Em todo este processo o papel da família continua a ser fundamental. O envolvimento e a participação da família contribuem em muito para a eficácia do processo de transição.

Para preparar os alunos que apresentam necessidades educativas especiais de caráter permanente, as quais os impossibilitem de adquirir as aprendizagens do currículo regular a escola terá que implementar, três anos antes da idade limite de escolaridade obrigatória, um plano individual de transição. Este plano terá em vista o exercício de um atividade profissional, visando a integração social, familiar ou numa instituição de caráter ocupacional.

Na Resolução de Conselho de Ministros número 120/2006 discutiu-se um plano cujo objetivo seria a integração na sociedade. Este projeto intitulou-se Plano de Ação para a Integração de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade. Os portadores de deficiência têm direito a uma melhoria da qualidade de vida, proporcionando-lhes o mesmo acesso a bens e serviços que à restante população. Este plano deve ser executado em três anos (2006 – 2009) e tem como objetivos os seguintes:

- Promoção dos direitos humanos e do exercício da cidadania;
- Integração das questões da deficiência e da incapacidade nas políticas sectoriais;
- Acessibilidade a serviços equipamentos e produtos;
- Qualificação, formação e emprego das pessoas com deficiências ou incapacidade;
- Qualificação dos recursos humanos/formação dos profissionais e conhecimento estratégico.

Este plano é composto por dois capítulos que se complementam. No primeiro temos a Intervenção e estratégias para a qualidade de vida. No segundo, Condições para a intervenção e execução do plano.



Este documento apresenta três eixos no primeiro capítulo: Eixo 1 – Acessibilidades e informação; Eixo 2 – Educação, qualificação e promoção da inclusão laboral e Eixo três – habilitar e assegurar condições de vida dignas. Para realçar a importância deste plano cita-se, a título de exemplo, a estratégia número dois, ponto dois - Qualificação e Emprego, do eixo dois:

“Dotar as pessoas com deficiências ou incapacidade de conhecimentos e competências necessários à obtenção de uma qualificação profissional que lhes permita alcançar e ou manter um emprego e progredir profissionalmente no mercado de trabalho.”

Segundo o Instituto de Emprego e Formação Profissional existe um conjunto de opções para os portadores de deficiência:

1. Emprego protegido – exercício de uma atividade remunerada e a correspondente valorização pessoal e profissional tendo em vista a transição para o mercado de trabalho normal.
2. Avaliação/orientação profissional – os deficientes com idade superior ou igual a quinze anos são apoiados nas tomadas de decisões vocacionais.
3. Formação profissional – proporcionar qualificações suficientes na obtenção e sustentabilidade de um emprego, bem como a respetiva progressão laboral.
4. Readaptação ao trabalho – esta situação destina –se aqueles que adquiriram algum tipo de deficiência ao longo da sua vida profissional. Pretende-se criar condições, processos de adaptação e compensação das suas limitações, tendo em conta a sua anterior experiência profissional.
5. Apoio à colocação e acompanhamento pós-colocação – é um sistema que permite a integração destas pessoas no mercado de trabalho.
6. Teletrabalho – através da utilização das tecnologias de informação potenciar a criação de novas oportunidades de emprego.
7. Ajudas técnicas – dotarem as pessoas de meios que compensem as desvantagens relacionadas com as suas deficiências dando-lhes uma maior autonomia no acesso às oportunidades de formação e emprego.
8. Prémio de mérito – trata-se de algo meramente simbólico como uma forma de apreço e de homenagear aqueles que mais se tenham distinguido na integração profissional.
9. Instalação por conta própria – apoios com vista à criação do próprio emprego, exercício de uma atividade por conta própria.

O Estado, através de legislação própria, está empenhado em pôr fim à desigualdade no trabalho. A discriminação de pessoas deficientes no trabalho é considerada uma contraordenação muito grave, punível com coimas. Têm vindo a ser criadas leis que



permitem melhorar a qualidade de vida dos portadores de deficiência, durante a vida adulta. É o caso da possibilidade de obtenção de equipamento gratuito ou financiamento para o mesmo (cadeira de rodas, assento de carro, computador, cama articulada...); estacionamento fácil, embora os sinais de trânsito nem sempre sejam respeitados; isenção de imposto sobre veículos; isenções e deduções fiscais; subsídio de arrendamento ou mesmo crédito da casa bonificado. Mas, nem sempre a legislação implementada tem vindo a facilitar a vida de quem sofre de algum tipo de deficiência.

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) tem vindo a criticar e a propor reajustes às leis que deveriam ajudar quem necessita, mas que muitas vezes têm dificultado as suas vidas. É o caso da mais recente legislação que vem retirar os apoios financeiros aos deficientes quando estes trabalham. A APD tem vindo a defender que existe necessidade de um “apoio complementar para as pessoas que se encontram com baixos recursos financeiros e encargos adicionais resultantes da sua situação específica de deficiência.”

A mesma entidade referiu ainda à Lusa o caso de um paraplégico, José Lima, que intencionava ir a Bruxelas de cadeira de rodas em manifesto pela tal lei incorreta, uma vez que lhe havia sido retirado pela segurança Social um complemento por dependência de noventa e sete euros. No entanto, na maior parte dos casos o que se tem verificado é a “perda do apoio por contratos de trabalho remunerados de forma ténue e que oferecem poucas condições.” (Humberto Santos, Presidente da APD).

Vitorino Vieira Dias, o Secretário Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, lamenta que nem sempre se cumpra a legislação portuguesa. O mesmo afirmou em Aveiro, aquando das comemorações nacionais do dia Internacional da Pessoa com Deficiência que: “Temos uma Legislação sobre acessibilidades para deficientes extremamente importante, que é considerada exemplar no plano do Direito Comparado Europeu. Pena é que ela nem sempre seja cumprida.”

O mesmo reforçou ainda a ideia de que “A informação e a sensibilização da opinião pública são as pedras de toque para a inserção plena na sociedade dos cidadãos com deficiência”.

Alguns fatores ou variáveis estão numa ligação direta com a inserção no mercado de trabalho dos portadores de deficiência. Estes mesmos fazem parte do processo no seu



todo, sendo necessário ter conhecimento deles para que, com firmeza se saiba perspetivar a formação e a inserção.

O movimento evolutivo das políticas proporcionou gradualmente a implementação de novas estruturas, que progressivamente vão admitindo a integração de portadores de deficiência.

Simon (1991) e Vicente (1995) constataam que as deficiências visíveis não são, em nenhuma sociedade, objeto de uma avaliação positiva, podendo-se deduzir que em relação aos deficientes existem uma atitude independente da cultura, que pode ser qualificada como receio da diferença.

Fala-se mesmo do medo dos não deficientes de perderem a sua própria integridade física. A interação entre deficientes e não deficientes pode normalizar-se praticamente por si, desde que seja mantida durante um período prolongado no trabalho, daí a importância da inserção profissional dos deficientes.

Como fora do trabalho uma interação contínua com os deficientes não é muito frequente e não passa de uma reflexão coletiva acerca dos receios citados, específicos ou não, o encontro com deficientes continua em geral a ser dominado por estes receios.

Num estudo sociométrico para a avaliação da formação de deficientes no posto de trabalho elaborado por Lunt et al (1993), conclui-se que os deficientes apresentavam um elevado índice de rejeições e uma fraca reciprocidade de escolhas. O mesmo autor refere, no mesmo estudo, que as relações entre os deficientes e não deficientes no paternalismo – relação onde o não deficiente com boas intenções define a medida de ajuda e formula, para o deficiente a suas perspetivas profissionais – e não no companheirismo – relação na qual o deficiente é reconhecido como igual, mas recebendo um apoio quando necessário ou quando o deseja. Isto conduz a comportamentos muito diferenciados podendo ir desde a clara rejeição e discriminação, passando pela ignorância, até à piedade.

Por outro lado a variabilidade de atitudes face aos deficientes repousa sobre os valores culturais dominantes da sociedade em questão.

Para as sociedades da Europa Ocidental em geral, como para as modalidades da sua produção social em particular o rendimento constitui uma categoria central, ou mesmo essencial. A atitude de rejeição e de ignorância face aos deficientes procura aqui a sua



justificação, pondo a hipótese de um rendimento insuficiente de todo aquele que é diferente. É assim que o esquema de um défice resultante do deficiente fica presente na consciência pública, sobre a forma do preconceito de um rendimento sistematicamente menor dos deficientes, mesmo que cientificamente tal esquema tenha sido ultrapassado e contradito.

Os portadores de deficiência têm acesso ao mercado de trabalho por vias diversificadas, desde a iniciativa própria, a inserção direta após formação e organismo de colocação: centos de emprego ou particulares.

Os deficientes físicos e sensoriais são as categorias que, por vezes, procuram emprego por iniciativa própria (muitas vezes nos centros de emprego), o que não se verifica nos deficientes psíquicos e mentais, a não ser que os pais tenham tomado essa posição de procura.

Segundo Rodrigues et al (1993) a formação na empresa constitui a via primordial e porventura a mais segura para o acesso ao mercado de trabalho, no respeitante às diferentes tipologias de deficiência, pois a oferta no mercado de emprego traduz-se por atividades pouco qualificadas e por isso mal remuneradas.

A ajuda dos serviços de colocação/integração favorecem através do seu desempenho condições para a inserção profissional. Os portadores de deficiência podem encontrar um emprego se forem preparados para tal de forma intensiva por estágios e medidas de experimentação do trabalho, desfrutando de um enquadramento durante o processo de integração profissional.

Algumas medidas legais da competência do estado, dirigidas às pessoas portadoras de deficiência, têm sido empreendidas, de forma a tornar acessível e praticável a inserção do deficiente no mundo do trabalho. Neste ponto é concedido a estes indivíduos legislação adequada:

- **Portaria n.º 383/2009**

8 abril de 2009 – Atualiza para o ano letivo de 2008/2009 as condições de prestação de apoio financeiro aos alunos que frequentam associações e cooperativas de ensino especial.



- **Portaria n.º 382/2009**

8 abril de 2009 – Atualiza para o ano letivo de 2008/2009 as condições de prestação de apoio financeiro aos alunos que frequentam escolas particulares de ensino especial.

- **Portaria n.º 1149/2008**

10 outubro 2008 – Atualiza para o ano letivo de 2007/2008 as condições de prestação de apoio financeiro a alunos que frequentam escolas particulares do ensino especial.

- **Portaria n.º 1148/2008**

10 outubro 2008 – Atualiza para o ano letivo de 2007/2008 as condições de prestação de apoio financeiro a alunos que frequentam associações e cooperativas de ensino especial.

- **Aviso n.º 22914/2008**

3 setembro 2008 – Abertura do processo de candidatura para a acreditação de centros de recursos para a inclusão (CRI) para apoio à inclusão das crianças e jovens com deficiência e incapacidade.

- **Lei n.º 21/2008**

12 maio 2008 – Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, que define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores público, particular e cooperativo.

- **Despacho n.º 3064/2008**

7 fevereiro 2008 – Determina a possibilidade de continuidade do percurso escolar dos alunos com necessidades educativas especiais de caráter permanente nas instituições de ensino especial frequentadas.

- **Decreto-Lei n.º 3/2008**

7 janeiro 2008 – Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores público, particular e cooperativo



visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios da vida.

- **Resolução do conselho de Ministros n.º 120/ 2006**

21 setembro 2006 – Aprova o primeiro plano de ação para a integração das pessoas com deficiências ou incapacidade, para os anos 2006 a 2009 (PAIPDI).

- **Decreto – Lei n.º 20/2006**

31 janeiro 2006 – Criação do grupo de recrutamento de Educação Especial.

Uma das características da sociedade atual é a comunicação. Vive-se na chamada era da comunicação onde as técnicas de marketing são instrumentos que permitem anunciar da melhor forma e com maior eficácia.

A integração profissional de pessoas com deficiência embora seja um princípio de inegável relevância democrática encontra na sua prática uma série de obstáculos que se prendem com a indisponibilidade mais ou menos generalizada por parte das entidades empregadoras.

As dificuldades de integração desta população revelam que, embora parte da sociedade tenha consciência do problema e esteja alertada para a necessidade de integração, o seu comportamento nem sempre é o correto.

Rodrigues et al (1992) refere que um dos fatores generalizados para a contratação é a competência, sendo este o ponto central e de partida, para a construção e difusão da imagem da pessoa com deficiência.

Todas as ações de marketing devem realçar as capacidades do indivíduo com deficiência evidenciando as suas qualidades com objetivo de desmentir a ideia da inadequabilidade dos postos de trabalho prováveis.

Por outro lado, responsáveis pela integração devem estruturar o seu discurso de forma coerente e sistemática, assim como todos os envolvidos. Falar a mesma linguagem, utilizar os mesmo argumentos de forma a transmitir para o exterior uma imagem forte e coesa, distanciando-se significativamente da piedade e caridade.



Todos os contactos com empresários deveram ser cuidadosamente planeados, para que se possa criar uma maior proximidade em relação ao mundo empresarial.

Vários autores referem ainda que a integração profissional depende muito do tipo de deficiência, pois existem diferenças acentuadas quanto às disponibilidades das empresas em admitirem certos deficientes. Aqueles com deficiências ligeiras físicas ou doenças internas têm melhores perspectivas de inserção profissional que os portadores de paralisia cerebral ou deficiência mental. Muitas vezes tal facto justifica-se pela ignorância e desconhecimento, por parte dos empregadores, das reais capacidades dos dois grupos em causa.

Uma conclusão inquestionável há a retirar, em relação à integração profissional: quanto mais elevada for a qualificação, melhor são as perspectivas de inserção profissional. Ou seja, tal como tem vindo a afirmar Correia nas suas obras (2003, 2008, 2010), terá que haver ajustamentos no processo de ensino que permitam uma maior escolarização dos portadores de NEE, para que possam beneficiar de melhores postos de trabalho.



3.1- Igualdade de Oportunidades

"Os limites da minha linguagem denotam os limites do meu mundo."

Ludwig Wittgenstein

Desde os anos setenta que se tem vindo a defender a integração de crianças portadoras de deficiência no ensino regular, mas só nos anos noventa é que verdadeiramente se assiste a uma mudança de mentalidade neste sentido, embora se tenham levantado algumas vozes em protesto.

Tendo em conta esta nova realidade Peters (2003) afirma que, após a realização de alguns estudos sobre a escola inclusiva, a importância deve ser dada à formação pedagógica de docentes e só depois a reforma das escolas.

A inclusão dos portadores de deficiência deverá ser uma realidade em todas as escolas portuguesas, o que nem sempre acontece, pois não é tarefa fácil e a verdade é que a grande maioria dos professores não está preparada.

Assim, o professor deve aprender a ser um educador especial, “tendo as atitudes e empregando as técnicas e as metodologias próprias do ensino especial (...) Deve estabelecer objetivos mais concretos, realistas, exequíveis e funcionais do que os programas habituais” Troncoso e Cerro (2004).

Também Booth e Ainscow (2002) advogam que é com a escola inclusiva que se dá acesso ao processo de ensino/aprendizagem, cortando barreiras discriminatórias e veiculando a construção da sociedade inclusiva.

Tendo em conta o afirmado por Zabalza (1994) o ensino ministrado deve partir de um currículo nacional, no caso da ilha de S. Miguel, onde fizemos o nosso estudo de caso, parte-se de um currículo regional, para um currículo adaptado a cada turma, de acordo com as especificidades dos alunos.

Deste modo, há a possibilidade de usufruir ao máximo as potencialidades dos recursos existentes, bem como da envolvência do meio ambiente. A escola é visionada como um meio facilitador de vivências e aprendizagens, visando o sucesso educativo e, consequentemente, uma integração profissional de sucesso.



Roldão (1999) tendo em conta a diferenciação curricular para um ensino de sucesso explica que “diferenciar significa definir percursos e opções curriculares diferentes para situações diversas [...]”.

Quando se percorrem as páginas da internet, acerca da inclusão de alunos deficientes, poucos são os trabalhos que nos aparecem relacionados com a realidade portuguesa, o que dificulta um trabalho de pesquisa. Correia, supracitado no âmbito do primeiro capítulo, explica que para o êxito da escola inclusiva “nem todos os professores estão preparados para responder às necessidades especiais dos alunos ou assumirem uma maior responsabilidade quanto ao seu ensino”. Correia (2008)

O mesmo autor citando Correia e Martins (2000) diz que “tem-se verificado que eles [os professores] têm alguns receios [...] especialmente porque sentem que lhes falta a formação necessária para ensinar os alunos com NEE”.

As políticas de inclusão terão que ser repensadas, de modo a proporcionar o acesso ao ensino público, desde o pré-escolar, até ao ensino superior, a todos os cidadãos, incluindo os deficientes. A noção de “escola inclusiva é baseado na premissa de que todas as crianças com NEE beneficiam, tanto académica como socialmente, de um meio de aprendizagem onde se encontrem outras crianças com realizações académicas normais, em oposição à sua colocação em ambientes segregados” (Banerji & Dailey, 1995).

Os diferentes intervenientes, pais, professores e técnicos, terão que ter um grau de cumplicidade que lhes permita trabalhar para um único objetivo – a integração completa e de sucesso destas crianças.

Várias têm sido as vozes que vêm defender a inclusão de alunos portadores de deficiência, como o método ideal de os preparar para uma vida social e profissional de sucesso. É o caso de Lima-Rodrigues e al (2007) “Assumir que todos os alunos aprendam juntos e que têm direito à educação, independentemente das suas dificuldades e diferenças, é a conceção da Escola Inclusiva.”

No entanto, há que ter presente, segundo Correia (1999), que “o princípio da inclusão não deve ser tido como um conceito inflexível, mas deve permitir que um conjunto de opções seja considerado sempre que a situação o exija”.

A legislação prevê que todos tenham o mesmo acesso à educação e as mesmas competências a adquirir, acontece que com a inclusão dos deficientes terá que se repensar todo o processo. Os instrumentos de trabalho, bem como as técnicas e estratégias a adotar



terão que ser em maior número e mais variados. Nielson (1999) alerta: “Na maior parte dos casos, os professores não estão preparados para trabalhar com os alunos com necessidades educativas essenciais que têm nas suas classes”.

Por mais que o Ministério da Educação batalhe pela inclusão, no sentido do ensino ser transmitido a todos, independentemente da cor, etnia, sexo, religião, capacidades físicas ou mentais, terá que haver uma prévia, honesta e fundamentada preparação dos intervenientes.

Todo o processo de inclusão é uma enorme luta, no sentido de haver uma perfeita harmonia entre aluno – professor e entre aluno – aluno. O preconceito facilmente espreita e as vítimas são sempre o deficiente auditivo, que muitas vezes são discriminados e mesmo excluídos.

Alvarez (1994) refere que “todos os alunos têm necessidades educativas, pelo que há alunos que, por determinadas circunstâncias, terão de ajudas especiais que poderão ser transitórias em determinadas ocasiões e permanentes noutras.”

Após a Declaração de Salamanca, em 1994, houve a necessidade de se desenvolver novas medidas legislativas a implementar no que concerne a escola inclusiva em Portugal, bem como a futura integração profissional.

Num conjunto de decretos-lei, portarias, despachos normativos, despachos conjuntos, despachos e leis decreta-se o ensino universal e democrático, em que as particularidades de cada aluno terão que ser reproduzidas nos Projetos Educativos Individuais (PEI). Há ainda a criação de benefícios fiscais para os portadores de deficiência, bem como para os seus familiares diretos. A nível profissional assiste-se também a incentivos para os empregadores, o que levou a uma maior e melhor integração profissional.

Referem-se os intervenientes e os procedimentos a adotar na elaboração dos Projetos Educativos Individuais (PEI) dos alunos portadores de deficiência. Há ainda a criação de Planos Individuais de Trabalho (PIT) quando os alunos não forem capazes de adquirir aprendizagens e competências definidas no currículo.

De acordo com Gaio (2004), "a inclusão é uma possibilidade que se abre para o benefício de alunos com e sem deficiência"

No que diz respeito aos alunos portadores de deficiência auditiva há alusão a modalidades específicas de educação, como sendo o ensino bilingue, da Língua Gestual



Portuguesa e da língua portuguesa, promovendo a igualdade de oportunidades. Para tal é fundamental a permanência quer de um intérprete, quer de um docente do ensino especial, com conhecimento da LGP, nas diferentes disciplinas curriculares e não curriculares, para uma inclusão de sucesso. Deste modo, colmata-se a compreensão/aquisição de saberes, a problemática da comunicação e a interação socioeducativa.

Para colmatar a exclusão social o estado criou ainda incentivos fiscais que visam a integração profissional de deficientes no mercado de trabalho. (Lei nº 48/VII/2009, de 29 de dezembro, Art.º 41º: Incentivos fiscais concedidos a empresas que contratem pessoas portadoras de deficiência).

O estado português tem vindo gradualmente a reconhecer os direitos dos cidadãos portadores de deficiência, mas muito há ainda a fazer.

3.2- Preparação dos Docentes do Ensino Regular

"Os sinais podem ser agressivos, diplomáticos, poéticos, filosóficos, matemáticos: tudo pode ser expresso por meio de sinais, sem perda nenhuma de conteúdo."

Emmanuelle Laborrit

Quando um professor, durante a sua formação académica, independentemente da área que segue, finaliza os seus estudos, não está capacitado para lidar com alunos deficientes. Mesmo que o tema seja abordado numa ou noutra cadeira, não lhe são transmitidas as skills necessárias para ser um bom profissional. Por isso quando se deparam com um aluno na sala de aula muitos são assolados pela dúvida e incerteza, chegando mesmo a questionar a inclusão como método correto de ensino.

O ideal seria o Ministério da Educação apostar na formação de docentes do Ensino Especial. Buffa (2002), na obra *A Inclusão da Criança Deficiente Auditiva no Ensino Regular: uma Visão do Professor de Classe Comum*, defende isso mesmo. O que tem vindo a acontecer é uma aposta cada vez mais individual de docentes, de diferentes áreas pedagógicas, em pós-graduações e mestrados em Ensino Especial (cognitivo-motor,



audição e surdez, invisuais, ...). Lorenzetti (2002) tem vindo a evidenciar as falhas dos responsáveis pela escola inclusiva, salientando a necessidade de cursos especializados, debates, formações, seminários, entre outros.

Mutaner (2000) expõe que para se atingir a igualdade de oportunidades há que criar estratégias/atividades que promovam uma escola democratizante, onde as individualidades de cada um sejam atendidas independentemente do grau de deficiência.

Também em Booth e Ainscow (2002) se evidencia o ensino planeado de acordo com os destinatários, visando a aceitação da diferença e a socialização. Há que estruturar o ensino de modo a proporcionar a participação ativa de todos os intervenientes.

Da parte dos professores e restante comunidade educativa, tem de haver uma alteração de mentalidades e um esforço coletivo para que a inclusão seja uma realidade conseguida. A colocação física de uma criança com NEE numa sala de aula do ensino regular, por si só, não é garantia de sucesso educativo nem de inclusão.

Os alunos com necessidades educativas especiais devem ser reconhecidos como um desafio, um estímulo para a promoção de estratégias destinadas a criar um ambiente educativo mais rico e favorável para todos. Por outro lado, deve-se ultrapassar conceções baseadas na deficiência, assegurando a inclusão de alunos com dificuldades de aprendizagem, como potenciais ativos, capazes, promotores de enriquecimento pedagógico de toda a turma.

Tendo em conta a escola inclusiva Peters (2003), que tem feito estudos a nível mundial, vem explicar que a formação de professores, em particular dos docentes do ensino especial, é um fator decisivo na promoção do sucesso da escola inclusiva. Se não houver êxito nesta fase dificilmente haverá uma integração profissional de sucesso.

É importante que os professores comecem a questionar que o insucesso dos alunos é condicionado por fatores individuais, mas também por fatores relacionados com a organização e com os professores. Importa reunir e partilhar os saberes de todos os intervenientes do processo educativo, professores, pais, comunidade em geral de modo a promover cada vez melhor a tão desejada educação para todos e uma escola inclusiva.

Quando um aluno é inserido numa turma do currículo dito normal deveria haver o cuidado, da parte da direção das escolas, de preparar os docentes dessa mesma turma, quer



através de métodos de comunicação, quer através de técnicas e estratégias de ensino a adotar.

Os próprios docentes, muitas vezes, não têm conhecimento dos casos especiais de alunos nas turmas que irão lecionar, nem as suas especificidades, o que poderá levar a sentimentos de impotência e mesmo inaptidão. Daí a necessidade de se ir promovendo “grandes mudanças organizacionais e funcionais, a nível da articulação dos diferentes atores educativos, da gestão da sala de aula e do próprio processo de ensino-aprendizagem”, encontrando “soluções para lidar com a diversidade, soluções essas que permitam construir identidades positivas e fomentar o respeito pela diferença” (Freire & César, 2001).

As preparações das aulas pelos docentes, muitas das vezes, mantêm-se iguais à de outras turmas. Não é possível assim haver uma correta aprendizagem da parte dos deficientes. Terá obrigatoriamente que haver ajustes. Isto implica mais trabalho e os nossos profissionais nem sempre têm disponibilidade nos seus horários. Um aspeto a ter em consideração para uma superior e harmonizada inclusão.

Tal como se evidencia ao longo deste trabalho a falta de preparação dos docentes leva a uma má integração e, conseqüentemente, a uma inclusão lesiva. Propõe-se, deste modo, sessões de formação como forma de colmatar as dúvidas e dificuldades dos docentes, por um lado, e facilitar o processo de ensino/aprendizagem dos deficientes, por outro.

“A Escola de hoje é o compromisso das orientações liberal, democrática e utilitarista, desempenhando, cumulativamente, funções de socialização global, de especialização e de educação geral mediante a proposta de uma cultura comum, não discriminante socialmente” (Pacheco, 2000).

Mesmo tratando-se de profissionais com alguma graduação e tempo de serviço as dificuldades, bem como as complicações de comunicação são um fator a ter em consideração. O transmitir de conhecimento e a perceção dele são aspetos que mais complicações, dificuldades e mesmo obstáculos, comprovam a falta de preparação dos profissionais de ensino/aprendizagem.

Atualmente não existe uma preparação por parte dos profissionais, professores, o que muitas vezes leva a um sentimento de impotência, dos mesmos. Mas, também há a



Escola Superior de Educação João de Deus

salientar o enorme desejo de querer fazer e saber fazer. Em ambiente escolar não me parece haver revelações de desistência, mas sim vontade de aprender.



4º Capítulo

Parte Prática



4.1- Propósito da Investigação

A elevada taxa de desemprego que, nos últimos anos se faz sentir nos países constituintes da União Europeia, teve repercussões na sociedade em geral e na população portadora de deficiência em particular.

Na região Autónoma dos Açores o cenário não foi diferente. A maioria dos entrevistados manifestou alguma preocupação em relação ao futuro profissional. Não é portanto de admirar que a taxa de desemprego seja elevada, atingindo para a população portadora de deficiência o dobro em relação à população desempregada dita normal. (<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srtssdrtpdc/textoImagem/Dire%C3%A7%C3%A3o+de+Servidos+do+Trabalho.htm>)

Para Maria (1993), num artigo da *Revista Integrar*, “Integrar, Breve Reflexão”, nos diversos países europeus as exigências ao nível da produtividade são altas, ou seja é exigido muito da capacidade de trabalho dos assalariados.

As pessoas portadoras de deficiência continuam a pertencer aos grupos mais duramente afetados, assim como estão dependentes da conjuntura, ou seja quando é favorável em termos de emprego há trabalho, quando é desfavorável há desemprego.

Houve um acréscimo de dificuldades para o acesso ao emprego no mercado de trabalho. Esta conjuntura desfavorável representa um desafio a enfrentar pelos diversos governos (países europeus) na tentativa de solucionar e favorecer através da adoção de normas e estratégias o problema da integração sócio-profissional.

Ao fazer um tratamento teórico da legislação e do enquadramento sócio-profissional dos portadores de deficiência pareceu-nos evidente verificar, através de estudo empírico, tomando como referência os estudos relacionados por diversos autores, mencionados na parte teórica, a possibilidade de afetação das pessoas portadoras de deficiência no mercado de emprego na ilha de São Miguel (Açores).

O estudo foi direcionado propositadamente a portadores de diversos tipos de deficiência, bem como a diferentes empresas, onde estão inseridos. A precariedade da sua situação profissional é um dado inquestionável.



Escola Superior de Educação João de Deus

Todos os entrevistados demonstraram conhecimento da crise que tem assolado o país e o mundo. Daí que o receio em ficarem desempregados, num futuro próximo, seja uma constante nas suas vidas e dos seus familiares.

Numa segunda parte da investigação optou-se pela realização de um questionário aos empregadores, para averiguar até que ponto estão conscientes quer das dificuldades de acesso, quer da legislação e consequentes incentivos laborais.

Quer os entrevistados, quer os inquiridos estão conscientes das acrescidas dificuldades, neste período de crise político-económica que assola o país.



4.2- Amostra

A população desta investigação é uma amostra representativa, dos trabalhadores portadores de deficiência, da integração na ilha de São Miguel. Tendo em conta o pressuposto que “A análise pode efetuar-se numa amostra, desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial.” (Bardim, 2008).

Numa primeira parte temos o estudo realizado com um grupo de dez portadores de diferentes tipos de deficiência inseridos no mercado de trabalho.

É de salientar que de entre este grupo apenas três indivíduos se encontram numa situação profissional estável. Os restantes sete embora se encontrem no mercado de trabalho não têm ainda um vínculo estável.

O critério de escolha da amostra teve em conta uma maior abrangência de deficiências e ramos profissionais, mas também a inclusão de um elemento cuja deficiência só se verificou após a entrada no mercado de trabalho.

Neste trabalho não iremos revelar o nome verdadeiro de cada indivíduo, por pedido dos mesmos, passando apenas a identificá-los por A1, A2, ...A10.

Numa segunda parte temos o grupo dos dez empregadores (dos dez trabalhadores selecionados) submetidos a um questionário, cujas respostas iremos registar através de gráficos, numa fase posterior. Aqui não se fará uma breve caracterização de cada um dos empregadores dos dez trabalhadores, pois facilmente seriam identificados. Mas posteriormente serão identificados como B1, B2, ...B10.

A1 – Trata-se de um indivíduo portador de deficiência mental, com vinte e quatro anos, a executar a profissão de lavador de automóveis, numa gasolinera.

Integrou a escola desde o jardim de infância, onde permaneceu três anos, usufruindo de um adiamento de matrícula. Fez o primeiro ciclo acompanhado por um professor do ensino especial. No segundo ciclo também foi acompanhado por um professor do ensino especial e usufruiu de um currículo adaptado, frequentando apenas



algumas disciplinas, por ano. Como habilitações literárias tem o equivalente ao sexto ano de escolaridade.

Neste momento encontra-se sem contrato de trabalho. Trata-se de uma situação precária, em que a qualquer momento poderá ser dispensado. É de referir que o empregador é parente do assalariado, o que poderá dar-lhe alguma segurança.

A2 – Este indivíduo é portador de deficiência motora (Hemiparesia direita), tem vinte e três anos e está a realizar a atividade de contínuo numa empresa.

Integrou a escola desde o jardim de infância, onde permaneceu dois anos, fez o primeiro ciclo acompanhado por um professor do ensino especial, pois também manifestava dificuldades de aprendizagem. No segundo ciclo também foi acompanhado por um professor do ensino especial, devido às dificuldades de aprendizagem. No terceiro ciclo deixou de ter acompanhamento. Foi aí que aumentaram as dificuldades a acabou por desistir após ter estado dois anos no sétimo ano e um no oitavo que não conseguiu concluir.

Como habilitações literárias tem o sexto ano de escolaridade. Contrato de trabalho. Encontra-se em situação precária de trabalho.

A3 – Trata-se de um indivíduo portador de deficiência auditiva com trinta e dois anos de idade. É auxiliar de laboratório numa fábrica de laticínios.

Integrou a escola desde o jardim de infância, onde permaneceu três anos, beneficiando de um adiamento de matrícula, devido à inexistência de um professor especializado em surdos. Fez o primeiro ciclo, noutra área de residência, acompanhado por um professor do ensino especial. No segundo e terceiro ciclo também foi acompanhado pelo mesmo professor do ensino especial. Devido a dificuldades económicas da família não pôde prosseguir estudos.

Como habilitações literárias tem o nono ano de escolaridade. Neste momento a nível profissional encontra-se a contrato de trabalho, ou seja em situação precária.



A4 – Este indivíduo é portador de deficiência mental ligeira com trinta anos. Neste momento encontra-se a trabalhar numa unidade hoteleira, como auxiliar de limpeza.

Integrou a escola desde o jardim de infância, onde permaneceu dois anos, fez o primeiro ciclo acompanhado por um professor do ensino especial, pois também manifestava dificuldades graves de aprendizagem. No segundo ciclo não conseguiu integrar-se, acabando por desistir da escola. Durante cinco anos esteve ao cuidado da família. Depois acabou por se integrar num curso na Escola de Formação – Serviços Pessoais e Domésticos.

Após algumas tentativas de trabalho, neste momento é detentor de um contrato de trabalho. Também é uma situação precária, mas é a primeira vez que se encontra a trabalhar, havendo, por parte do indivíduo, uma motivação muito grande.

A5 – Trata-se de um indivíduo portador de deficiência motora (monoparesia) com vinte anos de idade, a realizar serviços de ajudante numa papelaria/livraria. Tem o sexto ano de escolaridade.

Integrou a escola desde o jardim de infância, onde permaneceu três anos, usufruindo de um adiamento de matrícula, devido também às dificuldades de aprendizagem. Fez o primeiro e o segundo ciclos acompanhado por um professor do ensino especial. No segundo ciclo também usufruiu de um currículo adaptado, frequentando apenas algumas disciplinas, por ano. No terceiro ciclo deixou de ter apoio, devido à inexistência de técnicos especializados e acabou por desistir quando frequentava o oitavo ano. Posteriormente ingressou na Escola de Formação, onde concluiu o curso de Serviços Administrativos.

Neste momento encontra-se sem contrato de trabalho. Trata-se de uma situação precária. No entanto, o empregador é seu tio, o que poderá dar-lhe alguma segurança e estabilidade futura.

A6 – Este indivíduo é portador de deficiência auditiva. Tem dezanove anos de idade e está a exercer a função de trabalhador agrícola, numa empresa de cultivo de plantas aromáticas. Tem a quarta classe.



Integrou a escola desde o jardim de infância, onde permaneceu três anos, beneficiando de um adiamento de matrícula, devido à inexistência de um professor especializado em surdos. Fez o primeiro ciclo acompanhado por um professor do ensino especial. Além da sua deficiência também revelava grandes dificuldades de aprendizagem. Devido a dificuldades económicas da família não pôde prosseguir estudos. Acabou por ir ajudar o pai numa empresa de cultivo de plantas, assim que saiu da escola. Sempre é mais um ordenado para ajudar no precário orçamento familiar.

Encontra-se sem contrato de trabalho, em situação precária e não sabe até quando o «patrão do pai», como o designou, lhe irá continuar a dar trabalho.

A7 – Trata-se de um indivíduo portador de deficiência motora (espinha bífida), com dezoito anos de idade, a exercer a profissão de trabalhador agrícola numa empresa dedicada à cultura do ananás.

Integrou a escola aos seis anos não frequentando o jardim de infância. Usufruiu de um adiamento de matrícula no primeiro ano de escolaridade, pois não conseguiu adquirir as competências necessárias, devido à falta de assiduidade. Fez o primeiro ciclo acompanhado por um professor do ensino especial, mas o seu desenvolvimento foi muito lento. No segundo ciclo deixou de ter apoio, devido à inexistência de técnicos especializados, acabando por desistir quando frequentava o sexto ano. Posteriormente ingressou na Escola de Formação, onde concluiu o curso de Agropecuária, ficando com o sexto ano.

A mãe é viúva e necessita do salário do filho para ajudar a sustentar a família. No entanto, devido à sua deficiência existem dias em que o indivíduo tem de faltar. Talvez essa seja uma das razões que leva o empregador a não lhe dar um contrato de trabalho. Encontra-se em situação precária. E com alguns traços de maus-tratos, talvez até de fome, no entanto a sua motivação perante a vida é enorme e diz mesmo que «irá sempre lutar contra tudo e contra todos», por um futuro melhor.

A8 – Trata-se de um indivíduo portador de deficiência visual, com trinta e nove anos de idade. Neste momento encontra-se a exercer a profissão de telefonista, numa



empresa pública.

Integrou a escola aos seis anos não frequentando o jardim de infância que, segundo o mesmo, na altura não lhe era dirigido. Usufruiu de um adiamento de matrícula no primeiro ano de escolaridade, pois não conseguiu adquirir as competências necessárias, devido à inexistência de um técnico especializado em Braille. Foi transferido para outra escola, integrando um grupo de invisuais. Fez o primeiro ciclo acompanhado por técnicos especializados em invisuais, onde adquiriu as competências necessárias.

Quando foi para o segundo ciclo, manifestou algumas dificuldades, mas o acompanhamento por parte do técnico especializado foi determinante para o sucesso educativo, acabando por ir para o terceiro ciclo, o qual concluiu repetindo o oitavo e o nono.

Como escolaridade tem o nono ano e encontra-se nos quadros de uma empresa pública. Está numa situação estável quer a nível profissional, quer a nível pessoal.

A9 – Indivíduo portador de deficiência motora (paraplégico) com vinte e sete anos de idade, a exercer a função de administrativo na Câmara Municipal.

O indivíduo ingressou no ensino pré-escolar aos quatro anos de idade, onde permaneceu dois anos. Fez o primeiro ciclo com excelentes notas. Foi para o segundo ciclo e os resultados mantiveram-se.

No terceiro ciclo, devido a alguns comportamentos desviantes, acabou por repetir o oitavo ano de escolaridade. Prosseguiu estudos e seguiu para o secundário na área da informática.

Acabou por ficar com o décimo segundo ano e ingressou no mercado de trabalho. Entrou através de um concurso para uma empresa pública, onde se encontra atualmente, nos quadros da dita empresa.

É de referir que a sua deficiência motora foi devido a um acidente rodoviário. Já se encontrava efetivo, havendo apenas algumas alterações pontuais a nível de acessibilidades.

A10 – Este último indivíduo é surdo-mudo, tem trinta e um anos de idade.



Encontra-se a exercer a profissão de animador social, numa empresa pública.

Como percurso escolar é de referir a dificuldade inicial sentida pelos progenitores em encontrar uma escola que tivesse resposta para a deficiência do seu filho. Após algumas tentativas, foi inserido com oito anos, numa turma fora da sua área de residência. Sempre foi muito empenhado e interessado, revelando excelentes resultados.

Foi sendo acompanhado, nos diferentes ciclos pelos técnicos especializados em surdos-mudos. Os resultados mantiveram-se. Fez o secundário numa escola profissional onde tirou o curso de Animador Social. Após esta aprendizagem ingressou no mercado de trabalho, acabando por deparar com algumas dificuldades. Devido à enorme motivação que o guia foi sempre atualizando e acrescentando os seus conhecimentos.

Num concurso público, concorreu a uma vaga para animador social, acabando por entrar. Neste momento, encontra-se nos quadros de uma empresa pública. Está numa situação profissional e económica estável. O mesmo chegou a afirmar que «colheu os frutos que plantou», «foi difícil, mas consegui».



4.3- Metodologia

Após o enquadramento teórico-legal, que nos possibilitou a compreensão da complexa integração dos indivíduos portadores de deficiência, chegámos a uma nova perspectiva do trabalho, que se prende com todo o processo metodológico.

Nesta fase do trabalho teve-se em conta o tipo de estudo a utilizar, bem como o meio onde se desenvolve (neste caso a ilha de São Miguel), compreendendo as práticas utilizadas para a recolha, processamento e posterior análise dos dados. Os indivíduos selecionados e as empresas empregadoras também contribuíram para que houvesse uma abrangência de casos e tipos de trabalho.

A entrevista é a única técnica em que se assiste a uma interação entrevistador – entrevistado, através da comunicação oral. Há que saber utilizá-la para se retirar o máximo de rendimento. Para recolher dados dos empregadores/patrões optou-se pelo questionário, pela questão de salvaguardar o tempo escasso que detinham. Deste modo proporcionava-se a sua elaboração a qualquer momento do dia, sem haver pressão, contribuindo para a veracidade dos dados recolhidos.

Em ambos os casos optou-se pelo método qualitativo. Bell (1997) expõe que “os investigadores que adotam uma perspectiva qualitativa estão mais interessados em compreender as perceções individuais do mundo, procuram compreensão, em vez de análise estatística”.

Segundo Fortin (1990) o investigador terá que seguir certas etapas, com vista à validação do estudo. O mesmo deverá saber escolher e formular um problema de investigação, enunciar o objetivo, bem como as questões de investigação, definir a metodologia de investigação, escolher o método de colheita e análise de dados, recolher e analisar os dados, interpretar os resultados e proceder à sua comunicação.

De acordo com o desenvolvimento do conhecimento científico pode-se optar por duas perspectivas de investigação distintas: O paradigma qualitativo e o paradigma quantitativo. Para a consecução dos objetivos da nossa investigação realizámos um estudo do tipo qualitativo. Como método de recolha de dados utilizou-se a entrevista e como método de tratamento de dados a análise de conteúdos, baseada numa grelha de



categorizações pré-definidas. Numa segunda parte optou-se pelo questionário e pela análise gráfica das respostas. Nesta fase pretende-se averiguar o papel e a perspetiva dos empregadores/patrões face à integração profissional dos portadores de deficiência.

Tendo em conta a investigação proposta, a abordagem qualitativa assume pertinência relevante, dada a possibilidade de compreender verdadeiramente até que ponto a integração de indivíduos portadores de deficiência é uma realidade de sucesso ou não. O estudo de tipo qualitativo permite compreender de uma forma holística a realidade.

Ao optar pela entrevista, uma das ferramentas mais utilizadas na investigação, teve-se em conta a possibilidade de proporcionar aos intervenientes uma maior liberdade ao direcionar o diálogo e permitir, ao mesmo tempo, a recolha de dados mais personalizados.

Houve o cuidado de realizar a entrevista num ambiente informal, coloquial, de modo a possibilitar uma maior abertura e aproximação dos entrevistados.

O tipo de entrevista utilizada continha perguntas previamente estipuladas e sequenciadas, ou seja semiestruturada. No decorrer da elaboração da entrevista procurou-se realizar perguntas imparciais e claras.

Relativamente ao questionário, como já foi exposto anteriormente, o mesmo foi deixado previamente junto dos empregadores/patrões para preenchimento, passando-se pela empresa um ou dois dias depois para a sua recolha e proceder à análise dos dados.

Houve o cuidado de realizar um questionário simples e claro, com questões fulcrais, tendo como objetivo averiguar se a inclusão escolar leva a uma integração profissional de sucesso, dos portadores de deficiência.



4.4- Método de Recolha de Dados

Após uma reflexão cuidada acerca do instrumento de investigação a utilizar, tendo em conta o objeto de estudo, a escolha da entrevista foi a opção tomada para a primeira parte, uma vez que atendia às necessidades deste estudo. É “um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas selecionadas cuidadosamente, cujo grau de pertinência, viabilidade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos de recolha de informações” Ketele (1999, p. 18).

Numa segunda fase a escolha recaiu no questionário, pois os empregadores/patrões não estavam disponíveis em termos de tempo, para a realização da entrevista. Por isso, optou-se pelo preenchimento do questionário, uma vez que possibilitava uma certa escolha na gestão do tempo para a sua concretização. Os questionários eram deixados e quando estavam preenchidos eram recolhidos, para a sua posterior análise.

Procedeu-se à elaboração do guião de entrevista e posteriormente entrou-se em contacto com os futuros entrevistados, de modo a proceder à marcação do momento mais apropriado para a aplicação deste instrumento. O mesmo sucedeu com o questionário. Após a sua elaboração foi entregue aos destinatários. Não havendo necessidade de marcação fixa quer para a entrega, quer para a recolha. Embora houvesse um timing a cumprir.

As entrevistas foram marcadas com antecedência, com a predisposição e disponibilidade dos entrevistados, para a consecução das mesmas. No ato da entrevista individual estavam somente presentes os entrevistador e o entrevistado, à exceção dos portadores de deficiência auditiva. Nos três casos houve a necessidade de um intérprete, para que os objetivos da entrevista fossem cumpridos, sem haver o risco de má interpretação.

O tempo de duração da entrevista situou-se entre os trinta e os quarenta minutos. Durante o período de entrevista o entrevistador tentou sempre encorajar, através de linguagem verbal e analógica o entrevistado, para este exprimir abertamente os seus pontos de vista, assim como adotou uma atitude de ouvir cuidadosamente. Dentro deste ponto tentou-se sempre clarificar algumas ideias menos explicativas do entrevistado, através de perguntas do tipo: “ O que quer dizer com isso?”, “ Será que pode explicar



melhor?”, assim como formular as perguntas numa linguagem menos cuidada, quando necessário para que estas fossem entendidas.

A estratégia usada nas entrevistas foi a de evitar tanto quanto possível a directividade e conseqüentemente as questões fechadas, que originam por vezes respostas do tipo “Sim” e “Não”.

O tipo de entrevista utilizada baseou-se na semiestruturada, na qual as questões são previamente estipuladas e sequenciadas. Escolhemos este tipo de entrevistas uma vez que possibilitam a comparação de dados entre os vários sujeitos (Bogdan & Biklen, 1994, p. 135). Outro aspeto a salientar é que, segundo alguns autores, (Ludke & André (1986, p. 34) estas “desenrolam-se partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”.

O questionário elaborado procurou ser simples e focado nos aspetos pertinentes para o nosso estudo, uma vez que a maioria dos destinatários não detinha muito tempo. Evitando correr o risco de ser preenchido sem a correta compreensão das questões, as afirmações foram curtas e diretas.

Quando se pensou neste método de recolha de dados houve a preocupação de facilitar aos empregadores o seu preenchimento. Daí que, aquando da elaboração, as perguntas tenham sido claras e simples, para fácil compreensão. Procurou-se evitar frases ambíguas e diretas, optando-se pelo uso de uma linguagem acessível e com questões pertinentes para o estudo em causa.

Embora os tipos de perguntas possam ser de tipo aberto ou de tipo fechado, optou-se pelo segundo tipo, pois permitem ao destinatário escolher a resposta de uma lista de opções. Neste estudo a forma de alternativas seguiu uma escala com quatro opções (1-Não concordo; 2- Não concordo nem discordo; 3- Concordo; 4- Concordo plenamente).

Mais uma vez se reitera que as entrevistas aos trabalhadores detêm a visão que mais nos interessa para este estudo, embora os questionários aos empregadores também contenham informações basilares para uma correta e real observação da inclusão escolar, tendo em conta a integração profissional.



4.5-Grade de Categorização/Gráficos

Após a transcrição das entrevistas pertinentes efetuámos a análise de conteúdo, passando da descrição à interpretação das mensagens.

Na análise de conteúdo das dez entrevistas, utilizou-se a seguinte estrutura de categorização para se obterem os resultados:

Categorização relativa ao contexto familiar.

Tema	Categoria	Subcategoria
Estrutura do agregado familiar	Nível socioeconómico e social	Contexto sócio-familiar
		Descrição do ambiente familiar
	Ambiente familiar	Relação com os pais

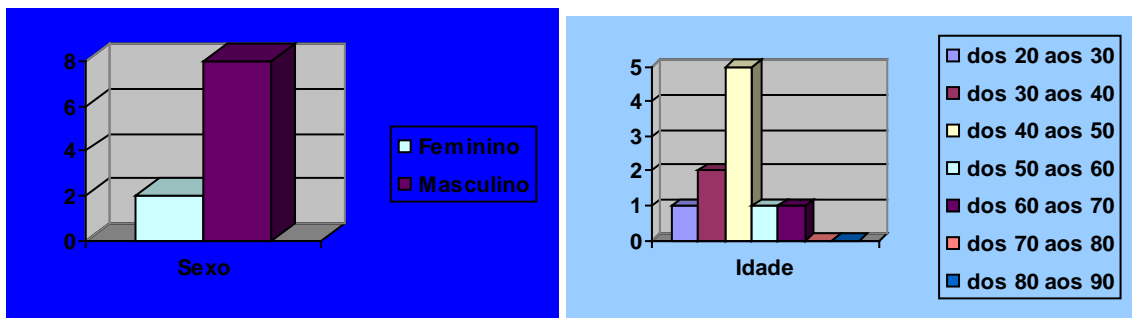
Categorização das entrevistas relativa ao contexto profissional.

Tema	Categoria	Subcategoria
Integração Profissional	Percurso profissional	Dificuldades no processo de integração
		Expetativas e desilusões
	Ambiente de trabalho	Opinião dos outros trabalhadores
		Papel e expectativa da sociedade
		Integração Profissional
	Relação entre pares e Empregador/família	Proximidade vs. distanciamento
Envolvimento parental		

Numa primeira análise de conteúdos foram separados os dados de acordo com os diferentes intervenientes, isto é os efetivos e os em situação precária.

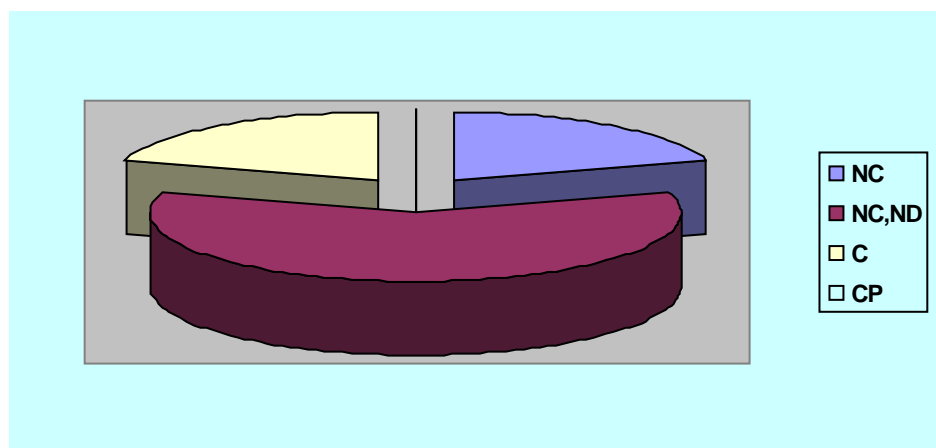
Numa segunda fase utilizando o método de comparação procurámos as convergências entre os vários intervenientes da amostra em termos qualitativos.

De seguida passaremos à análise dos questionários em termos estatísticos. O sistema de gráficos foi o selecionado, embora a análise dos resultados apareça posteriormente. Os dois primeiros gráficos correspondem ao sexo e às idades dos empregadores. Seguindo-se os gráficos referentes a cada uma das questões apresentadas de acordo com as opções selecionadas.

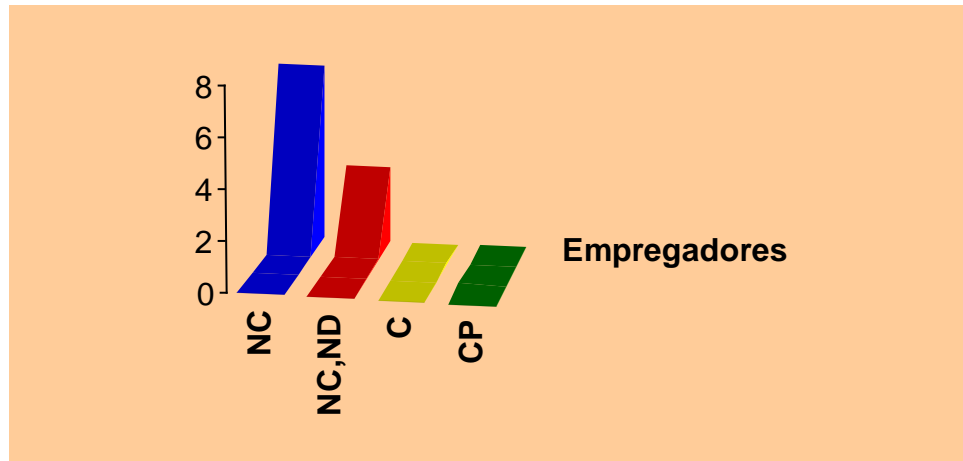


Para a análise das questões, tendo em conta as possibilidades de escolha, na representação dos gráficos houve necessidade de substituir as palavras por iniciais. Assim sendo fica: Não concordo – NC; Não concordo, nem discordo – NC, ND; Concordo – C; Concordo plenamente – CP.

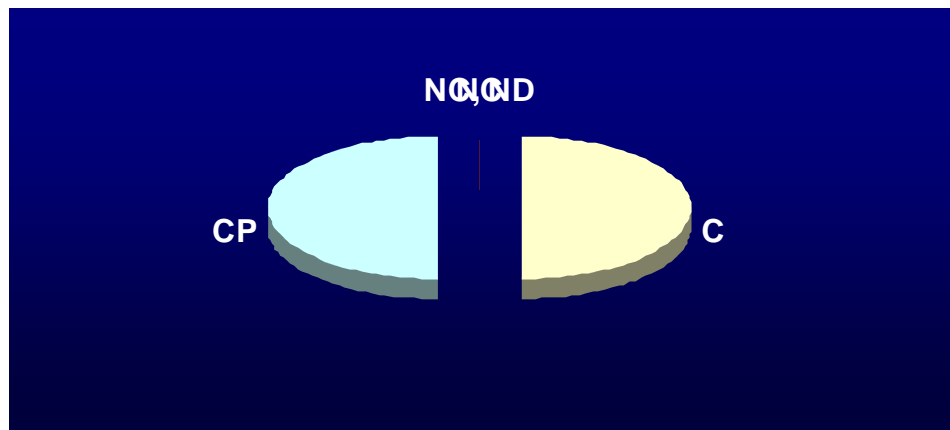
1- O estado português está a proporcionar um ensino de qualidade aos portadores de deficiência.



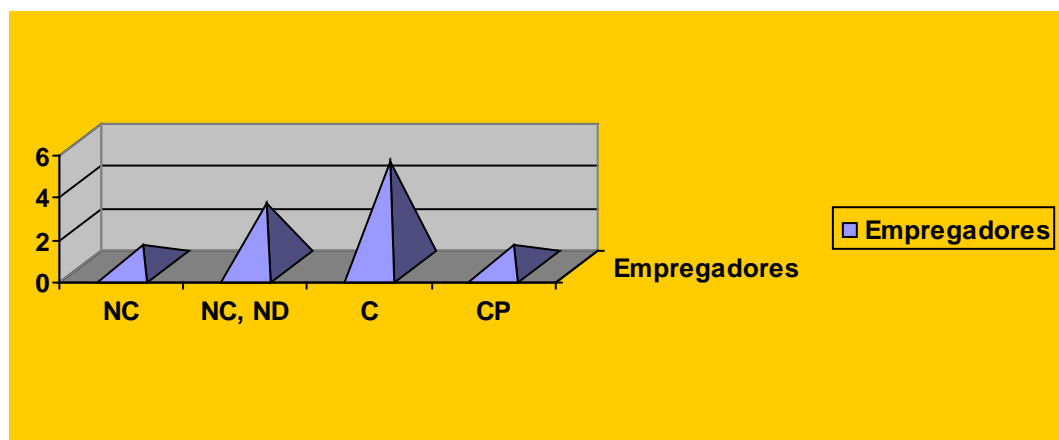
2- A integração profissional é uma realidade na sociedade portuguesa.



3- As necessidades sociais e económicas dos trabalhadores com deficiência são melhor satisfeitas quando a integração profissional é real.

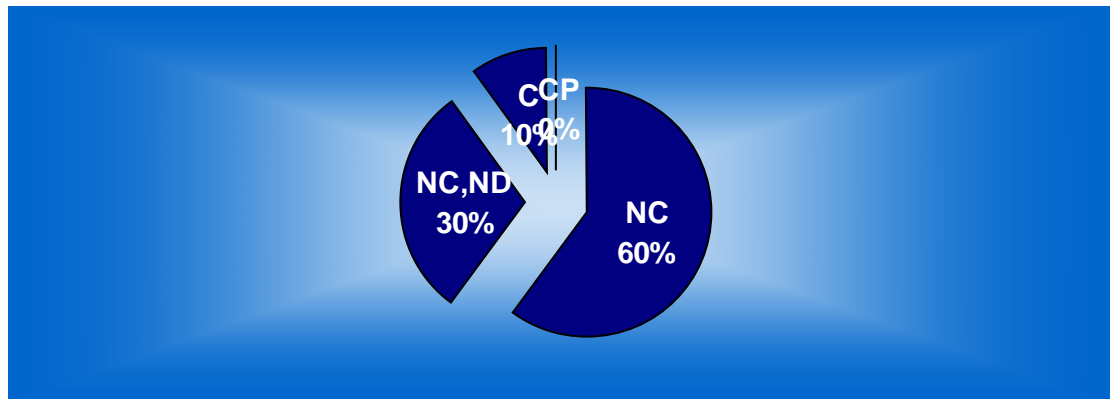


4- Com a integração profissional os portadores de deficiência têm as mesmas condições.

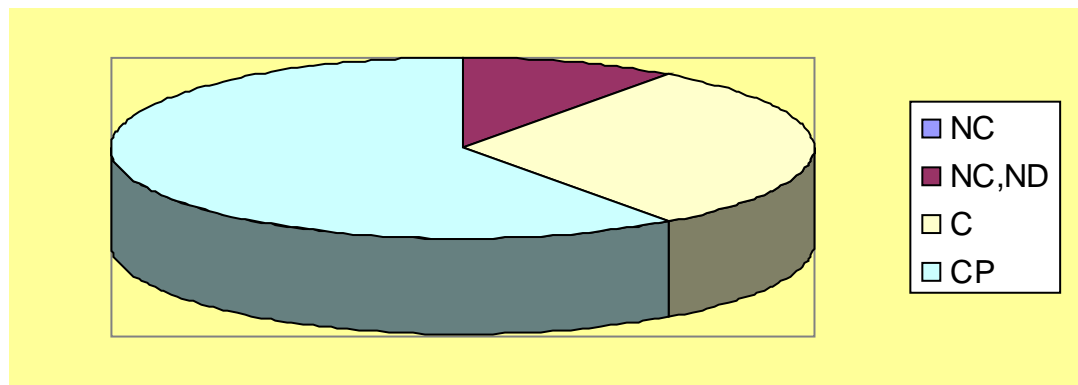


5- Os outros trabalhadores são prejudicados quando na empresa existem portadores

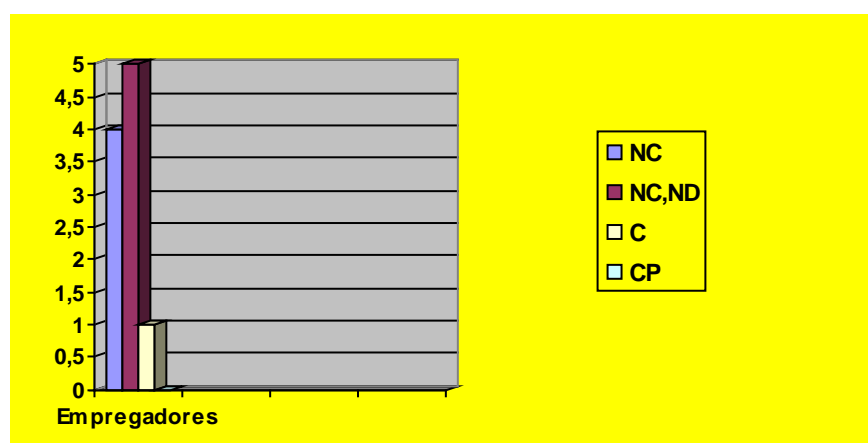
de deficiência.



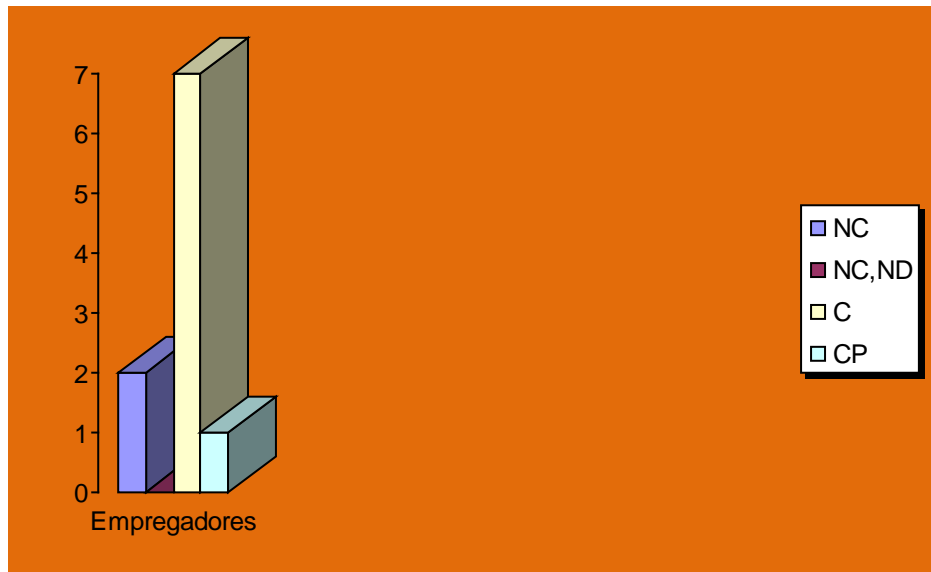
6- A existência de incentivos na legislação para portadores de deficiência facilita a integração profissional.



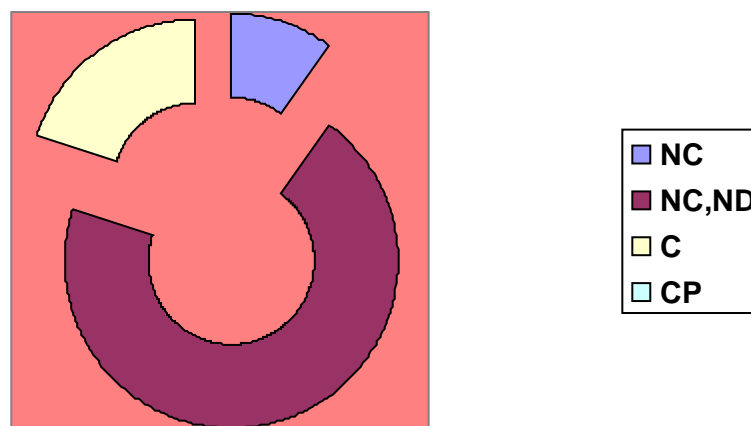
7- É difícil trabalhar com portadores de deficiência.



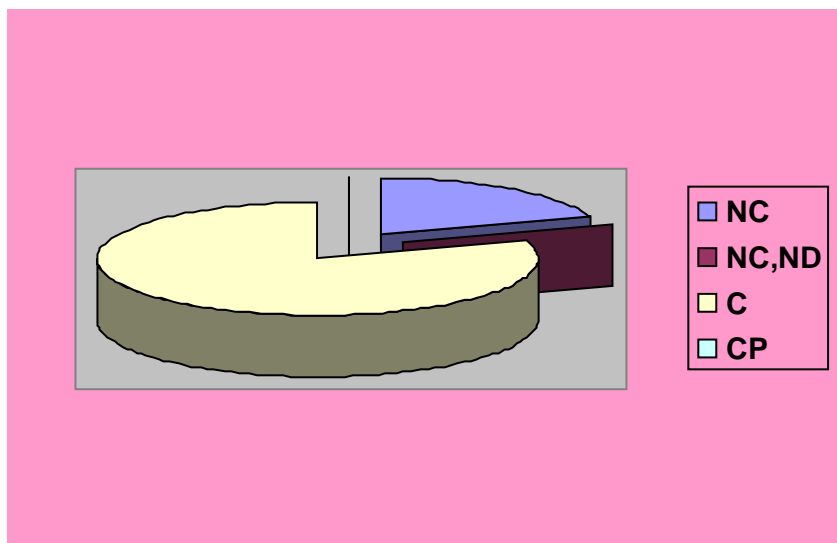
8- Existem falhas no sistema de ensino a portadores de deficiência.



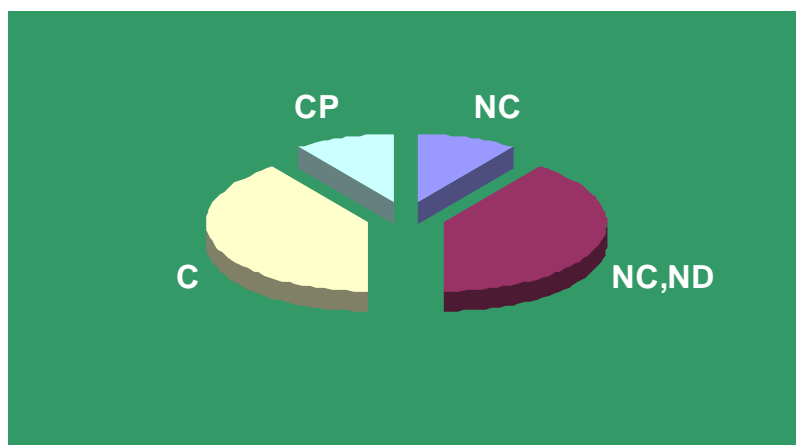
9- As empresas portuguesas estão despertas para a integração profissional de portadores de deficiência.



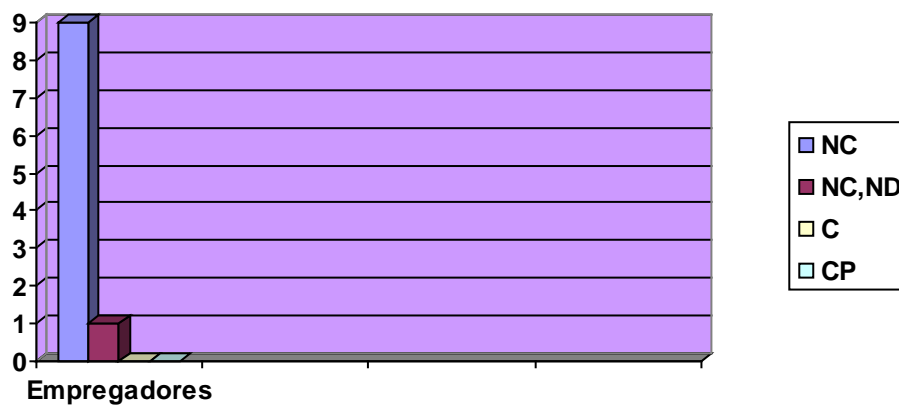
10- Os empregadores/patrões têm, normalmente, em conta a realidade social quando aceitam portadores de deficiência no mercado de trabalho.



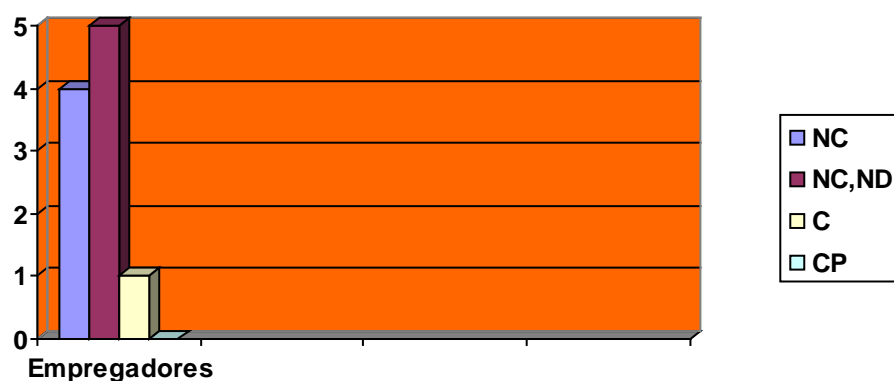
11- É aconselhável que na mesma empresa existam outros portadores de deficiência.



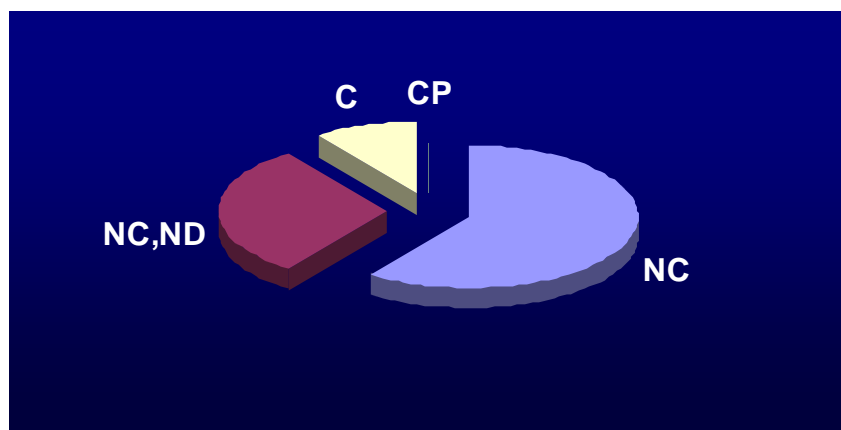
12- O sucesso profissional dos portadores de deficiência está assegurado.



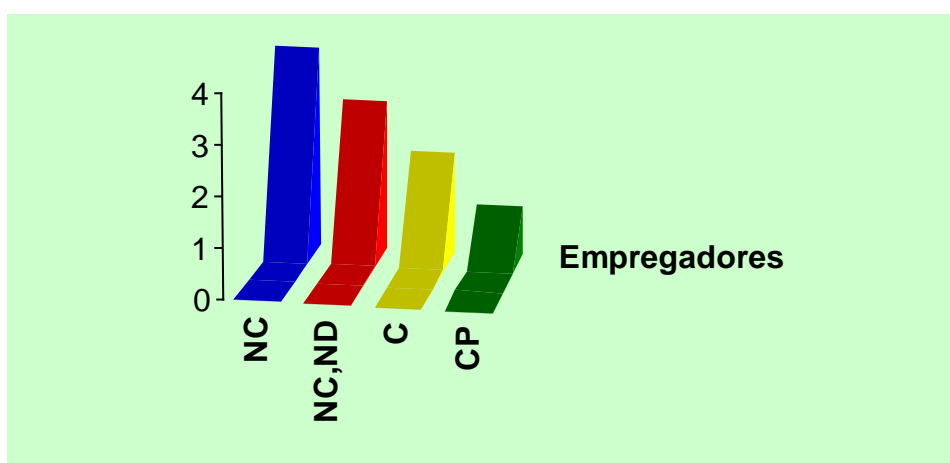
13- Os empregadores/patrões são apoiados pelo estado português.



14- Os portadores de deficiência estão bem preparados para uma vida profissional.



15- Numa mesma empresa é possível ter rendimentos diferentes, entre portadores de deficiência e outros trabalhadores.





4.6- *Discussão dos Resultados*

Nesta parte final do trabalho há que cruzar a informação e dados recolhidos através da análise das entrevistas e dos questionários com o problema de estudo proposto – A legislação atual permite uma escola de inclusão viável e consequentemente uma integração social de sucesso? As duas hipóteses base aplicadas são: hipótese 1 – A legislação atual permite uma escola de inclusão viável e uma integração social de sucesso e hipótese 0 – A legislação atual não permite uma escola de inclusão viável e uma integração social de sucesso.

Neste trabalho, que se traduziu num estudo de uma amostra reduzida, mas significativa no meio em que se insere, tentámos investigar e compreender as dificuldades sentidas no processo de inserção profissional das pessoas portadoras de deficiência. De acordo com Bardim (2008) a amostragem é rigorosa se for representativa.

Os diferentes entrevistados foram escolhidos de acordo com a tipologia da sua deficiência, bem como a diversidade de profissões que desempenham, de modo a possibilitar a este trabalho uma amostra diversificada.

Os questionários foram realizados após a escolha dos entrevistados, pois os destinatários foram os empregadores dos mesmos. Para a realização deste trabalho seguiram-se as orientações de Fortin (1990), para que a validação estivesse assegurada.

Vamos inicialmente proceder à análise das conclusões resultantes das entrevistas e depois passaremos aos questionários. Embora haja alguma convergência nos resultados. As entrevistas encontram-se transcritas no anexo 4 e os questionários no anexo 5. Como os questionários foram entregues em mão já preenchidos foram posteriormente digitalizados.

A APD tem vindo a exercer alguma pressão junto dos representantes do poder político nacional e europeu, uma vez que se continua a não respeitar os direitos dos cidadãos portadores de deficiência. A seguinte transcrição é representativa disso mesmo.

“A gravíssima situação social da esmagadora maioria dos cidadãos europeus com deficiência exige, da parte da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, que esta matéria seja colocada no topo da agenda do próximo mandato. A Europa dos cidadãos impõe a adoção de medidas e programas que assegurem a não discriminação e a efetiva igualdade de oportunidades, incluindo:



1. A imediata ratificação e implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
 2. Um Pacto geral sobre a inclusão social das pessoas com deficiência, que estabeleça os objetivos e metas ao nível nacional e ao nível da União Europeia.
 3. O direito de participar no processo de decisão da União Europeia e a integração global da deficiência no conjunto das políticas nacionais e europeias.
 4. O direito à igualdade de acesso e igualdade de oportunidades em matéria de educação.
 5. O Direito à igualdade de tratamento em matéria de emprego.
 6. O direito à proteção social, à segurança social e a uma pensão social decente.
 7. O direito a uma vida independente no seio da comunidade e o direito às nossas opções de vida.
 8. O direito de acesso aos bens, serviços, transportes públicos e infraestruturas públicas, aos meios de comunicação e de informação.”
- (Associação Portuguesa de Deficientes, Manual *Novos Olhares sobre a Deficiência*, Amadora, 8 de maio de 2009, <http://pt.scribd.com/doc/74419758/2/Participacao-civica>)

No que diz respeito à colocação e enquadramento profissional verificámos unanimidade por parte dos indivíduos ao reconhecerem a necessidade de um melhor funcionamento da integração profissional e social do trabalhador portador de deficiência.

Freire & César (2001) têm trabalhado nas soluções para lidar com a diversidade, tendo como objectivo o respeito pela diferença.

A perceção de que é necessária a integração de portadores de deficiência no mercado de trabalho é unânime. Há que favorecer a socialização, por um lado, e a independência socioeconómica, por outro. Embora o processo deva ser iniciado ao longo do percurso escolar.

Mendes (2002), como já foi referido anteriormente tem vindo a defender as interações que se estabelecem em ambiente escolar, ou seja uma participação ativa na sociedade envolvente, como preparação para a vida adulta e integração profissional.

Inicialmente, aparentemente todos foram aceites pelos colegas de trabalho. No entanto, constatavam que existiam reticências em relação ao seu desempenho. Com o passar do tempo foram sendo aceites e até mesmo respeitados. À exceção do sujeito A4. O desempenho profissional foi determinante para a integração social. Todos foram unânimes em referir que isso contribuiu para o seu rendimento profissional.

Simon (1991) e Vicente (1995) referem que os portadores de deficiência, por norma, não são objeto de uma avaliação positiva, sendo por vezes discriminados em relação aos outros. Embora as limitações possam não corresponder a um fraco



desempenho, o estigma associado à deficiência nem sempre é fácil de ultrapassar.

Ao nível das tecnologias ainda se sentem dificuldades de acessibilidade física, de deficientes motores, ao posto de trabalho. Os trabalhadores sentem que este acesso lhes é vedado por uma inércia ou uma cooperação menos adequada entre os responsáveis ligados à integração profissional.

Roldão (1999) valoriza a diferenciação curricular para um ensino de sucesso. O mesmo explica que “diferenciar significa definir percursos e opções curriculares diferentes para situações diversas [...]”. Quanto maior a oferta educativa, maiores as probabilidades de integração profissional.

Tais acessibilidades estão patentes na legislação portuguesa, o que acontece, especialmente em espaços mais rústicos é que a lei nem sempre é posta em prática e muitas vezes os trabalhadores têm receio de serem despedidos caso contestem tais situações. No caso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) todos são unânimes a referir que quanto mais informação e competência possuem nesta área, aumentam as possibilidades de sucesso profissional.

Margarida Ponte defende o uso do computador como método de ensino. Além de proporcionar uma aprendizagem mais lúdica, permite aos alunos adquirir conhecimentos a nível das novas tecnologias. Para os trabalhadores é uma mais-valia em termos profissionais.

Na categoria referente aos sucessos comungam da opinião que existe uma motivação elevada e lealdade perante o emprego e o posto de trabalho. No entanto, também reconhecem que os seus resultados nem sempre são valorizados pelos empregadores que apenas vêem números e não indivíduos singulares.

Lorenzetti (2002) tem vindo a defender a escola inclusiva, capaz de formar cidadãos portadores de deficiência, salientando a necessidade de cursos especializados.

No que diz respeito ao rendimento existem dois posicionamentos contrários. Os trabalhadores portadores de deficiência consideram-se rendíveis, sempre que ajustados ao seu posto de trabalho, por um lado. Por outro lado também apontam como insucesso alguns défices de rendimento, em relação ao trabalhador dito normal, no mesmo posto de trabalho. Ainda neste ponto os trabalhadores consideram as tarefas a realizar por vezes exigentes, mas ultrapassáveis com o decorrer do tempo.



Para Freire & César (2001) o respeito pela diferença deve ser iniciado em contexto de sala de aula, para que na integração profissional não se sintam menosprezados.

Como têm necessidade de se evidenciar positivamente estão constantemente a tentar superar dificuldades e a longo prazo são mesmo mais aplicados, que o dito trabalhador normal, acabando por ser mais produtivos.

A legislação é visualizada e apontada negativamente, não pela sua inexistência, mas pela morosidade e burocracia nos seus processos. A maior parte dos indivíduos desconhece profundamente a legislação referente à deficiência, sendo recurso para elucidação da mesma, a existência de serviços de orientação e associações (APD, AFID, entre outras).

Outras vezes têm um conhecimento bastante atualizado da legislação, mas existe o receio de virem a ser despedidos, caso ponham em cheque as normas aplicadas. A situação precária em termos de estabilidade profissional faz com que muitas vezes permaneçam no silêncio e evitem a justiça merecida.

No caso dos trabalhadores no setor público a legislação tem sido aplicada e referem mesmo que caso não existisse, quase de certeza não estariam colocados. Referem ainda que têm usufruído de benefícios fiscais.

Relativamente à sua situação laboral e respetivos incentivos há que ter em conta a seguinte legislação laboral, a nível da Região Autónoma dos Açores (RAA): o Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2000/A, de 13 de Setembro, que regulamenta os apoios a conceder pela administração regional autónoma ao funcionamento do mercado social de emprego na Região Autónoma dos Açores e a Portaria n.º 22/2002, de 14 de Março, que regulamenta os procedimentos relativos à atribuição dos apoios a conceder no âmbito da integração no mercado de emprego de trabalhadores portadores de deficiência.

<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srtssdrtqpd/textoImagem/Dire%C3%A7%C3%A3o+de+Servidos+do+Trabalho.htm>

No respeitante à formação profissional todos são unânimes em opinar a necessidade de adaptação dos perfis profissionais em consequência da constante mutação do mercado de trabalho, sentem a importância de “medir” o mercado de trabalho na tentativa de encontrar sucesso.

Os portadores de deficiência ao entrarem no mercado de trabalho necessitam de



uma bagagem alargada de conhecimentos, para a obtenção de estabilidade. (Troncoso e Cerro, 2004)

Apostam grandemente na sua formação de modo a conseguir ultrapassar as dificuldades no desempenho de algumas tarefas. E, como se afirmou ao longo do trabalho, quanto maior é a escolarização mais aumenta a possibilidade de ofertas de emprego. Embora como se verificou apenas os trabalhadores no setor público beneficiam de estabilidade profissional.

Pacheco (2000) tem vindo a evidenciar o papel da escola actual, como sendo um modelo de democracia e socialização, com potencialidades futuras. Também Peters (2003) tem vindo a reforçar o papel fulcral da escola inclusiva como potenciadora de uma integração profissional de sucesso.

No que concerne os questionários da análise dos mesmos há a salientar a preocupação dos empregadores em termos de garantias de futuro, uma vez que a maioria se sente afetado pela crise que tem assolado o país. Ainda não despediram ninguém mas se a situação se mantiver assim é o mais provável que venha a acontecer.

A APD tem vindo a alertar para o facto dos direitos dos deficientes não estarem salvaguardados. Falando mesmo em discriminação para com os portadores de deficiência.

“Uma visita à página da Direção Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades da Comissão Europeia permite concluir que a Comissão não tem dado à área da deficiência a atenção devida. Para além dos planos de ação que, não tendo carácter vinculativo, pouco ou nenhum impacto têm na adoção de medidas ao nível nacional, nenhuma iniciativa legislativa foi adotada por, parte da Comissão, destinada a salvaguardar os direitos humanos das pessoas com deficiência na presente legislatura, pese embora o facto de a Comissão reconhecer a dimensão da discriminação que afeta este grupo social.”

(Associação Portuguesa de Deficientes, Manual *Novos Olhares sobre a Deficiência*, Amadora, 8 de maio de 2009, <http://pt.scribd.com/doc/74419758/2/Participacao-civica>)

Quanto aos trabalhadores com deficiência reconhecem que os incentivos fiscais são uma mais-valia aquando da contratação de indivíduos portadores de deficiência, mas também evidenciam a força de vontade de superar barreiras.

Ao nível da estrutura empresarial verifica-se que são as empresas familiares e as pequenas e médias empresas que estão mais despertas para a inserção dos portadores de deficiência. No entanto, na nossa amostra os únicos três casos com vínculo profissional



encontram-se em empresas públicas.

A escolaridade e o posto de trabalho ocupado mantêm entre si correlação apreciável, visto que aos níveis de escolaridade superior se associam empregos mais qualificados.

Gaio (2004), na linha de outros autores (Buffa, 2002; Alvarez, 1994; Nielson, 1999; Lima-Rodrigues et al, 2007), acredita que a inclusão escolar abre potencialidades aos portadores de deficiência, na medida que favorece as suas aprendizagens.

Por parte da Associação Portuguesa de deficientes a preocupação é tanta, em relação ao futuro profissional dos portadores de deficiência, que um deputado do partido CDS-PP veio publicamente afirmar após o anúncio das medidas de austeridade o seguinte, no dia 15 de abril de 2012:

“Achamos que é uma lacuna”, afirmou o deputado democrata-cristão, garantindo que “não esteve nunca na mente do Governo quando fez o pacote de legislação laboral que tal coisa acontecesse”. Assim, e indo de encontro das preocupações manifestadas pela Associação Portuguesa de Deficientes, o CDS-PP vai propor que “fique salvaguardada a especificidade da situação do trabalhador com deficiência”. Ainda a trabalhar na formulação do documento, o grupo parlamentar do CDS-PP pretende que este refira explicitamente que os trabalhadores com deficiência têm, em relação a outros trabalhadores, um regime de exceção naquilo que conta ao despedimento por inadaptação ao posto de trabalho.

http://www.cds.parlamento.pt/gp/index.php?option=com_content&view=article&id=3039:cds-pp-propoe-regime-de-excecao-para-salvaguardar-deficientes-do-despedimento-por-inadaptacao&catid=59:geral&Itemid=64

Quanto à questão da preparação escolar para uma correta integração profissional existem opiniões contraditórias. De entre os dez questionários, seis afirmaram que a formação académica não é a mais adequada, enquanto que apenas quatro concordam que o estado português está a proporcionar um processo de ensino/aprendizagem adequado.

Nem todos, no entanto, têm conhecimento da realidade atual do sistema de ensino. Segundo Correia (2003) a inclusão que agora se procura instituir pretende levar o aluno, portador de deficiência, às escolas regulares e ter acesso a todos os recursos disponíveis, de acordo com as suas características e necessidades.

Todos os indivíduos foram unânimes ao manifestar a consciencialização de que um dos aspetos mais preocupantes em relação à integração no mercado de trabalho é a dificuldade sentida em encontrar estabilidade. Como se verificou, apenas os indivíduos a laborar no setor público têm vínculo profissional.



Nesta parte há que salientar o papel do governo que tem vindo a efetuar cortes atrás de cortes e nem sempre tem em conta a realidade individual. É por isso que a Associação Portuguesa de Deficientes criou um Manual (*Novos Olhares sobre a Deficiência*) onde pretende alertar para o risco de uma inclusão deficitária, bem como a posterior integração profissional, como se pode constatar na citação transcrita.

“O Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro, pelos efeitos que terá no processo educativo das crianças e jovens com deficiência, devia ter sido objeto de um amplo debate no seio da comunidade educativa, dos pais e das organizações de pessoas com deficiência mais representativas. Tal não aconteceu e as consequências nefastas que poderão advir da sua aplicação far-se-ão sentir no futuro, tanto ao nível do sucesso educativo dos alunos por ele abrangidos, como no processo da sua inclusão na sociedade.”

(Associação Portuguesa de Deficientes, Manual *Novos Olhares sobre a Deficiência*, Amadora, 8 de maio de 2009, <http://pt.scribd.com/doc/74419758/2/Participacao-civica>)



Conclusão

Sem dúvida, ao longo de todo este trabalho não cessámos de descobrir novas formas e rostos no extenso terreno a percorrer da inclusão e integração profissional, bem como na complexa posição da sociedade perante os portadores de deficiência.

Este trabalho permitiu-nos uma maior aproximação e quiçá compreensão da complexa realidade da educação e inserção profissional dos portadores de deficiência. Como fomos realçando existem de facto medidas e variáveis, capazes de interceder a favor da inclusão escolar e posterior integração profissional desta população.

É imperioso que os serviços de orientação e acompanhamento perspetivem ao indivíduo um rumo e uma escolha mais coerente. Da mesma forma as políticas educativas e de emprego têm de proteger, cada vez mais e melhor, estes jovens para que consigam efetivamente construir um projeto sustentável de vida pessoal. Em todo este processo não podemos olvidar o papel fundamental da estrutura família, no planeamento e construção real do projeto de vida.

O problema de estudo proposto – A legislação atual permite uma escola de inclusão viável e consequentemente uma integração social de sucesso?, sendo as hipóteses base: hipótese 1 – A legislação atual permite uma escola de inclusão viável e uma integração social de sucesso e hipótese 0 – A legislação atual não permite uma escola de inclusão viável e uma integração social de sucesso – evidencia a dificuldade que a legislação portuguesa tem em conseguir uma integração eficaz dos portadores de deficiência.

Ao longo do trabalho evidenciou-se o esforço, por parte do estado português em integrar, com sucesso, esta parte da população portuguesa.

Em pleno século XXI assiste-se, dando continuidade ao predecessor, baixos índices de empregabilidade de pessoas portadoras de deficiência, na Região Autónoma dos Açores. A educação pressupõe, no seu término, o acesso a um emprego, que, em condições ideais, deveria ser duradouro ou mesmo definitivo. A dificuldade em criar vínculos no trabalho continua a ser uma triste realidade. Muitos são os jovens ávidos em contribuir para a riqueza nacional, pena que tal nem sempre seja possível.

A formação profissional dos jovens deverá apostar num maior rigor, para que haja quebra em alguma debilidade reconhecida pelo tecido social e, por conseguinte, adaptar-se



às variações do mercado de trabalho, introduzindo, sempre que pertinente, novos conteúdos de formação.

Constatámos que a legislação existente é de facto um meio facilitador ao mercado de trabalho, contudo ainda é pouco divulgada e acessível, bem como excessivamente burocrática, para todos aqueles que desejem recorrer ou usufruir de tais medidas legais.

Fica, ao finalizar este estudo crítico, a sensação que a comunidade sente que poderia fazer mais com mais apoios humanos e financeiros. As próprias empresas empregadoras muitas vezes sentem receio devido ao desconhecimento, à incerteza e à dúvida relativamente à eficiência, rigor e responsabilidade profissional. Quem sai prejudicado é o elo mais fraco, que procura reiteradamente triunfar num mundo cada vez mais competitivo.

Quando se trabalha com portadores de deficiência há sempre um sentimento muito gratificante aí subjacente. Nada, nem ninguém, é capaz de substituir o que nos vai na alma ao ver uma criança a dar pequenos passos no universo escolar, que nem sempre é sinónimo de bem-estar.

As pequenas frustrações, transformadas em vitórias são o que nos dão algum alento, para continuarmos a desenvolver um trabalho sério para o qual somos preparados, embora da parte dos nossos governantes nem sempre se assista ao devido reconhecimento.

Ao terminar este trabalho crítico queremos reforçar a ideia de que muito há ainda a fazer para com uma parte significativa da sociedade portuguesa. O estado deverá ser o primeiro a implementar as leis específicas e concretas, tendo em conta a realidade nacional da inclusão escolar, visando uma correta integração no meio laboral e não apenas a fazê-las circular num rodopio de secretária em secretária.

Ser professor implica passar por uma dualidade significativa: não somos uma esfera fechada ao conhecimento, reproduzindo os conteúdos massificados do saber, mas sim um recipiente aberto ao mundo que nos rodeia, pleno de possibilidades e sujeitos, cujas individualidades tornam o processo educativo, a cada ano que passa, um novo duelo, em que a arma escolhida é a erudição bilateral. Continuamos a ser um livro aberto, cujas páginas em branco, a cada ano que passa, vão diminuindo, embora muito ainda haja a escrever...

É na base o início da transformação. Primeiro a inclusão escolar e só depois a



integração profissional. Sem a primeira a segunda não terá hipótese. Como foi exposto ao longo deste trabalho, quer pelos próprios portadores de deficiência, quer pelos empregadores, muito há ainda a fazer.

A legislação existe, há que a pôr em prática! É neste país de luta e passividade, ilusão e certeza, esperança e desesperança que sobrevivem os portadores de deficiência, na luta por um futuro melhor...



Bibliografia

- Alonso, M.A.V.; Bermejo, B.G., 2001, *Atraso Mental*, McGraw-Hill, Lisboa.
- Amaro, R., 1994, “Formação para o Desenvolvimento Local”, in *Revista Formar*, nº 12, pp. 6-12.
- Arnaiz Sánchez, P., 2000, “La diversidade como valor educativo”, In I. Martín (Coord.): *El valor educativo de la diversidad*, Grupo Editorial Universitario, pp. 86-103, Valladolid.
- Associação Portuguesa de Deficientes (APD), Manual *Novos Olhares sobre a Deficiência*, Amadora, 8 de maio de 2009, retirado do site <http://pt.scribd.com/doc/74419758/2/Participacao-civica>.
- Bairrão, J.; Felgueiras, I.; Fontes, P.; Pereira F.; Vilhena C., 1998, *Os Alunos com Necessidades Educativas Especiais: Subsídio para o Sistema de Educação, (Estudos e Relatórios)*, Ministério da Educação.
- Banerji, M. & Dailey, R., 1995, “A Study of the Effects of an Inclusion Model on Students with Specific Learning Disabilities”, *Journal of Learning Disabilities*, 28(8), pp 511-522.
- Bautista, R., 1993, *Necessidades Educativas Especiais*, Ediciones Aljube, Málaga.
- Bell, J., 2008, *Como Realizar um Projeto de Investigação*, Gradiva, Lisboa.
- Bogdan, R.& Biklen, S., 1994, *Investigação Qualitativa em Educação*, Porto editora, Porto.
- Booth, T. & Ainscow, M., 2002, *Index for Inclusion: Developing learning and participation in schools*, Trad. de M. P. Santos, Center for Studies on Inclusive Education, Manchester.
- Buffa, M.J.M.B., 2002, *A Inclusão da Criança Deficiente Auditiva no Ensino Regular: uma Visão do Professor de Classe Comum*, Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Cabrito, G. B., 1994, *Formações em alternância conceitos e práticas*, Educa, Lisboa.
- Caldeira, S.N., 1994, *Valores e Escolhas Vocacionais dos Jovens Açorianos*, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Ponta Delgada.



- Cardim, J.M., 1995, “Formação Profissional”, in *Revista Formar*, n.º 16, pp. 55-56.
- Cardim, L.F., 1993, *A Formação Profissional na Organizações*, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Lisboa.
- Charana, A.; Fragoeiro, M., 1996, “Caracterização dos Resultados do Programa Horizon”, in *Revista Integrar*, n.º10, pp. 52-62.
- Correia, L. M., 1999, *Alunos com NEE nas classes regulares*. Porto Editora, Porto.
- Correia, L.M., 2003b, *Inclusão e Necessidade Educativas Especiais: Um guia para educadores e professores*, Porto Editora, Porto.
- Correia, L. M., 2005, “A escola contemporânea, os recursos e a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais”, in *Educação Especial, Diferenciação: do conceito à prática*, Gailivro, Gaia.
- European Agency for Development in Special Needs Education, *Transição da Escola para o Emprego – Principais Problemas Questões e Opções Enfrentadas pelos Alunos com Necessidades Educativas Especiais em 16 Países Europeus*, 2002, pp. 35-41.
- Fernandes, M., 1994, “ Operação para a Promoção de Emprego de Deficientes”, in *Revista Integrar*, n.º 3, pp. 36-40.
- Fonseca, V., 1980, *Reflexões Sobre a Educação Especial em Portugal*, Moraes Editores, Lisboa.
- Freire, S. & César, M., 2001, “Escola Inclusiva: Percursos para a sua concretização”, in *Atas do IV Encontro Galaico-Português de Psicopedagogia*, Universidade do Minho, pp. 521-534, Braga.
- Heward, W. L., 2001, *Niños excepcionales: Una introducción a la educación especial*, Prentice Hall, Madrid.
- Ketele, J. & Roegiers, X., 1999, *Metodologia da Recolha de Dados*, Instituto Piaget, Lisboa.
- Lima-Rodrigues, L., Ferreira, A. M., Trindade, A. R., Rodrigues, D., Colôa, J., Nogueira, J. H., et al., 2007, *Percursos de Educação Inclusiva em Portugal: dez estudos de caso*, Cruz Quebrada, Fórum de Estudos de Educação Inclusiva, Faculdade de Motricidade Humana.
- Lorenzetti, M.L., 2002, *A Inclusão do aluno Surdo no Ensino Regular: a voz das*



Professoras, acedido através do site: <http://www.ines.org.br/paginas/revista/espaco18/espaco18.htm>, no dia 4 de junho de 2012.

- Ludke, M. & André, M., 1986, *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*, EPV, São Paulo.
- Lunt, N.; Thornton, P., 1993, *Employment Policies for Disable People: A Review of Legislation and Services in Fifteen Countries*, Employment Department, London.
- Maria, J., 1993, “Integrar, Breve Reflexão”, in *Revista Integrar*, n.º 1, pp. 22-23.
- Martins, M. A. D., 2001, *Deficiência Mental e Desempenho Profissional*, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, Lisboa.
- Mendes, E.G., 2002, *Perspetivas para a Construção da Escola Inclusiva no Brasil*, in Palhares M., Martins S., organizadores, *Escola Inclusiva*, SP: EDUFSCAR, São Carlos.
- Ministério da Educação, 1998, *Educação de Crianças e Jovens com Necessidades Educativas Especiais*, Ministério da Educação, pp. 40-48, Lisboa.
- Ministério da Educação – Departamento de Educação Básica, 1998, *Transição para a Vida Adulta – Jovens com Necessidades Educativas Especial*, Ministério da Educação, pp. 40-48, Lisboa.
- Ministério da Educação – Instituto de Inovação Educacional, 2004, *Educação e Transição para a Vida Pós-Escolar de Alunos com Deficiência Intelectual Acentuada – Caracterização das Medidas Educativas Proporcionadas aos Alunos 2º e 3º Ciclos com Currículos Alternativos ao Abrigo do DL. 319/91*, Ministério da Educação, p. 87, Lisboa.
- Mutaner, J. J., 2000, “La Igualdad de oportunidades en la Escuela de la Diversidad”, *Professorado, Revista de Curriculum y Formación del Profesorado*, 4, pp. 1-19.
- Omote S., 1999, *Normalização, Integração, Inclusão*, Ponto de Vista, pp. 4-13.
- Peters, S., 2003, *Educación Integrada: Lograr una Educación para Todos, Incluyendo aquellos com Discapacidades y Necesidades Educativas Especiales*. Acedido através do site <http://pdi.cnotinfor.pt/recursos/Logrando%20la%20educacion%20para%20todos.pdf>, a 27 de julho de 2012.
- Rodrigues, D., 1989, “Percurso da Educação Especial em Portugal: Uma Meta-análise qualitativa de artigos publicados em revistas não especializadas desde 1940”, in *Revista*



Inovação.

- Rodrigues, L.; Cação, R., 1993, “Programa Integrado de Formação Profissional e Emprego dos Jovens Deficientes”, in *Revista Integrar*, n.º2, pp. 46-50.
- Roldão, M. C., 1999, *Gestão Curricular – Fundamentos e Práticas*, Departamento de Educação Básica, Ministério da Educação, Lisboa.
- _____, 2003, Diferenciação Curricular e Inclusão, In Rodrigues (Org.), *Perspetivas Sobre a Inclusão. Da Educação à Sociedade*, Porto Editora, Porto, pp. 151-165.
- Santos, P. J., 1993, *Integración Sócio- Laboral y Education Especial*, Barcelona.
- Simon, J., 1991, *A Integração Escolar das Crianças Deficientes*, Edições Asa, Porto.
- Veiga. L.; Dias, H.; Lopes, A.; Silva, N., 2000, *Crianças com Necessidades Educativas Especiais*, Plátano Edições Técnicas, Lisboa.
- Vicente, H., 1995, *Etiologia e Caracterização das Deficiências*, I.E.F.P., Lisboa.
- Zabalza, M. A., 1994, *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola*, Edições ASA, Rio Tinto.

Referências Legislativas

- Portaria 60/2012, de 29 de maio de 2012
- Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2000/A, de 13 de Setembro
- Portaria n.º 22/2002, de 14 de Março
- Portaria n.º 1303/2010, de 22 de dezembro
- Portaria n.º 383/2009, 8 abril de 2009
- Decreto-Lei n.º 3/2008, 7 janeiro 2008
- Despacho n.º 3064/2008, 7 fevereiro 2008
- Portaria n.º 348/2008, de 02 de maio
- Lei n.º 21/2008, 12 maio 2008
- Lei n.º 47/2008, de 27 de agosto



- Portaria n.º 1149/2008, 10 outubro 2008
- Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro
- Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março
- Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio
- 31 janeiro 2006 – Criação do grupo de recrutamento de Educação Especial
- Decreto Legislativo Regional n.º 15/2006/A
- Despacho Normativo n.º 30/2006, de 8 de maio
- Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto de 2004
- Resolução do conselho de Ministros n.º 120/ 2006, 21 setembro 2006
- Portaria n.º 375/2003, de 10 de maio
- Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro
- Decreto-Lei n.º 307/2003, de 10 de dezembro
- Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro
- Portaria n.º 698/2002, de 25 de junho
- Portaria n.º 1214/2001, de 23 de outubro
- Decreto-Lei n.º 7/98, de 15 de janeiro
- Lei n.º 101/97, de 13 de setembro.

Sites consultados

<http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/pt/cidadao/areas+interesse/reabilitacao+e+peessoa+s+com+deficiencia/legislacao+e+regulamentacao/#>

<http://xiripitu.com.sapo.pt/Legislacao.html>

<http://www.cnod.org.pt/Indice%20Legislativo%20da%20CNOD.pdf>

<http://www.pcd.pt/apd/leg.php>



http://www.apd.org.pt/index.php?option=com_docman&Itemid=207&limitstart=10

http://www.fmps.pt/img/home%20destaques/Leg_Def_Reab.pdf

<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srtssdrtqpc/textoImagem/Dire%C3%A7%C3%A3o+de+Servidos+do+Trabalho.htm>

<http://pt.scribd.com/doc/74419758/2/Participacao-civica>

http://www.cds.parlamento.pt/gp/index.php?option=com_content&view=article&id=3039:cds-pp-propoe-regime-de-excecao-para-salvaguardar-deficientes-do-despedimento-por-inadaptacao&catid=59:geral&Itemid=64



ANEXOS

















ANEXO 1

http://www.apd.org.pt/index.php?option=com_docman&Itemid=207&limitstart=10









Associação Portuguesa de Deficientes

Legislação

-  Transportes Públicos (pdf | 40.7 kB)
-  Reforma da Tributação Automóvel (pdf | 437.53 kB)
-  Publicação Decreto Lei 291 de 2009 (pdf | 212.65 kB)
-  Publicação da ONU (pdf | 2.91 MB)
-  Publicação Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência (pdf | 314.83 kB)
-  Protocolo Opcional á Convenção (doc | 32.5 kB)
-  Protocolo Opcional á Convenção (pdf | 30.58 kB)
-  Parecer_DecLei_290_de_2009 (doc | 159.5 kB)
 - Políticas de emprego e de apoio à qualificação das pessoas com deficiência
-  Parecer Decreto Lei 291 de 2009 (doc | 22 kB)
-  Parecer Decreto Lei 291 de 2009 (doc | 171 kB)
-  Lei de Atribuição de Matrículas (pdf | 755.31 kB)
 - Decreto Lei nº 128/2006 de 5/7/2006.Atribuição de matrículas automóveis.
-  Lei das Acessibilidades (pdf | 532.29 kB)
 - Decreto Lei nº 163/2006 de 8/8/2006
-  Lei Anti-Discriminatória (pdf | 103.15 kB)
 - Decreto-Lei nº 46/2006 de 28/8/2006, proíbe e pune a discriminação.
-  Isenção de Taxas Moderadoras (pdf | 916.97 kB)
-



-  Decreto Lei 290 de 12Out 2009 (pdf | 279.42 kB)
-  Convenção Tradução Oficial (pdf | 142.88 kB)
-  Convenção Tradução Oficial (doc | 117.5 kB)
-  Convenção da ONU e Protocolo (pdf | 2.91 MB)
-  Comprovação de Deficiência (pdf | 591.17 kB)
-  Carta aberta ao Senhor Diretor Geral da Saúde (pdf | 53.82kB)



ANEXO 2

Guião para entrevista aos trabalhadores portadores de deficiência

Género: _____

Idade: _____

Designação dos blocos	Objetivos	Formulário de perguntas
Recolha de dados de caracterização do trabalhador.	Identificação História Clínica	- Com quem vive? - Desde quando é portador(a) de deficiência? - Sabe indicar qual o grau de severidade da sua deficiência?
Integração Profissional	Recolher dados de opinião sobre a integração profissional e a satisfação	- Poderia descrever-nos o seu emprego atual? - Que condições encontrou no seu emprego? - Como teve acesso ao posto de trabalho? - Quais as relações de aceitação, pelos colegas de trabalho (dos vários níveis)? - Em que condições estava quando chegou ao seu posto de trabalho? - Como é que estava qualificado para desempenhar a função atual? - Que perspetivas associou a este emprego? Porquê? - Que medidas foram tomadas pela empresa para facilitar a sua inserção? Que esforços é que empreendeu por si mesmo? - O que pensa sobre as disposições legais existentes para a inserção profissional? Quais considera úteis? - Na sua opinião, onde é que a legislação apresenta lacunas? - Qual é o seu ponto de vista sobre o sistema de formação profissional existente na sua região (acesso, qualidade,



Relação
trabalhador/família

Recolher
elementos
referentes ao
relacionamento
parental

amplitude)?

- O que pensa acerca da tríade (novas tecnologias, mundo do trabalho e deficiência) face a inserção profissional das pessoas portadoras de deficiência?
- Quais as perspetivas de futuro? O que tem em mente para ultrapassar as dificuldades?
- Refira um episódio de sucesso na sua integração profissional.
- Que esforço é que os seus familiares tiveram que fazer?
- Onde aparecem as dificuldades? Como puderam ser resolvidas?
- Costuma conversar sobre o seu dia com o seu/sua pai/mãe/esposa(o)? Porquê?
- Depois de um mês de trabalho, qual foi a melhor memória que revelou à sua família?



ANEXO 3

Questionário para os empregadores

I. Dados Biográficos

1- Sexo: F M

2- Idade: dos 20 aos 30 ; dos 30 aos 40 ; dos 40 aos 50 ; dos 50 aos 60 ; dos 60 aos 70 ; dos 70 aos 80 ; dos 80 aos 90 .

II. Tendo em conta a sua experiência profissional indique, fazendo um único X, na classificação que considera mais correta, de acordo com as afirmações, tendo em conta a problemática da **Escola Inclusiva vs Sociedade Integradora**, usando a seguinte escala:

1 = Não concordo 2 = Não concordo, nem discordo 3 = Concordo 4 = Concordo Plenamente

	1	2	3	4
1- O estado português está a proporcionar um ensino de qualidade aos portadores de deficiência.				
2- A integração profissional é uma realidade na sociedade portuguesa.				
3- As necessidades sociais e económicas dos trabalhadores com deficiência são melhor satisfeitas quando a integração profissional é real.				
4- Com a integração profissional os portadores de deficiência têm as mesmas condições.				
5- Os outros trabalhadores são prejudicados quando na empresa existem portadores de deficiência.				
6- A existência de incentivos na legislação para portadores de deficiência facilita a integração profissional.				
7- É difícil trabalhar com portadores de deficiência.				
8- Existem falhas no sistema de ensino a portadores de deficiência.				
9- As empresas portuguesas estão despertas para a integração profissional de portadores de deficiência.				



10- Os empregadores/patrões têm, normalmente, em conta a realidade social quando aceitam portadores de deficiência no mercado de trabalho.				
11- É aconselhável que na mesma empresa existam outros portadores de deficiência.				
12- O sucesso profissional dos portadores de deficiência está assegurado.				
13- Os empregadores/patrões são apoiados pelo estado português.				
14- Os portadores de deficiência estão bem preparados para uma vida profissional.				
15- Numa mesma empresa é possível ter rendimentos diferentes, entre portadores de deficiência e outros trabalhadores.				

Muito obrigado pela colaboração.



ANEXO 4

Respostas das entrevistas

- Com quem vive?

- A1 Com os meus pais e uma irmã mais nova.
- A2 Com a minha mãe.
- A3 Sou casado e tenho uma filha.
- A4 Estou noivo, mas ainda vivo com os meus pais.
- A5 Vivo com o meu tio.
- A6 Vivo com os meus pais e irmãos (dois).
- A7 Com a minha mãe, que é viúva, e os meus irmãos.
- A8 Já tenho a minha família: mulher e dois filhos.
- A9 Ainda vivo com os meus pais, mas já comprei apartamento.
- A10 Mudei-me para Ponta Delgada e vivo sozinho.

- Desde quando é portador(a) de deficiência?

- A1 Acho que desde que nasci, sempre fui assim.
- A2 A minha mãe disse que foi na barriga que fiquei assim.
- A3 O meu pai também é surdo, já vem dele.
- A4 Sempre fui um pouco mais atrasado que os da minha turma, mas também não tinha quem me ensinasse em casa.
- A5 Desde que nasci. Mas tive algumas ajudas na escola e pelos senhores da segurança social.
- A6 Acho que foi porque a minha mãe teve uma doença quando estava grávida, que fiquei surdo.
- A7 Não se nota muito que sou um pouco diferente.
- A8 Foi durante a gravidez. Não sei o que se passou, mas já nasci cego.
- A9 Tive um acidente de moto e acabei por prejudicar a minha coluna. Mas sou autónomo e neste momento faço tudo sozinho, com algumas adaptações em casa, claro.
- A10 A minha deficiência é congénita, mas com a ajuda dos meus pais sou autónomo.



- Sabe indicar qual o grau de severidade da sua deficiência?

- A 1** Sou um pouco mais lento a compreender as coisas, mas faço tudo igual aos outros.
- A2** Não sou burro, tenho é uma dificuldade do lado direito. Mas no trabalho sou respeitado.
- A3** Não ouço nada, é hereditário.
- A4** Não sou deficiente, tinha era algumas dificuldades na escola.
- A5** O meu problema é motor, porque de resto faço tudo.
- A6** Tenho uma perda de audição profunda.
- A7** A mim custa-me às vezes estar muito tempo abaixado, mas deixam-me fazer umas pausas.
- A8** Todos sabem que não vejo nada, mas consegui adaptar-me.
- A9** Foi um choque quando descobri que não podia andar, tive que reaprender a viver. Custou-me a aceitar esta realidade.
- A10** Sou deficiente auditivo profundo, sensório-neural.

- Poderia descrever-nos o seu emprego atual?

- A 1** Estou na parte de lavar os carros numa bomba, mas às vezes também mudo o óleo.
- A2** Não gosto muito do que faço, sou contínuo, talvez mude de emprego.
- A3** Faço um pouco de tudo numa fábrica de leite.
- A4** Sou auxiliar de limpeza num hotel.
- A5** Trabalho na livraria/papelaria do meu tio.
- A6** Sou agricultor e trabalho com o meu pai, nos campos de um senhor.
- A7** Trabalho nas estufas do ananás, mas nem sempre consigo fazer o que me pedem. Custa-me muito trabalhar abaixado.
- A8** Sou telefonista numa empresa. Sou muito competente e a minha deficiência não me impossibilita de fazer um bom trabalho.
- A9** Sou administrativo numa Câmara, já fazia este trabalho antes do acidente.
- A10** Sou animador social e tenho muito orgulho no que faço, porque todos me respeitam.



- Que condições encontrou no seu emprego?

- A1 Ainda estou a aprender a fazer coisas, mas não sei se tenho futuro aqui.
- A2 Não gosto disto, mas estamos em crise, não é?
- A3 Estou a aprender muito nesta fábrica.
- A4 Todos dizem que sou bom trabalhador, por isso vou ficando.
- A5 O meu tio é muito bom para mim. Se não fosse ele acho que não estava a trabalhar.
- A6 O meu pai é que me arranjou isto, mas o patrão sabe que eu trabalho.
- A7 Acho que trabalho bem, mas às vezes tenho de faltar e o patrão não gosta muito.
- A8 Tenho tudo o que preciso para fazer um bom trabalho.
- A9 Como já aqui trabalho há alguns anos já reconhecem o meu trabalho, embora nem sempre sejamos valorizados.
- A10 Adoro o que faço. Sou bom profissional e todos me admiram, pois a minha deficiência não me limita.

- Como teve acesso ao posto de trabalho?

- A1 Pedi trabalho ao meu primo.
- A2 Foi a minha mãe que me inscreveu.
- A3 Apareceram vagas no jornal e concorri, mas primeiro fiquei à experiência.
- A4 Foi através da segurança social.
- A5 Quando acabei a escola o meu tio perguntou-me se queria ajudar.
- A6 Foi o meu pai que pediu ao patrão.
- A7 Pedi ao patrão que me desse emprego e ele concordou.
- A8 Já trabalho aqui há muito tempo. Na altura concorri e fiquei à experiência.
- A9 Abriu uma vaga e concorri. Na altura fiquei logo.
- A10 Foi através de concurso público.

- Quais as relações de aceitação, pelos colegas de trabalho (dos vários níveis).

- A1 Eles sabem que sou primo do patrão e às vezes chateiam-me, mas eu sou bom trabalhador. Deixo tudo limpinho.



- A2 Nem sempre gosto de trabalhar com os outros, eles às vezes gozam comigo.
- A3 No princípio não me queriam ensinar, mas agora sou igual a eles.
- A4 Sou bom a limpar (risos). Todos temos uma boa relação, menos um que goza com todos.
- A5 Só sou eu e o meu tio. Tudo corre bem. Ele gosta do meu trabalho.
- A6 No campo estou sempre com o meu pai. Ele às vezes é que me castiga.
- A7 Depende. Uns são meus amigos, mas outros dão-me trabalhos difíceis.
- A8 Sou bom trabalhador e todos reconhecem o meu valor, apesar da minha deficiência.
- A9 O meu trabalho é o mesmo antes e após o acidente. Mas reparo que às vezes há um sentimento de coitadinho.
- A10 Acho que sou admirado pelo que faço. Quando me dizem alguma coisa é de admiração por fazer o que faço apesar das minhas limitações.

- Em que condições estava quando chegou ao seu posto de trabalho?

- A1 Já andava há algum tempo à procura de trabalho, mas isto está difícil. Se não fosse o meu primo não sei não...
- A2 Tentei ter mais estudos, mas estava difícil, por isso não consegui mais nada.
- A3 Tenho um bom emprego, mas também aprendo muito rápido.
- A4 Se não fosse o curso profissional acho que estava no desemprego. Mas, também já ouvi dizer que vão despedir alguns. A ver vamos...
- A5 Não tinha experiência nenhuma, se não fosse o meu tio estava mal...
- A6 Não andei muito tempo na escola, mas sei trabalhar no campo, porque sempre ajudei o meu pai. O patrão gosta do meu trabalho.
- A7 Eu fiz um curso profissional, mas nem sempre posso trabalhar (por causa da sua doença), por isso o patrão nem sempre está satisfeito comigo... há que ir levando.
- A8 Como concorri para aqui noutra altura ainda consegui um bom trabalho. Gosto do que faço e sou competente.
- A9 Acabei o secundário e concorri num concurso público. Até foi fácil. Não havia muita procura.



A10 Para conseguir este emprego tive que lutar muito. Não foi um percurso fácil, mas eu também não desisto.

- Como é que estava qualificado para desempenhar a função atual?

A1 Tenho o sexto ano, mas também não preciso de ser doutor para fazer isto.

A2 Eu sou contínuo, não preciso de ter muita escola (tem o sexto ano).

A3 Tentei estudar, mas não foi fácil. Fiz o nono e depois tive que procurar trabalho.

A4 Tenho um curso profissional, mas existem aqui alguns que não têm nada.

A5 Eu fiz um curso profissional de serviços administrativos, mas o meu patrão é meu tio.

A6 Ainda andei na escola, mas não era preciso. Sou bom nisto.

A7 A minha mãe não tinha dinheiro e tive que deixar a escola para ajudar em casa.

A8 Fiz o nono ano todo o que era bom no meu tempo.

A9 Acabei o secundário, mas não tive média para a universidade. Surgiu esta oportunidade e aproveitei.

A10 Sou animador social (curso profissional). Estou sempre a melhorar e a tirar novas formações, por isso gostam do que faço.

- Que perspetivas associou a este emprego? Porquê?

A1 Não é lá grande coisa, mas é melhor que nada...

A2 Ganho alguns euros e posso ter família assim, não é?

A3 Até ganho bem, vamos é ver se consigo cá ficar.

A4 Posso ter aqui experiência e aprender a fazer outras coisas.

A5 O meu tio é como um pai para mim. Sem ele não estaria a trabalhar de certeza, por isso agradeço esta oportunidade.

A6 Eu sei que foi o meu pai que pediu emprego para mim, mas até sou trabalhador e isto não é difícil, dá para ajudar em casa.

A7 Não é grande coisa, mas a minha mãe é sozinha. Tenho que levar algum dinheiro para ajudar nas despesas. Isto não está nada bom...

A8 Na altura arrisquei. Agora sei que foi o melhor porque tenho estabilidade.

A9 Foi uma saída profissional que correu muito bem. Estou estável, podia ganhar



um pouco mais, mas como tudo está tão mau não me posso queixar.

A10 Sempre fui de me atirar de cabeça às coisas. Isto deu certo, mas já tive outros casos que deu para o torto. O importante é não desistir.

- Que medidas foram tomadas pela empresa para facilitar a sua inserção? Que esforços é que empreendeu por si mesmo?

A1 Não fizeram nada de especial. Apenas nos primeiros dias tive um colega a explicar como é que isto funcionava. Depois aprendi tudo e agora não preciso de ajuda.

A2 Temos um período à experiência. Depois disso temos que mostrar trabalho e assim fiz.

A3 No princípio não sabia o que ia fazer. O mesmo se passou com os outros, é normal. Agora faço o que é preciso e às vezes ensino colegas novos.

A4 Não foi nada de especial. Já ajudava em casa. Tive que ser mais rápido e menos conversador.

A5 Aprendi tudo com os meus tios. No início ainda andava às apalpadelas. Agora até já faço a caixa.

A6 Já antes trabalhava com o meu pai, por isso não foi muito diferente. Apenas tive que negociar o dinheiro.

A7 Como não posso trabalhar sempre (devido às dores) faço outras coisas, porque preciso de ganhar dinheiro. Só quando tenho de ir ao hospital é que não trabalho.

A8 Não fizeram nada de especial. Eu é que me adaptei à empresa. Faço um trabalho exemplar.

A9 Depois do acidente tive que mudar de local de trabalho, porque o edifício é antigo e não tem elevador. Vim para o rés do chão.

A10 Não houve nada de diferente. Eu também não preciso. Faço o meu trabalho de acordo com a necessidade dos utentes e não com as minhas.

- Onde aparecem as dificuldades? Como puderam ser resolvidas?

A1 A principal foi arranjar trabalho, vamos ver se fico aqui.



- A2** Hoje em dia o difícil é ter trabalho. É a maldita crise. Vamos ver se continuo aqui.
- A3** Ainda estou a contrato, mas penso que devido ao meu trabalho vou para os quadros. Desde que aqui cheguei não tive nenhum problema grave.
- A4** Tenho colegas um pouco invejosos, mas como estou aqui para fazer o meu trabalho deixo-os falar.
- A5** Não posso falar em dificuldades, antes pelo contrário sou um sortudo.
- A6** Quando está calor é mau, ou quando chove (não podemos trabalhar). Gosto disto, podia era ganhar um pouco mais.
- A7** Como sou doente às vezes tenho dores e chego a faltar. O patrão chateia-se, espero não ter problemas.
- A8** A princípio era um pouco lento a marcar números, mas com a prática tudo se resolve. Agora sou bastante competente no que faço. Tive que treinar muito em casa. Valeu a pena...
- A9** A única dificuldade foi aceitar a minha condição de paraplégico, para poder aceitar a postura dos outros. Tive um período muito difícil, mas acredito que já superei essa fase e ganhei defesas contra as caras do «coitadinho».
- A10** A maior barreira para mim é a comunicação, mas quem me deixar trabalhar vê como sou capaz de ultrapassar barreiras e fazer um ótimo trabalho.

- O que pensa sobre as disposições legais existentes para a inserção profissional?

Quais considera úteis?

- A1** Não sei responder a isso. O quê que há?
- A2** Sei que existem alguns incentivos, mas não devem ser grande coisa porque querem-nos despedir à mesma.
- A3** A fábrica tem benefícios, mas nem por isso tem cá muitos empregados portadores de deficiência. Posso dizer que sou o único.
- A4** Se recebem não dizem nada. Eu não tenho nada declarado, por isso não benefício de nada.
- A5** Infelizmente não sei responder bem a isso. Tenho que ver mais tarde. O meu tio acho que não beneficia de nada. Devia haver mais incentivos, pois os



portadores de deficiência são muito discriminados.

- A6** Não sei, vou perguntar ao meu pai depois.
- A7** Não gosto muito de leis. É sempre para pior.
- A8** A legislação continua a não responder às necessidades dos deficientes. É por isso que as associações estão sempre a lutar, mas não conseguem nada. Há que ir vivendo.
- A9** Acho que no estrangeiro é tudo muito mais facilitado. Têm outras condições de acesso e regalias. Aqui em Portugal continuamos a viver num país de terceiro mundo.
- A10** Não posso afirmar que está tudo bem, mas já temos alguma coisa. Aos poucos vamos melhorando. No caso dos deficientes auditivos a oferta é muito reduzida e quando conseguem alguma estabilidade profissional é no estado, a maior parte das vezes.

- Na sua opinião, onde é que a legislação apresenta lacunas?

- A1** Podia haver mais trabalhos.
- A2** Não sei se está a resultar. Tive dificuldade em encontrar trabalho.
- A3** Na minha opinião nem todos estão informados acerca do que existe. Ou pelo menos os trabalhadores não sabem.
- A4** Nunca beneficiei de nada. Não me dão nada. Devia haver.
- A5** Por enquanto não tenho grandes conhecimentos nesta área, mas gostaria de saber o que existe, o que não existe e o que devia existir.
- A6** Não preciso disso para nada. Vou fazendo o meu trabalho sem ajuda.
- A7** Não tenho muitas ajudas e acho que preciso.
- A8** Continuamos a estar aquém do cidadão dito normal. A legislação não está bem aplicada. Não temos os mesmos direitos.
- A9** Após o acidente é que tomei conhecimento dos direitos que tinha. Não são muito bem aplicados, uma vez que não existe grande distinção de deficiências. Terá que haver um reajuste e maiores incentivos para com os empregadores, principalmente em deficiências muito graves.
- A10** A legislação favoreceu-me no acesso ao trabalho. Entrei devido a uma alínea



que me colocava numa posição favorável. O empregador neste caso não tem benefícios, porque é o próprio estado.

- Qual é o seu ponto de vista sobre o sistema de formação profissional existente na sua região (acesso, qualidade, amplitude)?

- A 1** Não sei bem, mas acho que hoje não é muito mau.
- A2** Devia haver uma preparação mais sólida para todos. Não gostei muito da escola.
- A3** A escola tem boas condições, mas acho que não somos bem preparados.
- A4** O curso profissional foi bom para este trabalho.
- A5** Ainda fiz o sétimo ano normal, mas depois fui para um curso profissional que me deu algumas bases.
- A6** Não estudei muito. Também não tinha ajuda necessária, por isso o meu pai tirou-me da escola.
- A7** Tive que deixar de estudar para ajudar a minha mãe. Também não gostava muito de lá andar.
- A8** Fiz o nono ano que era obrigatório na altura. Para mim foi complicado devido à minha deficiência. Quanto à preparação não acho que estejamos a ter um ensino que nos dê um futuro. Falta a parte prática.
- A9** Ainda fiz todo o secundário. A minha mãe queria que fosse para a universidade. Acho que não teria tido melhor sorte. Aqui estou muito bem, embora ache que a escola não me preparou para isto.
- A10** Sempre fui muito estudioso e aplicado. Mas se pensar no nosso sistema de ensino tenho que dizer que os alunos não saem preparados para a vida profissional.

- O que pensa acerca da tríade (novas tecnologias, mundo do trabalho e deficiência) face a inserção profissional das pessoas portadoras de deficiência?

- A 1** Nunca aprendi muita coisa dos computadores. De repente até era bom para um emprego melhor. Mas sei ler e não me enganam com o dinheiro.



- A2** Ainda tive umas aulas de computadores, mas já não me lembro de quase nada. Aqui também não é necessário.
- A3** Na altura da escola fui fazendo umas coisas nas aulas (informática), mas agora só uso a internet e não sei muito. Acho que devia investir nisso, mas não tenho tempo.
- A4** Para quê? Não tenho estudos suficientes, por isso não ia ter um emprego melhor. Se precisar depois hei de ver.
- A5** Domino algumas áreas, mas porque tenho a sorte de ter um computador meu. Na altura da escola aprendi muita coisa, mas como não pratiquei já não me lembro de algumas áreas. Vou à internet, faço uns textos, no Excel também sei umas coisas, até porque dá jeito aqui no trabalho – o meu tio não percebe.
- A6** Não sei mexer nos computadores. Mal sei escrever e ler. Na altura não tive oportunidade, mas seria melhor.
- A7** Na escola ainda aprendi, mas como não tenho computador em casa já se foi tudo. Também não tenho dinheiro para isso. O que ganho mal dá para nós.
- A8** Acho que é muito útil. No meu tempo não se aprendia isso na escola. Mas fiz umas formações aqui no trabalho e já domino algumas coisitas. É sempre bom investir na nossa formação. Os meus filhos já têm computador e também me ensinam (riu-se).
- A9** Sempre gostei de usar o computador. Felizmente os meus pais desde muito cedo investiram na minha formação e domino bem. No meu trabalho é fundamental e sou eu que ajudo muitas vezes as minhas colegas. Tem sido muito útil. Claro que continuo a investir quer em novos programas, quer em novos acessórios, o que nem sempre é acessível e o empregador não participa.
- A10** Sempre tive uma relação muito próxima com as tecnologias, em grande parte devido à minha deficiência. Gosto de me atualizar e ver o que está de novo no mercado. Tenho sido dos primeiros a dominar os novos equipamentos. O que me tem trazido algumas vantagens.

- Quais as perspetivas de futuro? O que tem em mente para ultrapassar as dificuldades?



- A 1** Não são muito boas. Vamos ver o que dá. Aqui não ganho muito, mas vai dando para os gastos. Também tenho medo de ser despedido se procurar outra coisa.
- A2** Não sei o que me espera. Ainda estou a contrato e parece que não vou ir para os quadros. Vamos ver...
- A3** Eu sei que não estou efetivo aqui, mas gostam do meu trabalho e talvez consiga ficar. O meu chefe sabe que trabalho.
- A4** Gostava de continuar a trabalhar, mas tá difícil. Por isso é que ainda não casei. A minha noiva também, anda à procura de trabalho.
- A5** Acho que estou bem. Sou bom trabalhador e o meu tio gosta muito de mim. Ele diz que sou como um filho. Devo ficar por aqui, mas já não se vende como antes.
- A6** Como agricultor há sempre coisas para fazer. Não sei o que é o desemprego, mas não se ganha muito. Os euros são poucos...
- A7** A minha mãe precisa de mim. Acho que é por isso que ainda não me mandaram embora. Gostava de trabalhar noutra coisa, mas não tenho muitos estudos.
- A8** Estou bem no meu trabalho. Já estou no quadro há muito tempo. A minha esposa é que ficou desempregada e não está fácil arranjar trabalho. Por enquanto vamo-nos aguentando depois logo se vê.
- A9** A nível profissional estou estável. Já sou mobília da casa. Só falta ter um quarto para dormir (risos). Também estou sempre a atualizar-me.
- A10** Tenho muita força de vontade de vencer na vida. O meu percurso não tem sido fácil, mas pouco a pouco vou conseguindo o que preciso. Há que lutar pelo que queremos e não ficarmos de braços cruzados. Sou um bom exemplo de que a persistência dá frutos.

- Refira um episódio de sucesso na sua integração profissional.

- A 1** Uma gorjeta enorme que me deu um ricalhaço aqui da cidade. Ganhei o dia.
- A2** Quando comecei a ensinar os novos. Senti-me muito bem.
- A3** Gosto quando o meu chefe me diz que o trabalho está bem feito. É bom não é?
- A4** Quando conheci a minha noiva. Ela antes trabalhava aqui.
- A5** Não sei dizer nada de especial, mas acho que ter trabalho já é bom.



- A6 Hum... não tenho de cumprir bem o horário, e ando cá fora.
- A7 Tenho aqui bons amigos, mas o trabalho às vezes é difícil.
- A8 Eu sou muito conversador e gosto de me dar com as pessoas. Isso dá muito bom ambiente.
- A9 O melhor de tudo foi a ajuda que tive após o meu acidente. Aqui foram todos espetaculares.
- A10 Quando estou a trabalhar todos os dias há coisas boas a retirar. Sou bom no que faço e as pessoas sentem isso e dizem-me.

- Que esforço é que os seus familiares tiveram que fazer?

- A1 Só o meu primo é que me deu ajuda. Os outros não fizeram nada por mim.
- A2 Os estudos foram obrigatórios, mas a minha mãe sempre me ajudou e ainda continua, porque vivo com ela.
- A3 Fazer o nono ano foi bom, porque os meus pais tinham dificuldades. Agora sou eu que vivo com dificuldades. Mas isto vai melhorar.
- A4 O normal. Eu é que procurei trabalho e ajudo em casa.
- A5 Os meus pais fizeram o que podiam, mas o meu tio tem sido espetacular. Devo tudo o que tenho a ele.
- A6 O meu pai é que me arranjou este emprego. Tem sido ele que me apoia. E eu assim ajudo em casa com mais algum dinheiro.
- A7 A minha mãe não tem muito dinheiro, vivemos com dificuldades. Sou eu que ajudo a pôr comida na mesa. O senhor da casa do povo disse que ia ajudar-nos. Vamos ver.
- A8 Os meus pais deram-me o que podiam. Agora sou eu que tento dar o melhor aos meus filhos. A escola é fundamental, mas eles não gostam muito de lá andar.
- A9 Tenho os melhores pais do mundo. Sem eles não tinha conseguido superar do acidente. Sempre me ajudaram e ainda o fazem.
- A10 Devo tudo aos meus pais. Sempre tive apoio fora da escola pago por eles. Fizeram o que podiam e muitas vezes passaram dificuldades para me ajudar. Agora sou eu que os ajudo.

- Onde aparecem as dificuldades? Como puderam ser resolvidas?



- A1** O pior é que não ganho muito, por isso não posso viver sozinho. Tenho que ir ficando enquanto me deixam.
- A2** As dificuldades foi conseguir ter trabalho. Só espero ficar aqui mais algum tempo.
- A3** Já não sou criança e para mim o mau é não estar muito seguro. Ouvi dizer que iam colocar-nos.
- A4** Não ganho muito e a vida tá cara. Queria casar, mas não dá. Tou a juntar para ver.
- A5** Acho que sou um sortudo, porque o meu tio tem-me ajudado.
- A6** Para mim é difícil comunicar com os outros, claro. Nem todos me percebem e isso acho que é o pior.
- A7** O patrão gosta de mim, mas como tenho de faltar algumas vezes não sou bem visto. Não consigo trabalhar por causa das dores. É difícil, mas a minha mãe precisa de mim.
- A8** Não é fácil ser invisual, mas consegue-se ter uma boa vida. O pior é a minha esposa estar desempregada, porque antes era tudo mais fácil. Agora temos que nos adaptar. Sou muito desenrascado e ajudo no que posso. Mesmo no trabalho há muitas pessoas que ligam e não sabem que sou cego.
- A9** A pior fase da minha vida foi o pós acidente. Tive que reaprender a viver de acordo com a minha deficiência. Agora sou autónomo, embora ainda viva com os meus pais.
- A10** Sabe ser surdo é uma deficiência, mas não nos impossibilita de nada. Acho que sou uma pessoa realizada. Já só falta constituir família.

- Costuma conversar sobre o seu dia com o seu/sua pai/mãe/esposo(a)? Porquê?

- A1** Não, não sou muito disso.
- A2** Ninguém me pergunta e eu também não digo.
- A3** Quando estamos a comer falamos sempre. Gosto de partilhar o que faço e como correm as coisas.
- A4** Falo muito com a minha noiva, mas nem sempre é do trabalho, porque não tem interesse.
- A5** A conversa do trabalho vem sempre porque é o que todos fazemos.



- A6 Como já comunicamos na hora do almoço, em casa faço outras coisas. Gosto de ver televisão.
- A7 Nem por isso. Não costumamos falar.
- A8 Sempre. Temos o hábito de falar um pouco do nosso dia.
- A9 Às vezes. É mais a minha mãe que vem falar comigo. Eu sou mais reservado.
- A10 Como vivo sozinho nem sempre estou com os meus pais. Quando os encontro tenho que fazer um resumo de tudo (sorriso). Eles gostam de saber como estou e o que tenho feito.

- Depois de um mês de trabalho, qual foi a melhor memória que revelou à sua família?

- A1 Que estava a trabalhar e já tinha dinheiro.
- A2 Na altura tinha ajuda dos outros. Pareciam todos muito bons.
- A3 O melhor foi o facto de estar a trabalhar e poder dar uma vida melhor à minha família.
- A4 Que tinha arranjado uma noiva e que era jeitosa.
- A5 Sempre agradeci a ajuda do meu tio.
- A6 Já trabalho há tanto tempo com o meu pai, que nem sei.
- A7 As memórias que tenho não são muito boas. Tenho tido uma vida difícil.
- A8 Ter conseguido trabalho, mesmo sendo cego foi o melhor de tudo.
- A9 Lembro-me perfeitamente que disse que já podia começar a escolher a moto. Já ia ter dinheiro. O sonho depois transformou-se em pesadelo (teve um acidente que o deixou paraplégico), mas na altura foi uma sensação muito boa.
- A10 Quando se investe na nossa formação o melhor que pode acontecer é ter trabalho nessa área. Foi isso mesmo que disse aos meus pais.



ANEXO 5

Os questionários foram entregues aos empregadores em formato papel. Após o seu preenchimento foram recolhidos e analisados. Optou-se por os incluir neste anexo. Para tal foram digitalizados.



Questionário para os empregadores

I. Dados Biográficos

1- Sexo: F M

2- Idade: dos 20 aos 30 ; dos 30 aos 40 ; dos 40 aos 50 ; dos 50 aos 60 ; dos 60 aos 70 ; dos 70 aos 80 ; dos 80 aos 90 .

II. Tendo em conta a sua experiência profissional indique, fazendo um único X, na classificação que considera mais correcta, de acordo com as afirmações, tendo em conta a problemática da **Escola Inclusiva vs Sociedade Integradora**, usando a seguinte escala:

1 = Não concordo 2 = Não concordo, nem discordo 3 = Concordo 4 = Concordo Plenamente

	1	2	3	4
1- O estado português está a proporcionar um ensino de qualidade aos portadores de deficiência.		X		
2- A integração profissional é uma realidade na sociedade portuguesa.		X		
3- As necessidades sociais e económicas dos trabalhadores com deficiência são melhor satisfeitas quando a integração profissional é real.			X	
4- Com a integração profissional os portadores de deficiência têm as mesmas condições.		X		
5- Os outros trabalhadores são prejudicados quando na empresa existem portadores de deficiência.			X	
6- A existência de incentivos na legislação para portadores de deficiência facilita a integração profissional.				X
7- É difícil trabalhar com portadores de deficiência.	X			
8- Existem falhas no sistema de ensino a portadores de deficiência.			X	
9- As empresas portuguesas estão despertas para a integração profissional de portadores de deficiência.		X		



10- Os empregadores/patrões têm, normalmente, em conta a realidade social quando aceitam portadores de deficiência no mercado de trabalho.			X	
11- É aconselhável que na mesma empresa existam outros portadores de deficiência.		X		
12- O sucesso profissional dos portadores de deficiência está assegurado.	X			
13- Os empregadores/patrões são apoiados pelo estado português.	X			
14- Os portadores de deficiência estão bem preparados para uma vida profissional.	X			
15- Numa mesma empresa é possível ter rendimentos diferentes, entre portadores de deficiência e outros trabalhadores.		X		

Muito obrigado pela colaboração.



Questionário para os empregadores

I. Dados Biográficos

1- Sexo: F M

2- Idade: dos 20 aos 30 ; dos 30 aos 40 ; dos 40 aos 50 ; dos 50 aos 60 ; dos 60 aos 70 ; dos 70 aos 80 ; dos 80 aos 90 .

II. Tendo em conta a sua experiência profissional indique, fazendo um único X, na classificação que considera mais correcta, de acordo com as afirmações, tendo em conta a problemática da **Escola Inclusiva vs Sociedade Integradora**, usando a seguinte escala:

1 = Não concordo 2 = Não concordo, nem discordo 3 = Concordo 4 = Concordo Plenamente

	1	2	3	4
1- O estado português está a proporcionar um ensino de qualidade aos portadores de deficiência.		X		
2- A integração profissional é uma realidade na sociedade portuguesa.	X			
3- As necessidades sociais e económicas dos trabalhadores com deficiência são melhor satisfeitas quando a integração profissional é real.				X
4- Com a integração profissional os portadores de deficiência têm as mesmas condições.		X		
5- Os outros trabalhadores são prejudicados quando na empresa existem portadores de deficiência.	X			
6- A existência de incentivos na legislação para portadores de deficiência facilita a integração profissional.				X
7- É difícil trabalhar com portadores de deficiência.	X	X		
8- Existem falhas no sistema de ensino a portadores de deficiência.			X	
9- As empresas portuguesas estão despertas para a integração profissional de portadores de deficiência.		X		



10- Os empregadores/patrões têm, normalmente, em conta a realidade social quando aceitam portadores de deficiência no mercado de trabalho.			X	
11- É aconselhável que na mesma empresa existam outros portadores de deficiência.		X		
12- O sucesso profissional dos portadores de deficiência está assegurado.	X			
13- Os empregadores/patrões são apoiados pelo estado português.		X		
14- Os portadores de deficiência estão bem preparados para uma vida profissional.	X			
15- Numa mesma empresa é possível ter rendimentos diferentes, entre portadores de deficiência e outros trabalhadores.	X			

Muito obrigado pela colaboração.



Questionário para os empregadores

I. Dados Biográficos

1- Sexo: F M

2- Idade: dos 20 aos 30 ; dos 30 aos 40 ; dos 40 aos 50 ; dos 50 aos 60 ; dos 60 aos 70 ; dos 70 aos 80 ; dos 80 aos 90 .

II. Tendo em conta a sua experiência profissional indique, fazendo um único X, na classificação que considera mais correcta, de acordo com as afirmações, tendo em conta a problemática da **Escola Inclusiva vs Sociedade Integradora**, usando a seguinte escala:

1 = Não concordo 2 = Não concordo, nem discordo 3 = Concordo 4 = Concordo Plenamente

	1	2	3	4
1- O estado português está a proporcionar um ensino de qualidade aos portadores de deficiência.		X		
2- A integração profissional é uma realidade na sociedade portuguesa.	X			
3- As necessidades sociais e económicas dos trabalhadores com deficiência são melhor satisfeitas quando a integração profissional é real.			X	
4- Com a integração profissional os portadores de deficiência têm as mesmas condições.		X		
5- Os outros trabalhadores são prejudicados quando na empresa existem portadores de deficiência.		X		
6- A existência de incentivos na legislação para portadores de deficiência facilita a integração profissional.			X	
7- É difícil trabalhar com portadores de deficiência.			X	
8- Existem falhas no sistema de ensino a portadores de deficiência.			X	
9- As empresas portuguesas estão despertas para a integração profissional de portadores de deficiência.		X		



10- Os empregadores/patrões têm, normalmente, em conta a realidade social quando aceitam portadores de deficiência no mercado de trabalho.			X	
11- É aconselhável que na mesma empresa existam outros portadores de deficiência.			X	
12- O sucesso profissional dos portadores de deficiência está assegurado.		X		
13- Os empregadores/patrões são apoiados pelo estado português.		X		
14- Os portadores de deficiência estão bem preparados para uma vida profissional.		X		
15- Numa mesma empresa é possível ter rendimentos diferentes, entre portadores de deficiência e outros trabalhadores.			X	

Muito obrigado pela colaboração.



Questionário para os empregadores

I. Dados Biográficos

1- Sexo: F M

2- Idade: dos 20 aos 30 ; dos 30 aos 40 ; dos 40 aos 50 ; dos 50 aos 60 ; dos 60 aos 70 ; dos 70 aos 80 ; dos 80 aos 90 .

II. Tendo em conta a sua experiência profissional indique, fazendo um único X, na classificação que considera mais correcta, de acordo com as afirmações, tendo em conta a problemática da **Escola Inclusiva vs Sociedade Integradora**, usando a seguinte escala:

1 = Não concordo 2 = Não concordo, nem discordo 3 = Concordo 4 = Concordo Plenamente

	1	2	3	4
1- O estado português está a proporcionar um ensino de qualidade aos portadores de deficiência.			X	
2- A integração profissional é uma realidade na sociedade portuguesa.	X			
3- As necessidades sociais e económicas dos trabalhadores com deficiência são melhor satisfeitas quando a integração profissional é real.				X
4- Com a integração profissional os portadores de deficiência têm as mesmas condições.	X			
5- Os outros trabalhadores são prejudicados quando na empresa existem portadores de deficiência.	X			
6- A existência de incentivos na legislação para portadores de deficiência facilita a integração profissional.				X
7- É difícil trabalhar com portadores de deficiência.	X			
8- Existem falhas no sistema de ensino a portadores de deficiência.			X	
9- As empresas portuguesas estão despertas para a integração profissional de portadores de deficiência.		X		



10- Os empregadores/patrões têm, normalmente, em conta a realidade social quando aceitam portadores de deficiência no mercado de trabalho.	X		3	
11- É aconselhável que na mesma empresa existam outros portadores de deficiência.	X			
12- O sucesso profissional dos portadores de deficiência está assegurado.	X			
13- Os empregadores/patrões são apoiados pelo estado português.	X			
14- Os portadores de deficiência estão bem preparados para uma vida profissional.			X	
15- Numa mesma empresa é possível ter rendimentos diferentes, entre portadores de deficiência e outros trabalhadores.		X		

Muito obrigado pela colaboração.



Questionário para os empregadores

I. Dados Biográficos

1- Sexo: F M

2- Idade: dos 20 aos 30 ; dos 30 aos 40 ; dos 40 aos 50 ; dos 50 aos 60 ; dos 60 aos 70 ; dos 70 aos 80 ; dos 80 aos 90 .

II. Tendo em conta a sua experiência profissional indique, fazendo um único X, na classificação que considera mais correcta, de acordo com as afirmações, tendo em conta a problemática da **Escola Inclusiva vs Sociedade Integradora**, usando a seguinte escala:

1 = Não concordo 2 = Não concordo, nem discordo 3 = Concordo 4 = Concordo Plenamente

	1	2	3	4
1- O estado português está a proporcionar um ensino de qualidade aos portadores de deficiência.			<input checked="" type="checkbox"/>	
2- A integração profissional é uma realidade na sociedade portuguesa.		<input checked="" type="checkbox"/>		
3- As necessidades sociais e económicas dos trabalhadores com deficiência são melhor satisfeitas quando a integração profissional é real.			<input checked="" type="checkbox"/>	
4- Com a integração profissional os portadores de deficiência têm as mesmas condições.			<input checked="" type="checkbox"/>	
5- Os outros trabalhadores são prejudicados quando na empresa existem portadores de deficiência.	<input checked="" type="checkbox"/>			
6- A existência de incentivos na legislação para portadores de deficiência facilita a integração profissional.			<input checked="" type="checkbox"/>	
7- É difícil trabalhar com portadores de deficiência.		<input checked="" type="checkbox"/>		
8- Existem falhas no sistema de ensino a portadores de deficiência.			<input checked="" type="checkbox"/>	
9- As empresas portuguesas estão despertas para a integração profissional de portadores de deficiência.			<input checked="" type="checkbox"/>	



10- Os empregadores/patrões têm, normalmente, em conta a realidade social quando aceitam portadores de deficiência no mercado de trabalho.				X
11- É aconselhável que na mesma empresa existam outros portadores de deficiência.			X	
12- O sucesso profissional dos portadores de deficiência está assegurado.	X			
13- Os empregadores/patrões são apoiados pelo estado português.			X	
14- Os portadores de deficiência estão bem preparados para uma vida profissional.	X			
15- Numa mesma empresa é possível ter rendimentos diferentes, entre portadores de deficiência e outros trabalhadores.	X			

Muito obrigado pela colaboração.



Questionário para os empregadores

I. Dados Biográficos

1- Sexo: F M

2- Idade: dos 20 aos 30 ; dos 30 aos 40 ; dos 40 aos 50 ; dos 50 aos 60 ; dos 60 aos 70 ; dos 70 aos 80 ; dos 80 aos 90 .

II. Tendo em conta a sua experiência profissional indique, fazendo um único X, na classificação que considera mais correcta, de acordo com as afirmações, tendo em conta a problemática da **Escola Inclusiva vs Sociedade Integradora**, usando a seguinte escala:

1 = Não concordo 2 = Não concordo, nem discordo 3 = Concordo 4 = Concordo Plenamente

	1	2	3	4
1- O estado português está a proporcionar um ensino de qualidade aos portadores de deficiência.		X		
2- A integração profissional é uma realidade na sociedade portuguesa.	X			
3- As necessidades sociais e económicas dos trabalhadores com deficiência são melhor satisfeitas quando a integração profissional é real.				X
4- Com a integração profissional os portadores de deficiência têm as mesmas condições.			X	
5- Os outros trabalhadores são prejudicados quando na empresa existem portadores de deficiência.		X		
6- A existência de incentivos na legislação para portadores de deficiência facilita a integração profissional.				X
7- É difícil trabalhar com portadores de deficiência.		X		
8- Existem falhas no sistema de ensino a portadores de deficiência.			X	
9- As empresas portuguesas estão despertas para a integração profissional de portadores de deficiência.		X		



10- Os empregadores/patrões têm, normalmente, em conta a realidade social quando aceitam portadores de deficiência no mercado de trabalho.			X	
11- É aconselhável que na mesma empresa existam outros portadores de deficiência.			X	
12- O sucesso profissional dos portadores de deficiência está assegurado.	X			
13- Os empregadores/patrões são apoiados pelo estado português.		X		
14- Os portadores de deficiência estão bem preparados para uma vida profissional.	X			
15- Numa mesma empresa é possível ter rendimentos diferentes, entre portadores de deficiência e outros trabalhadores.			X	

Muito obrigado pela colaboração.



Questionário para os empregadores

I. Dados Biográficos

1- Sexo: F M

2- Idade: dos 20 aos 30 ; dos 30 aos 40 ; dos 40 aos 50 ; dos 50 aos 60 ; dos 60 aos 70 ; dos 70 aos 80 ; dos 80 aos 90 .

II. Tendo em conta a sua experiência profissional indique, fazendo um único X, na classificação que considera mais correcta, de acordo com as afirmações, tendo em conta a problemática da **Escola Inclusiva vs Sociedade Integradora**, usando a seguinte escala:

1 = Não concordo 2 = Não concordo, nem discordo 3 = Concordo 4 = Concordo Plenamente

	1	2	3	4
1- O estado português está a proporcionar um ensino de qualidade aos portadores de deficiência.		X		
2- A integração profissional é uma realidade na sociedade portuguesa.	X			
3- As necessidades sociais e económicas dos trabalhadores com deficiência são melhor satisfeitas quando a integração profissional é real.				X
4- Com a integração profissional os portadores de deficiência têm as mesmas condições.				X
5- Os outros trabalhadores são prejudicados quando na empresa existem portadores de deficiência.	X			
6- A existência de incentivos na legislação para portadores de deficiência facilita a integração profissional.		X		
7- É difícil trabalhar com portadores de deficiência.		X		
8- Existem falhas no sistema de ensino a portadores de deficiência.		X		
9- As empresas portuguesas estão despertas para a integração profissional de portadores de deficiência.	X			



10- Os empregadores/patrões têm, normalmente, em conta a realidade social quando aceitam portadores de deficiência no mercado de trabalho.	X			
11- É aconselhável que na mesma empresa existam outros portadores de deficiência.				X
12- O sucesso profissional dos portadores de deficiência está assegurado.	X			
13- Os empregadores/patrões são apoiados pelo estado português.		X		
14- Os portadores de deficiência estão bem preparados para uma vida profissional.		X		
15- Numa mesma empresa é possível ter rendimentos diferentes, entre portadores de deficiência e outros trabalhadores.				X

Muito obrigado pela colaboração.



Questionário para os empregadores

I. Dados Biográficos

1- Sexo: F M

2- Idade: dos 20 aos 30 ; dos 30 aos 40 ; dos 40 aos 50 ; dos 50 aos 60 ; dos 60 aos 70 ; dos 70 aos 80 ; dos 80 aos 90 .

II. Tendo em conta a sua experiência profissional indique, fazendo um único X, na classificação que considera mais correcta, de acordo com as afirmações, tendo em conta a problemática da **Escola Inclusiva vs Sociedade Integradora**, usando a seguinte escala:

1 = Não concordo 2 = Não concordo, nem discordo 3 = Concordo 4 = Concordo Plenamente

	1	2	3	4
1- O estado português está a proporcionar um ensino de qualidade aos portadores de deficiência.	X			
2- A integração profissional é uma realidade na sociedade portuguesa.	X			
3- As necessidades sociais e económicas dos trabalhadores com deficiência são melhor satisfeitas quando a integração profissional é real.			X	
4- Com a integração profissional os portadores de deficiência têm as mesmas condições.			X	
5- Os outros trabalhadores são prejudicados quando na empresa existem portadores de deficiência.		X		
6- A existência de incentivos na legislação para portadores de deficiência facilita a integração profissional.			X	
7- É difícil trabalhar com portadores de deficiência.	X			
8- Existem falhas no sistema de ensino a portadores de deficiência.			X	
9- As empresas portuguesas estão despertas para a integração profissional de portadores de deficiência.	X			



10- Os empregadores/patrões têm, normalmente, em conta a realidade social quando aceitam portadores de deficiência no mercado de trabalho.			X	
11- É aconselhável que na mesma empresa existam outros portadores de deficiência.			X	
12- O sucesso profissional dos portadores de deficiência está assegurado.	X			
13- Os empregadores/patrões são apoiados pelo estado português.	X			
14- Os portadores de deficiência estão bem preparados para uma vida profissional.	X			
15- Numa mesma empresa é possível ter rendimentos diferentes, entre portadores de deficiência e outros trabalhadores.		X		

Muito obrigado pela colaboração.



Questionário para os empregadores

I. Dados Biográficos

1- Sexo: F M

2- Idade: dos 20 aos 30 ; dos 30 aos 40 ; dos 40 aos 50 ; dos 50 aos 60 ; dos 60 aos 70 ; dos 70 aos 80 ; dos 80 aos 90 .

II. Tendo em conta a sua experiência profissional indique, fazendo um único X, na classificação que considera mais correcta, de acordo com as afirmações, tendo em conta a problemática da **Escola Inclusiva vs Sociedade Integradora**, usando a seguinte escala:

1 = Não concordo 2 = Não concordo, nem discordo 3 = Concordo 4 = Concordo Plenamente

	1	2	3	4
1- O estado português está a proporcionar um ensino de qualidade aos portadores de deficiência.	X			
2- A integração profissional é uma realidade na sociedade portuguesa.		X		
3- As necessidades sociais e económicas dos trabalhadores com deficiência são melhor satisfeitas quando a integração profissional é real.			X	
4- Com a integração profissional os portadores de deficiência têm as mesmas condições.			X	
5- Os outros trabalhadores são prejudicados quando na empresa existem portadores de deficiência.	X			
6- A existência de incentivos na legislação para portadores de deficiência facilita a integração profissional.				X
7- É difícil trabalhar com portadores de deficiência.		X		
8- Existem falhas no sistema de ensino a portadores de deficiência.	X			
9- As empresas portuguesas estão despertas para a integração profissional de portadores de deficiência.		X		



10- Os empregadores/patrões têm, normalmente, em conta a realidade social quando aceitam portadores de deficiência no mercado de trabalho.			X	
11- É aconselhável que na mesma empresa existam outros portadores de deficiência.			X	
12- O sucesso profissional dos portadores de deficiência está assegurado.	X			
13- Os empregadores/patrões são apoiados pelo estado português.			X	
14- Os portadores de deficiência estão bem preparados para uma vida profissional.		X		
15- Numa mesma empresa é possível ter rendimentos diferentes, entre portadores de deficiência e outros trabalhadores.	X			

Muito obrigado pela colaboração.



Questionário para os empregadores

I. Dados Biográficos

1- Sexo: F M

2- Idade: dos 20 aos 30 ; dos 30 aos 40 ; dos 40 aos 50 ; dos 50 aos 60 ; dos 60 aos 70 ; dos 70 aos 80 ; dos 80 aos 90 .

II. Tendo em conta a sua experiência profissional indique, fazendo um único X, na classificação que considera mais correcta, de acordo com as afirmações, tendo em conta a problemática da **Escola Inclusiva vs Sociedade Integradora**, usando a seguinte escala:

1 = Não concordo 2 = Não concordo, nem discordo 3 = Concordo 4 = Concordo Plenamente

	1	2	3	4
1- O estado português está a proporcionar um ensino de qualidade aos portadores de deficiência.		X		
2- A integração profissional é uma realidade na sociedade portuguesa.	X			
3- As necessidades sociais e económicas dos trabalhadores com deficiência são melhor satisfeitas quando a integração profissional é real.				X
4- Com a integração profissional os portadores de deficiência têm as mesmas condições.			X	
5- Os outros trabalhadores são prejudicados quando na empresa existem portadores de deficiência.	X			
6- A existência de incentivos na legislação para portadores de deficiência facilita a integração profissional.				X
7- É difícil trabalhar com portadores de deficiência.	X			
8- Existem falhas no sistema de ensino a portadores de deficiência.				X
9- As empresas portuguesas estão despertas para a integração profissional de portadores de deficiência.			X	



10- Os empregadores/patrões têm, normalmente, em conta a realidade social quando aceitam portadores de deficiência no mercado de trabalho.			X	X
11- É aconselhável que na mesma empresa existam outros portadores de deficiência.		X		
12- O sucesso profissional dos portadores de deficiência está assegurado.	X			
13- Os empregadores/patrões são apoiados pelo estado português.	X	X		
14- Os portadores de deficiência estão bem preparados para uma vida profissional.		X		
15- Numa mesma empresa é possível ter rendimentos diferentes, entre portadores de deficiência e outros trabalhadores.	X			

Muito obrigado pela colaboração.